



## EDITAL CONVOCATÓRIO

### CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 2026.05.15.1

O **MUNICÍPIO DE JARDIM/CE**, no uso das atribuições que lhe são constitucionalmente conferidas, faz publicizar o presente edital de licitação, nos termos do Art. 6º. XXXVIII da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e posteriores dispositivos relacionados, bem como nos termos das condições e exigências estabelecidas neste instrumento convocatório e anexos, conforme abaixo informado.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE

**REGIME DE EXECUÇÃO:** EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

**DATA DA SESSÃO:** 03/06/2026 **HORÁRIO:** 08H:30MIN

**PLATAFORMA:** [www.comprasjardimceara.com.br](http://www.comprasjardimceara.com.br)

**DISPUTA DE LANCES:** Aberto conforme item 7.2 do edital

**AGENTE DE CONTRATAÇÃO:** Matheus Antonio de Oliveira

#### 1. DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM-CE CONFORME PLANO DE AÇÃO Nº 09032026-093867/2026, JUNTO A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS.

#### 1.2. VALOR ESTIMADO:

**VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA O LOTE ÚNICO: R\$ 585.299,34 (quinhentos e oitenta e cinco mil duzentos e noventa e nove reais e trinta e quatro centavos).**

1.3. A presente licitação será realizada na modalidade de **concorrência**, de acordo com o arrematado pelo art. 6º, inciso XXXVIII; art. 28, inciso II; art. 29, parágrafo único; todos da Lei n.º 14.133/2021 considerando a oportunidade de maior concorrência e competitividade aos interessados, a fim de oportunizar, igualmente, maior vantajosidade e economicidade ao ente público ordenador na escala de preços a serem ofertados, bem como pela oportunidade de descentralização operacional das obras, viabilizando efetividade para concomitância da execução.



1.4. O critério de julgamento adotado será o **menor preço global por lote**, nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, alínea "a", da Lei n.º 14.133/2021, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações técnicas do objeto.

1.5. A licitação será realizada de acordo com as regras específicas para o regime de execução por **empreitada por preço global**, nos termos do art. 46, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.

1.6. A sessão virtual da concorrência eletrônica será realizada no seguinte endereço: [www.comprasjardimceara.com.br](http://www.comprasjardimceara.com.br), **no dia 03 de junho de 2026, às 08h:30min**, podendo as propostas e os documentos serem enviados até às **08h:00min** deste mesmo dia, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO E REGISTRO CADASTRAL**

2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização, sendo de responsabilidade do participante o cadastro prévio do sistema eletrônico.

2.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico ou solicitadas por meio do site mencionado acima.

2.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

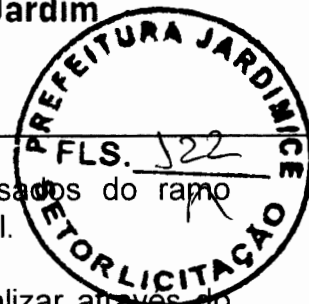
2.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

2.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

2.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

2.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.



**2.4.** Poderão participar da presente licitação todos os interessados do ramo pertinente, que comprovarem eficazmente os requisitos deste Edital.

**2.4.1.** O registro prévio cadastral aos interessados deverá se realizar através do sistema de registro cadastral unificado, seja o disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou SICAF, bem como do próprio Poder Executivo de Jardim/CE, art. 87 da Lei nº 14.133/2021. Neste caso, por ser não unificado, a licitante deverá solicitar o registro até um dia antes da sessão de julgamento e habilitação, considerando a necessidade de haver tempo hábil para processamento do registro.

**2.5.** A participante que pretender utilizar os benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, a ME, EPP, MEI ou Cooperativa, que se enquadre na receita de ME ou EPP, deverá apresentar declaração de ser elegível aos benefícios do tratamento aludido, nos termos do Decreto 8.538/2015.

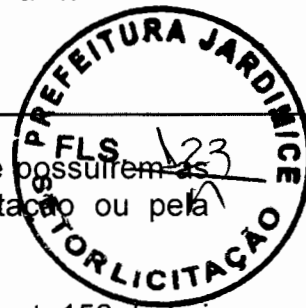
**2.6.** Em caso de necessidade de desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, ou seja, quando houver faturamento superior exigido 2.3 e na respectiva legislação supracitada, compete aos licitantes interessados solicitá-lo. Caso o licitante não adote as providências necessárias para o desenquadramento e usufrua (ou tente usufruir) indevidamente dos benefícios extensíveis a esse enquadramento, poderá ser declarado inidôneo (art. 13, § 1º, do Decreto 8.538/2015).

**2.7.** A microempresa e a empresa de pequeno porte e a cooperativa que atender ao item 2.4, mas possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal (Certidão Negativa de Tributos Municipais, Certidão Negativa de Débito Junto ao INSS – CND) e de regularidade trabalhista (Certidão de Regularidade Junto ao FGTS), terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade, no prazo de **cinco dias úteis**, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

**2.8.** O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

**2.9.** O prazo de que trata o item 2.5 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

**2.10.** A não regularização da documentação, nos prazos fixados nos itens 2.5 e 2.7, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



**2.11.** Não poderão participar da presente licitação as empresas que possuem as seguintes restrições, a serem conferidas pelo agente de contratação ou pela comissão que coordenar:

**2.11.1.** Declarada inidônea de acordo com o previsto no inciso IV do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021 e que não tenha restabelecido sua idoneidade;

**2.11.2.** Com falência decretada;

**2.11.3.** Consorciada;

**2.11.4.** Suspensa pela Prefeitura de Jardim/CE;

**2.11.5.** Em regime de concordata;

**2.11.6.** Pessoa jurídica que, dentre seus dirigentes, responsáveis técnicos ou legais, dentre suas equipes técnicas, bem assim dentre eventuais subcontratados figure quem seja ocupante de cargo ou emprego na Administração Direta ou Indireta do Município de Jardim/CE até terceiro grau;

**2.11.7.** De servidores ou dirigentes e da entidade contratante ou responsável.

**2.11.8** Com relação à proposta inicial, basta que a mesma seja cadastrada (preenchida) na plataforma, até a data e o horário estabelecidos, mais precisamente 30 (trinta) minutos antes da abertura da sessão pública, não sendo necessário o envio da proposta inicial como arquivo digitalizado em anexo.

**2.11.9** A licitante deverá apresentar, no momento do cadastramento da sua PROPOSTA DE PREÇOS INICIAIS como requisito de pré-habilitação, a comprovação da garantia no montante estipulado em 1% (um por cento), do valor estimado para a contratação (valor do orçamento), conforme previsto no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**2.11.10** A garantia deverá ser emitida na mesma data do cadastro da proposta de preços iniciais, devendo ainda ser anexada na plataforma até a data e horário fixados para o fim da apresentação das propostas iniciais, em campo próprio, sob pena de desclassificação.

**2.11.11** A licitante poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- I) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- II) seguro-garantia;
- III) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- IV) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.



**2.11.12** Optando por caução em dinheiro, o licitante deverá apresentar o comprovante de Conta Corrente nº 2647-6, Agência nº 2208-X - Banco do Brasil, sendo que depósitos efetuados em caixas de autoatendimento, só serão válidos após sua compensação.

**2.11.13.** Caso a modalidade de garantia seja seguro garantia, o licitante deverá fazer a comprovação da apólice ou de documento hábil expedido pela seguradora, cuja vigência será de no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data de envio da mesma.

**2.11.14** Caso a modalidade de garantia escolhida seja a fiança bancária, o licitante enviará o documento fornecido pela instituição que a concede, do qual deverá obrigatoriamente, constar:

- Beneficiário: Prefeitura Municipal de Jardim/CE.
- Objeto: Garantia de proposta de preços final/readequada da licitação CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 2026.05.15.1. - Valor: 1% (um por cento) do valor estimado da Proposta. - Prazo de Validade: 60 (sessenta) dias.

**2.11.15** A garantia de proposta, no caso de depósito bancário, será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

**2.11.16** Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos de habilitação e/ou documentos complementares quando solicitados pelo condutor.

**2.11.17** Excepcionalmente, será admitida a realização de diligência para que a licitante encaminhe o comprovante da garantia exigida, desde que o respectivo documento já exista e tenha sido emitido na data do cadastramento na plataforma eletrônica da proposta inicial.

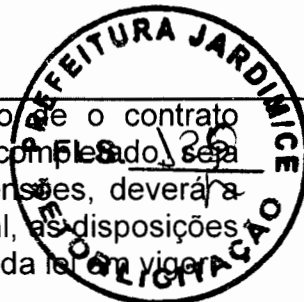
**2.11.18** A diligência terá como única finalidade permitir a juntada de documento preexistente, em conformidade com o disposto no art. 64 da Lei nº 14.133/2021 e com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União Acórdão 781/2026 TCU Plenário, que veda a aceitação de documentos produzidos ou emitidos após o prazo estabelecido no edital.

### **3. DOS PRAZOS GERAIS**

**3.1.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

**3.2.** Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste edital em dias úteis.

**3.3.** As obras, objeto desta licitação, deverão ser efetivadas em 180 (cento e oitenta) dias, conforme cronograma físico-financeiro, iniciada a contagem a partir da data de emissão e recebimento do Termo de Início de Obra, emitida pela fiscalização do contrato, bem como suspensão em caso de paralisação,



suspendendo-se, igualmente, a vigência do contrato. No caso de o contrato ultrapassar o exercício sem que a execução da obra tenha se completado, seja por atraso no termo de início ou em razão de eventuais suspensões, deverá a administração atualizar, por meio de apostila e de forma unilateral, as disposições que assim se permitirem, inclusive a própria rubrica orçamentária da lei em vigor.

**3.4.** A Prefeitura Municipal convocará a licitante vencedora para assinatura do contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento de aviso convocatório.

**3.5.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**3.6.** O prazo para início dos trabalhos fica fixado em 05 (cinco) dias úteis a partir do recebimento do Termo de início de Obra.

**3.7.** É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo das sanções estabelecidas neste edital e na Lei n.º 14.133/2021.

**3.8.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante, não se aplicando tal regra na hipótese do subitem 3.9.1.

**3.9.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 3.7, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

**3.9.1.** Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

**3.9.2.** Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**3.10.** Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

#### **4. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS**



**4.1. As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema**, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 4 e 5 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

**4.1.1.** A proposta de preços consolidada deverá ser encaminhada, no prazo de 02 (duas) horas, contadas da solicitação do Agente de Contratação juntamente com a documentação relativa à habilitação, em originais ou cópias autenticadas, via sistema, no site [www.comprasjardimceara.com.br](http://www.comprasjardimceara.com.br) acompanhadas das referidas planilhas orçamentárias e composições de custos em FORMATO EXCEL para melhor conferência pelo setor de engenharia competente.

**4.1.2.** Se a licitante detentora da melhor oferta deixar de cumprir a obrigação estabelecida neste item, sua proposta não será aceita pelo Agente de Contratação.

**4.2.** O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

**4.2.1.** O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação;

**4.2.2.** O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, como condição para aplicação do disposto nos itens 01 e 02, deste edital.

**4.3.** No preço proposto deverão constar e serem computadas todas as despesas indispensáveis à realização dos serviços, mão-de-obra, materiais, máquinas e equipamentos, encargos das leis sociais e quaisquer despesas acessórias e necessárias, não especificado neste Edital, e relativo aos trabalhos objeto desta licitação.

**4.4.** O preço proposto será considerado completo e suficiente para a execução total dos serviços objeto desta licitação, de modo que não será considerada qualquer reivindicação de pagamento adicional quando devido a erro ou má interpretação de parte da licitante.

**4.5.** Eventuais outros documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo agente de contratação ou comissão de contratação, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 horas.

## **5. DA HABILITAÇÃO**

**5.1.** Os documentos de habilitação consistem em:

**5.1.1.** Habilitação Jurídica;

**5.1.2.** Qualificação Técnica- Profissional e Operacional;





- 5.1.3. Qualificação Econômico-financeira;
- 5.1.4. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista;
- 5.1.5. Atendimento das disposições do Art. 7º, inciso XXXIII da CF;
- 5.1.6. Declaração de desimpedimento de participar em licitações.

## **5.2. Habilitação Jurídica:**

5.2.1. Declaração de Firma Mercantil Individual e suas alterações, se for o caso, tudo devidamente arquivado na Junta Comercial do estado de origem, no caso de empresa individual;

5.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, se for o caso, em vigor, tudo devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de origem da licitante, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

5.2.3. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

5.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e Ato de Registro ou autorização para funcionamento pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

## **5.3. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

5.3.1. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

5.3.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.3.3. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

5.3.4. Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (CND/INSS- CRF/FGTS);

5.3.5. Regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT);

5.3.6. Declaração formal da inexistência de menor de 18 anos de idade em trabalho penoso, insalubre e noturno nos quadros da empresa, firmada pelo responsável legal da empresa, sob as penas da Lei, para cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

5.3.7. Declaração de que se encontra desimpedida de participar da licitação, obrigando-se, ainda, a declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, no caso de apresentação de certificado de registro cadastral unificado que substitua os documentos elencados no subitem

## **5.4. Qualificação Técnica-Profissional e Técnica-Operacional:**





**5.4.1.** Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

**5.4.2.** Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

**5.4.3.** Comprovante de registro ou inscrição da empresa junto ao CREA ou CAU;

**5.4.4.** Certidões ou atestados que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei nº 14.133/2021;

### **5.5. Qualificação Econômico-Financeira**

**5.5.1.** Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

**5.5.2.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

**5.6.** Os documentos exigidos poderão ser apresentados:

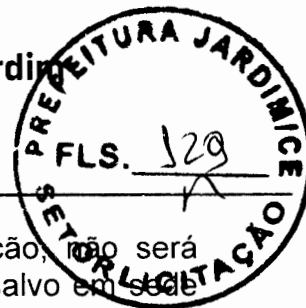
**5.6.1.** Em formato original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão de imprensa oficial.

**5.7.** Será processada a abertura dos documentos de habilitação no sistema apenas do licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento.

**5.8.** Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado.

**5.9.** Deverão os licitantes emitir declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**5.10.** Deverão os licitantes, sob pena de desclassificação, emitir declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



**5.11.** Após a inserção no sistema dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em caso de diligência, para:

**5.11.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**5.11.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**5.12.** Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação e/ou Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**5.13.** Nos casos em que se já houver encerrada a fase de habilitação, quando o edital prever expressa e justificadamente a inversão das fases e esta anteceder ao julgamento, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **6. DA PROPOSTA**

**6.1.** Declaração de validade da proposta não inferior a sessenta (60) dias da abertura do certame licitatório vertente.

**6.2.** Preço global do objeto a ser contratado, considerando a aplicação de preços unitários propostos em planilha de preços.

**6.3.** Planilha Orçamentária devidamente assinada pelo responsável técnico da licitante, cujo nome e número de registro no CREA ou CAU deverá estar apostos de maneira legível.

**6.4.** Cronograma Físico-Financeiro, devidamente assinado (s) pelo responsável técnico da licitante, cujo nome e número de registro no CREA ou CAU deverão estar apostos de maneira legível.

**6.5** – As licitantes deverão apresentar, ainda, a Composição detalhada dos encargos sociais, encargos intersindicais e do B.D.I. utilizados na composição dos preços globais.

**6.6** - Apresentar ainda a composição de todos os custos unitários, que integram a elaboração da proposta de preços da partícipe.

**6.7** – Caso ocorra divergências os preços unitários propostos superarão os valores globais.



## **7. DO JULGAMENTO**

**7.1.** Esta licitação será processada para execução de empreitada por preço global, com critério de julgamento tipo menor preço global por lote, nos termos do art. 1º da Lei XXXVIII, alínea "a", da Lei n.º 14.133/2021.

**7.2.** O modo de disputa será aberto, momento o qual o Agente de Contratação realizará a abertura da sessão de disputa online, o que, automaticamente estará disponível aos licitantes cadastrados na plataforma eletrônica, com o início da disputa online, oportunizando lances sucessivos de forma decrescente, iniciando-se pelo primeiro lote, em que o licitante com proposta de maior preço deverá indicar lance mínimo menor que aquela proposta de menor preço global por lote, respeitado o intervalo mínimo entre os lances, e assim sucessivamente entre os demais licitantes.

**7.3.** Após a definição da menor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento) àquela, a Administração, através do agente de contratação, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações subsequentes.

**7.4.** Após o julgamento, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**7.5.** Serão desclassificadas as licitantes que apresentarem documentações com as seguintes ocorrências:

**7.6.1.** Contiverem vícios insanáveis;

**7.6.2.** Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

**7.6.3.** Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

**7.6.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**7.6.5.** Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanáveis.



**7.7.** A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita ~~exclusivamente~~ em relação à proposta mais bem classificada, caso o edital não preveja disputa de lances.

**7.8.** Será considerado vencedor o licitante que apresentar o ~~menor preço global~~ **por lote**, após encerrada a disputa de lances e/ou eventual desempate e/ou negociação.

**7.9.** A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no subitem 7.6.4, caso não enquadrada no caso descrito pelo subitem 7.11.

**7.10.** Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

**7.11.** Serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, nos termos do art. 59, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

**7.12.** Deverá ser anexada a comprovação da garantia de proposta no montante estipulado em 1% (um por cento), do valor estimado para a contratação (valor do orçamento) no momento do cadastramento da sua PROPOSTA DE PREÇOS INICIAIS como requisito de pré-habilitação, e será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta final, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com este edital.

**7.13.** O Agente de Contratação ou Comissão de Contratação poderá suspender a sessão, se entender necessário, para maior exame dos documentos apresentados ou dos recursos interpostos. Neste caso, após decisão da habilitação, será dada ciência aos interessados através da imprensa oficial municipal, estadual ou federal.

## **8. DO CRITÉRIO DE DESEMPATE**

**8.1.** Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e as empresas de pequeno porte que atenderem ao item 2.5 deste edital.

**8.2.** Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor.

**8.3.** Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:



**8.3.1.** A microempresa ou a empresa de pequeno porte, detentora da proposta de menor valor dentre as remanescentes de empate ficto, poderá apresentar, no prazo de 05 (cinco) minutos, nova proposta no sistema, inferior àquela considerada, até então, de menor preço global por lote, situação em que será declarada vencedora do certame.

**8.3.2.** Se a microempresa ou a empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço global por lote, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do subitem 8.2 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista no subitem 8.3.1.

**8.3.3.** Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte com propostas iguais, será realizado sorteio pelo próprio sistema eletrônico, para estabelecer a ordem em que serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

**8.3.4.** Se nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte satisfizer as exigências do item 8.3 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

**8.4.** O disposto nos itens 8.1 a 8.3 deste edital não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor da fase de julgamento inicial tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte (e que satisfaça as exigências do item 2.5 deste edital).

**8.5.** Subsidiariamente às disposições refletidas aos itens 8.1 a 8.3, adotar-se-á às regras dispostas no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

## **9. DA NEGOCIAÇÃO**

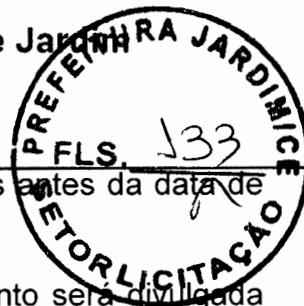
**9.1.** Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

**9.1.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**9.1.2.** A negociação será conduzida por agente de contratação, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

## **10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**10.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação deste edital ou para solicitar esclarecimento sobre os



seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

**10.1.1.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**10.2.** Dos atos da Administração decorrentes da aplicação deste edital cabem:

**10.2.1.** Recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

**10.2.1.1.** Ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

**10.2.1.2.** Julgamento das propostas;

**10.2.1.3.** Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

**10.2.1.4.** Anulação ou revogação da licitação;

**10.2.1.5.** Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

**10.2.2.** Pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

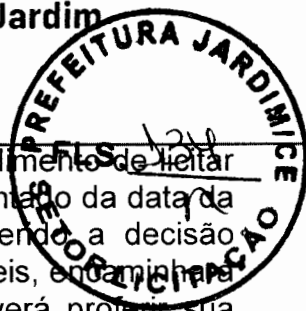
**10.3.** Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nos subitens 10.2.1.1 e 10.2.1.2, a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após os atos, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais, previsto no subitem 10.2.1, será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, de forma que a apreciação dar-se-á em fase única.

**10.4.** O recurso de que trata subitem 10.2.1 será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**10.5.** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

**10.6.** O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

**10.7.** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



**10.8.** Da aplicação das sanções de multa, advertência e/ou impedimento de licitar ou contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhando o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**10.9.** Da aplicação da sanção declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**10.10.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**10.11.** Os recursos deverão ser digitados, devidamente fundamentados e conter a assinatura do Representante Legal da recorrente ou de seu procurador devidamente habilitado.

#### **10.12.DO ENCERRAMENTO RECURSAL**

**10.12.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

**10.12.1.1.** Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

**10.12.1.2.** Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

**10.12.1.3.** Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

**10.12.1.4.** Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

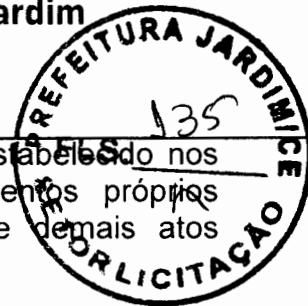
**10.12.2.** Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

**10.12.3.** O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

**10.12.4.** Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados, no prazo de 3 (três) dias úteis.

#### **11. DA FORMALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**





**11.1.** A execução dos contratos administrativos se regerá pelo estabelecido nos arts. 115 a 123 da Lei 14.133/2021, bem como pelos regulamentos próprios municipais editados e vigentes, parte integrante deste edital e demais atos subsequentes.

**11.2.** O contrato administrativo a ser firmado entre a Prefeitura Municipal e a licitante vencedora, obedecerá à minuta sob Anexo II, dentro do prazo convocatório estabelecido neste edital.

**11.3.** Antes de formalizar o contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

**11.4.** Por ocasião da assinatura do contrato, mais precisamente, antes de sua assinatura, a licitante vencedora:

**a) prestará garantia de execução do objeto contratual, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor a ser pactuado,** podendo a mesma optar por uma das modalidades previstas no art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

**11.5.** O valor da garantia que for dada como caução, quando em dinheiro, deverá ser efetuado através de depósito bancário junto, **Conta Corrente nº 2647-6, Agência nº 2208-X - Banco do Brasil**, sendo que depósitos efetuados em caixas de autoatendimento, só serão validados após sua compensação, sendo que, após o depósito bancário, deve-se ser entregue o comprovante até o Setor de Tesouraria da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Jardim/CE, no horário de expediente.

**11.6.** O licitante vencedor terá um mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia na modalidade de seguro-garantia.

**11.7.** No tocante à prestação de seguro-garantia, o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

**11.8.** A desistência do órgão ou entidade promotora da licitação de contratar com a licitante mais bem classificada não lhe confere o direito à indenização ou reembolso de qualquer espécie.

**11.9.** Por motivo técnico e havendo recurso orçamentário, bem como atendidas as demais exigências dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/01, a Administração Municipal poderá aditar o contrato, mantidas as condições da proposta inicial.





**11.10.** A Administração Municipal não responderá por indenizações ~~das~~ <sup>das</sup> Fundas de danos causados a terceiros por culpa ou dolo da Contratada, quando da execução do serviço de que trata este edital.

**11.11.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou dos defeitos observados. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

#### **11.12.DA SUBCONTRATAÇÃO**

**11.12.1.** Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

**11.12.2.** O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

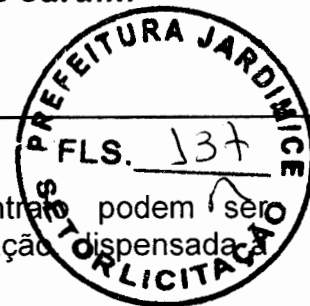
**11.12.3.** Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **11.13.DA GARANTIA E DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

**11.13.1.** O recebimento provisório da obra/serviço será feito por servidor responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado ou documento hábil que o substitua, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias úteis da comunicação escrita do contratado.

**11.13.2.** O recebimento definitivo, pelo responsável técnico designado pela Administração Municipal, dar-se-á mediante termo circunstanciado ou outro documento hábil que o substitua, assinado pelas partes envolvidas, após a vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, respeitando a previsão do art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

**11.13.3.** O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.



#### **11.14. DO REGISTRO POR APOSTILA**

**11.14.1.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, unilateralmente pela Administração, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

**11.14.1.1.** Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

**11.14.1.2.** Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

**11.14.1.3.** Alterações na razão ou na denominação social do contratado;

**11.14.1.4.** Empenho de dotações orçamentárias.

#### **11.15. DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS**

**11.15.1.** Os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

**11.15.1.1.** Unilateralmente pela Administração

**11.15.1.1.1.** Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequações técnicas a seus objetivos, desde que não transfigure o objeto da contratação;

**11.15.1.1.2.** Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, desde que este não se transfigure.

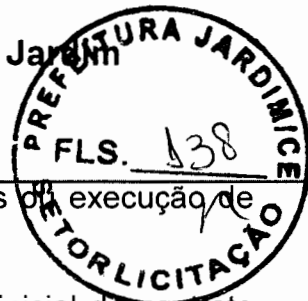
**11.15.1.1.3.** O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), porcentagens estas aplicáveis aos dois subitens anteriores.

**11.15.1.2.** Por acordo entre as partes:

**11.15.1.2.1.** Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

**11.15.1.2.2.** Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

**11.15.1.2.3.** Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado



sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

**11.15.1.2.4.** Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

**11.15.2.** Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão a apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

**11.15.3.** Será aplicado o disposto no subitem 11.15.2.4 às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

**11.15.4.** A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

**11.15.5.** Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

**11.15.6.** Antes de prorrogar o prazo de vigência do contrato em termo aditivo, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

## **11.16.DA EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE EXECUTIVO DOS CONTRATOS**

**11.16.1.** Os contratos administrativos deverão possuir dois servidores públicos designados a atuarem como fiscal de contrato e gestor de contrato, nos termos do regulamento municipal.

## **11.17.DA PUBLICIZAÇÃO DOS CONTRATOS**

**11.17.1.** A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer no prazo de **20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura.**



**11.17.2.** Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados no prazo estabelecido no subitem anterior, sob pena de nulidade.

**11.17.3.** Administração divulgará em sítio eletrônico oficial, em até 25 (vinte e cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados.

## **12. DO REAJUSTAMENTO**

### **12.1. REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO**

**12.1.1.** Nos termos do art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/2021, o presente edital consigna, como forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e reajustamento de preços, o índice do INCC ou outro que houve por substituí-lo, caso mais favorável à Administração Pública, como critério de atualização monetária.

**12.1.2.** A data-base estará vinculada à data do orçamento estimado e adjudicado ao licitante vencedor.

**12.1.3.** A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

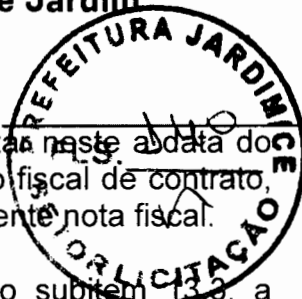
**12.1.4.** O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, nos termos do art. 107 e 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

## **13. DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**13.1.** Os pagamentos se darão em etapas de acordo com o desembolso de operação de crédito realizada através do agente financeiro contratado pela Administração Municipal e/ou conforme convênio estadual, bem como nos termos da medição dos eventos previstos no (s) projeto (s) da Administração, anexo ao edital, vinculados ao cronograma físico-financeiro de desembolso orçado, na rubrica 26.782.0049.1.066 (Pavimentação em pedra tosca das ruas na Zona Urbana). **Elemento de Despesa:** 4490.51.00.

**13.2.** No valor proposto e adjudicado estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para execução dos serviços, cujos pagamentos serão efetuados em moeda corrente, fixando-se o valor máximo global a ser pago por esta Administração nos termos da planilha orçamentária que acompanha cada objeto deste edital.

**13.3.** Apenas serão realizados pagamentos mediante a comprovação de liquidação da despesa já empenhada, de acordo com a etapa do cronograma físico-financeiro



executado e boletins de medição apresentados, devendo constar neste documento e período de apuração, devidamente atestados pelo fiscal de contrato, bem como, posteriormente à aferição, acompanhado da competente nota fiscal.

**13.4.** Após confirmada a execução do objeto, nos termos do subitem 13.3, a Administração contratante terá prazo de até 15 (quinze) dias úteis para realizar o pagamento, contados da data de entrega da nota fiscal pela contratada, quando solicitada pela secretaria municipal ordenadora da despesa, devidamente acompanhada dos boletins de medição aferidos pela contratada e atestados pelo (a) fiscal de contrato.

**13.5.** Do valor apurado pela nota fiscal serão retidos os tributos a que competem a titularidade e/ou administração pela Administração Municipal, tais como ISS, IRRF e outros que assim tiverem fato gerador.

#### **14. DAS INFRAÇÕES LICITATÓRIAS E CONTRATUAIS**

**14.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

**14.1.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;

**14.1.2.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**14.1.3.** Dar causa à inexecução total do contrato;

**14.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**14.1.5.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**14.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**14.1.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**14.1.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**14.1.9.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**14.1.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**14.1.11.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**14.1.12.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



## **15. DAS PENALIDADES**

**15.1.** Pelo atraso e inexecução total ou parcial deste contrato, bem como por infrações, ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do CONTRATANTE, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes sanções:

### **15.2. ADVERTÊNCIA**

**15.2.1.** A advertência será aplicada exclusivamente nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução do contrato, nos termos do art. 156, §1º, e art. 155, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

### **15.3. MULTA**

**15.3.1.** Pelo atraso injustificado na execução da obra, será aplicada multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.

**15.3.2.** Pelo atraso injustificado na execução da obra superior a 30 (trinta) dias, contados do termo de ordem de início, será aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia de atraso, em substituição ao item 15.3.1, desde o primeiro dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.

**15.3.3.** Pelo descumprimento injustificado de quaisquer das outras cláusulas contratuais que não aquelas relacionadas ao atraso na execução da obra, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato.

**15.3.4.** A multa não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções.

**15.3.5.** A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada nos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, inclusive de eventual garantia prestada, ou cobrada judicialmente.

**15.3.6.** Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA intimada para recolhê-la aos cofres do CONTRATANTE no prazo de trinta dias úteis.

**15.3.7.** O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato, nos termos do art. 156, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

### **15.4. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR**

**15.4.1.** Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura pelo prazo de até um ano, aplicada pelo (a) Prefeito (a) Municipal, nos termos do art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021.





## **15.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR**

**15.5.1.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Prefeitura enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito (a) Municipal, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir à Prefeitura pelos prejuízos resultantes da infração e depois de decorrido o prazo de um ano, facultada a defesa da contratada no prazo de dez dias da abertura de visto, nos termos do art. 156, §5º e §6º, da Lei nº 14.133/2021.

**15.6.** As sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas juntamente com a multa, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de cinco dias úteis.

**15.7.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

**15.8.** Os montantes pecuniários derivados da aplicação das multas e demais sanções contratuais serão atualizadas monetariamente pelo INCC vigente, ou outro índice que venha o substituir, bem como a incidência de juros de mora de 0,5% sobre o montante total devido.

## **16. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**16.1.** Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, às seguintes situações:

**16.1.1.** Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

**16.1.2.** Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

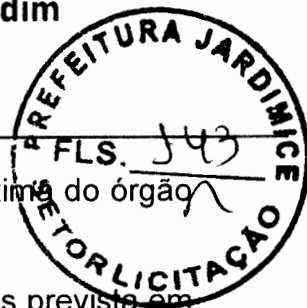
**16.1.3.** Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

**16.1.4.** Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

**16.1.5.** Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

**16.1.6.** Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

**16.1.7.** Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;



**16.1.8.** Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

**16.1.9.** Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

## **16.2.DA FORMA DE EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**16.2.1.** A extinção do contrato poderá ser:

**16.2.1.1.** Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

**16.2.1.2.** Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

**16.2.1.3.** Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**16.2.2.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

## **16.3.DO DIREITO DE RESCISÃO PELO CONTRATADO**

**16.3.1.** O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

**16.3.1.1.** Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei n.º 14.133/2021;

**16.3.1.2.** Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

**16.3.1.3.** Repetidas suspensões que totalizem 180 (cento e oitenta) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

**16.3.1.4.** Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

**16.3.1.5.** Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração



relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

**16.3.2.** As hipóteses de extinção a que se referem os subitens 16.3.1.2, 16.3.1.3 e 16.3.1.4

**16.3.1.4** observarão as seguintes disposições:

**16.3.2.1.** Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

**16.3.2.2.** Assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.

## **16.4.DOS EFEITOS DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

### **16.4.1. CULPA EXCLUSIVA DA ADMINISTRAÇÃO:**

Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

**16.4.1.1.**Devolução da garantia;

**16.4.1.2.**Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

**16.4.1.3.**Pagamento do custo da desmobilização.

### **16.4.2.DETERMINADA UNILATERALMENTE PELA ADMINISTRAÇÃO:**

A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, as seguintes consequências:

**16.4.2.1.** Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

**16.4.2.2.**Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

**16.4.2.3.** Execução da garantia contratual para:

**16.4.2.3.1.** Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;



**16.4.2.3.2.** Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias quando cabível;

**16.4.2.3.3.** Pagamento das multas devidas à Administração Pública;

**16.4.2.3.4.** Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

**16.4.2.4.** Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

**16.4.3.** A aplicação das medidas previstas nos subitens 16.4.2.1 e 16.4.2.2 ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

**16.4.4.** Na hipótese do subitem 16.4.2.2, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da(o) Secretária(o) municipal competente, conforme o caso.

**16.5.** Caso a proponente vencedora da licitação não execute, total ou parcialmente, quaisquer itens ou serviços previstos, a contratante reserva-se o direito de executá-los, direta ou indiretamente, inclusive remanescentes, hipótese em que aquela licitante ou contratada responderá pelos custos, através de glosas de créditos e/ou cauções e/ou pagamentos, direto à contratante, bem como reparação de eventuais danos a esta ou a terceiros.

## **16.6.DA NULIDADE CONTRATUAL**

**16.6.1.** Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos seguintes aspectos:

**16.6.1.1.** Impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;

**16.6.1.2.** Riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;

**16.6.1.3.** Motivação social e ambiental do contrato;

**16.6.1.4.** Custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;

**16.6.1.5.** Despesa necessária à preservação das instalações e dos serviços já executados;

**16.6.1.6.** Despesa inerente à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;



**16.6.1.7.** Medidas efetivamente adotadas pelo titular do órgão ou entidade para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados;

**16.6.1.8.** Custo total e estágio de execução física e financeira dos contratos, dos convênios, das obras ou das parcelas envolvidas;

**16.6.1.9.** Fechamento de postos de trabalho diretos e indiretos em razão da paralisação;

**16.6.1.10.** Custo para realização de nova licitação ou celebração de novo contrato;

**16.6.1.11.** Custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.

**16.6.2.** Caso a paralisação ou anulação não se revele medida de interesse público, o poder público deverá optar pela continuidade do contrato e pela solução da irregularidade por meio de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis.

**16.6.3.** A declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido, na forma do art. 147 da Lei n.º 14.133/2021, e operará retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituindo os já produzidos.

**16.6.3.1.** Caso não seja possível o retorno à situação fática anterior, a nulidade será resolvida pela indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e aplicação das penalidades cabíveis.

**16.6.3.2.** A nulidade não exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.

**16.6.3.3.** Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa.

## **16.7. DA MODULAÇÃO DE EFEITOS NA DECLARAÇÃO DE NULIDADE CONTRATUAL**

**16.7.1.** Ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez.

## **17. DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**



**17.1.** Controvérsias oriundas da execução contratual e relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis; restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato; inadimplemento de obrigações contratuais por quaisquer das partes; e ao cálculo de indenizações poderão ser encaminhadas à tentativa de resolução através da Procuradoria-Geral do Município, bem como às demais formas alternativas indicadas pelos arts. 151 a 154 da Lei n.º 14.133/2021.

## **18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

**18.1.** As instalações provisórias de água e luz, assim como as despesas de taxas de consumo, eventuais taxas de pedido de prorrogação de vigência do convênio que necessitem ser feitas, e serviço de segurança da obra e instalações, durante a execução do serviço, serão de responsabilidade da contratada.

**18.2.** É responsabilidade da contratada a qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos para esta finalidade, inclusive a promoção de adequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado.

**18.3.** A administração reserva-se o direito de, a qualquer tempo, anular ou revogar o procedimento licitatório por ilegalidade ou por razões de interesse público advindas de fato superveniente devidamente comprovado.

**18.4.** Os casos omissos serão decididos pelo Agente de Contratação, Comissão de Contratação e/ou Equipe de Apoio, nos termos dos regulamentos municipais condizentes com a Lei n.º 14.133/2021, bem como nos termos das demais legislações em vigor e Princípios Gerais de Direito.

**18.5.** A apresentação de proposta implicará a plena, total e irrevogável aceitação, por parte dos licitantes, de todos os termos e condições deste instrumento convocatório.

**18.6.** Se os interessados discordarem dos quantitativos da planilha orçamentária aposta ao presente certame, deverão a contestar no prazo previsto o prazo de impugnação ao edital, não cabendo pedidos posteriores, por ocasião da homologação, adjudicação e/ou assinatura do contrato, sobre matéria não impugnada tempestivamente.

**18.7.** Em se tratando de Cooperativa, quando da assinatura do contrato, deve-se comprovar a constituição do Fundo de Reserva previsto no art. 28, inciso I, da Lei n.º 5.764/71 e o objeto da licitação deverá ser prestado por cooperativado integrante da relação de associados entregue quando da habilitação neste certame.

**18.8.** Os dados pessoais decorrentes da execução deste edital ficam, desde já, autorizados por pelos licitantes e respectivos representantes, inclusive a eventual vencedor do certame e contratado (s), à disponibilidade pública nos sítios oficiais de informação e publicidade, nos termos do art. 7º, inciso I, da Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018.

*[Handwritten signature]*




18.9. O edital estará acessível a todos interessados, gratuitamente, nos sítios eletrônicos oficial [www.tce.ce.gov.br](http://www.tce.ce.gov.br), [www.jardim.ce.gov.br](http://www.jardim.ce.gov.br), [www.comprasjardimceara.com.br](http://www.comprasjardimceara.com.br).

18.10. Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos sobre este certame junto ao Departamento de Licitações, localizada na Rua Leonel Alencar, Nº 370, Bairro Centro, ou pelo telefone (88) 2018-1258, como também obter Cópias dos Projetos, Memoriais Descritivos, das Planilha Orçamentárias e Cronogramas Físicos-Financeiros ou através do e-mail [licitacao@jardim.ce.gov.br](mailto:licitacao@jardim.ce.gov.br).

18.11. A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2.006, poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da aplicação das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, observado o devido processo legal, e implicará, também, o afastamento da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

Jardim/CE, 18 de maio de 2026.

  
**Urias Cavalcante Novais Tavares**  
**Secretário de Infraestrutura e Serviços Urbanos**





GOVERNO MUNICIPAL  
**JARDIM**  
VALORIZANDO NOSSA GENTE!

**Prefeitura Municipal de Jardim**  
CNPJ: 07.391.006/0001-86



## **ANEXO I**

## **PROJETO**

## **ORÇAMENTOS**

## **CRONOGRAMAS**



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1. Descrição Da Necessidade Da Contratação

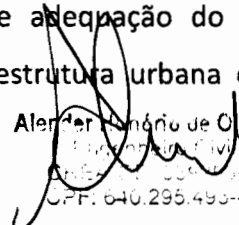
A Prefeitura Municipal de Jardim/CE identificou a necessidade de execução de PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM-CE CONFORME PLANO DE AÇÃO N° 09032026-093867/2026, que emerge como uma demanda essencial e iminente em toda comunidade, desempenhando um papel crucial no aprimoramento da infraestrutura urbana e na melhoria do bem-estar da população. Essa necessidade decorre da compreensão de que a infraestrutura urbana é um fator crucial para melhorar a qualidade de vida. Investir em infraestrutura urbana eficaz não apenas beneficia indivíduos, mas também contribui para o progresso e bem-estar da sociedade como um todo.

Paralelamente ao avanço da infraestrutura urbana, também serão considerados outros aspectos, como questões sociais, mobilidade urbana e acessibilidade, durante e após a manutenção das vias de transporte do município. Esses fatores, quando devidamente organizados, convergirão de forma harmoniosa para a melhoria da qualidade de vida da população, mesmo durante o período de recuperação e adequação, minimizando impactos ambientais e implementando medidas de inclusão social por meio da acessibilidade.

Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como objetivo principal reunir dados essenciais para justificar a execução de PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM-CE CONFORME PLANO DE AÇÃO N° 09032026-093867/2026. Apresentar as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos na recuperação e adequação dessas vias, servindo como referência para a tomada de decisões e o planejamento das atividades necessárias, garantindo um resultado final eficiente e duradouro. Ressalta-se que este estudo é apenas uma etapa inicial do processo, sendo necessário realizar outras análises e estudos complementares antes da execução efetiva da recuperação e adequação, como projetos executivos, licenciamentos e a obtenção de recursos financeiros.

Assim, a realização deste estudo torna-se de extrema importância para assegurar a eficiência e a segurança do processo de infraestrutura para a recuperação e adequação do empreendimento, contribuindo de maneira significativa para a promoção da infraestrutura urbana e o bem-estar da comunidade em geral.

  
Urias Cavalcante Novais Tavares  
Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos  
Protocolo N.º 0201004.2025-GP

  
Alexandre Antônio de Oliveira  
Assessor Técnico  
CPF: 640.295.490-48





## 2. Área Requisitante

Área Requisitante

Sec. de Infraestrutura e Serviços Urbanos

Urias Cavalcante Novais Tavares

Responsável técnico

Alender Honório de Oliveira

Engenheiro Civil

## 3. Descrição Dos Requisitos da Contratação

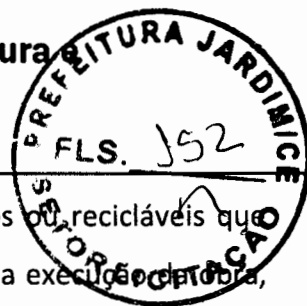
A definição clara e precisa dos requisitos da contratação é fundamental para assegurar que a solução escolhida esteja alinhada com o interesse público, promovendo sustentabilidade, atendendo a legislação aplicável e garantindo padrões mínimos de qualidade e desempenho. Os requisitos devem orientar os potenciais fornecedores quanto às expectativas da administração, incentivando práticas de mercado responsáveis e sustentáveis, além de promover a competitividade sem sacrificar a qualidade e a eficiência.

- **Requisitos Gerais:** PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM-CE CONFORME PLANO DE AÇÃO N° 09032026-093867/2026 e demais equipamentos ligados à infraestrutura urbana são importantes instrumentos para o desenvolvimento social. A necessidade de investimentos no setor da infraestrutura urbana com oferta de qualidade ao cidadão de Jardim - CE, é tratada pela municipalidade como demanda prioritária dentro do plano de ações, assim como o setor da Saúde. Não obstante, a infraestrutura urbana de qualidade tem respaldo em um ambiente estruturado, capaz de permitir aos usuários e os profissionais um local propício para o ensino.
- **Requisitos Legais:** A contratação deverá observar todas as normativas pertinentes, incluindo as disposições da Lei 14.133/2021, normas técnicas brasileira aplicáveis execução da obra, bem como legislação ambiental vigente. Além disso, deverá estar em consonância com as diretrizes do Plano Diretor do Município e legislação municipal específica relacionada à urbanização e uso do solo.

Urias Cavalcante Novais Tavares  
Secretário de Infraestrutura e Serviços Urbanos  
Portaria N° 0201009/2025-GP

Alender Honório de Oliveira  
Engenheiro Civil  
CPF: 040.205.403-40






- **Requisitos de Sustentabilidade:** Devem ser priorizados materiais reciclados ou recicláveis que minimizem o impacto ambiental, redução do consumo de água e energia durante a execução da obra, adoção de medidas para gestão eficiente de resíduos. Adicionalmente, deve-se considerar a utilização de pavimentação permeável em áreas adequadas para contribuir com a drenagem urbana sustentável.
- **Requisitos da Contratação:** A empresa contratada deverá comprovar experiência anterior relevante em projetos de PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM-CE CONFORME PLANO DE AÇÃO N° 09032026-093867/2026, possuir certificações de qualidade e sustentabilidade que atestem suas práticas, bem como a regularidade fiscal, trabalhista e ambiental. É fundamental também a capacidade técnica para execução do projeto dentro dos prazos estipulados e conforme o orçamento definido.

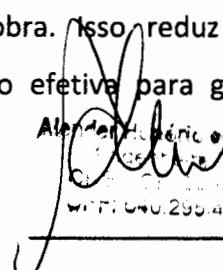
Para o sucesso da execução da PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM-CE CONFORME PLANO DE AÇÃO N° 09032026-093867/2026 , é essencial que os requisitos especificados sejam atendidos de maneira integral, priorizando-se soluções inovadoras e sustentáveis que proporcionem não apenas a melhoria da infraestrutura urbana, mas também promovam o desenvolvimento local de forma responsável e integrada ao meio ambiente. Destaca-se a relevância de se abster de requisitos desnecessários ou devendo-se enfatizar aqueles estritamente necessários para o atendimento das necessidades da contratação.

#### 4. Levantamento De Mercado

Dentre as principais soluções de contratação do objeto citado entre os fornecedores e os órgãos públicos, identificamos:

- **Contratação de pessoa jurídica:** Esta modalidade envolve a seleção e contratação direta dos fornecedores responsáveis pela execução da PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM-CE CONFORME PLANO DE AÇÃO N° 09032026-093867/2026 . Tal abordagem permite um contrato mais próximo e um controle sobre os fornecedores, facilitando a comunicação e a resolução de potenciais problemas;
- **Contratação através de terceirização:** Neste modelo, o órgão público contrata uma empresa especializada que ficará responsável por todas as etapas da recuperação e adequação, desde a contratação de fornecedores até a execução e finalização da obra. Isso reduz a carga administrativa sobre o órgão público, mas requer uma fiscalização efetiva para garantir o cumprimento dos padrões de qualidade;

  
Urias Cavalcante Novais Tavares  
Secretário de Infraestrutura e Serviços Urbanos  
Portaria N° 0201009/2025 GP

  
Alencar  
Rua Leonel Alencar, 370  
Centro, Jardim-CE





- **Formas alternativas de contratação:** Incluem parcerias público-privadas (PPP), concessões, ou mesmo contratações integradas, onde uma só empresa é responsável tanto pelo projeto quanto pela execução da obra. Estas opções podem oferecer flexibilidade e inovação na execução do projeto, além de potencialmente compartilhar riscos entre o setor público e o privado.

Após a análise das modalidades de contratação disponíveis, recomenda-se a utilização da contratação de pessoa jurídica como solução mais adequada para atender as necessidades dessa contratação. Este método é favorecido devido à possibilidade de maior controle e acompanhamento direto da qualidade e dos prazos da PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM-CE CONFORME PLANO DE AÇÃO N° 09032026-093867/2026. Adicionalmente, permite ao município maior flexibilidade na negociação de termos e na escolha de materiais, assegurando que todas as especificações técnicas e padrões de qualidade rigorosos citados previamente sejam cumpridos. A contratação direta também facilita a aplicabilidade dos princípios de economicidade, eficiência e desenvolvimento nacional sustentável, previstos pela Lei 14.133/2021, uma vez que promove a competição justa entre fornecedores locais e nacionais, incentivando o desenvolvimento do mercado interno.

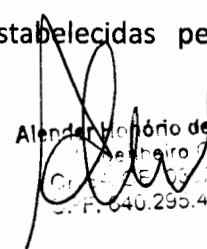
### 5. Descrição da Solução como um todo

Conforme determina o Art.18, parágrafo 1°, inciso v da Lei nº 14.133/2021, o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) visa evidenciar a escolha da solução na execução de PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM-CE CONFORME PLANO DE AÇÃO N° 09032026-093867/2026 como a opção mais adequada existente no mercado para atender às necessidades explicitadas neste documento.

Esta conclusão é fundamentada em um robusto levantamento de mercado e nas seguintes considerações:

- Realização de um levantamento detalhado das necessidades específicas da localidade, identificando a necessidade para manutenção das vias.
- Avaliação da disponibilidade orçamentária levando em consideração os recursos disponíveis e a adequação dos investimentos às prioridades estabelecidas pela Secretaria de Infraestrutura urbana.

  
Urias Cavalcante Novais Tavares  
Secretário de Infraestrutura e Serviços Urbanos  
Portaria N° 0201003/2025 Gm

  
Alender Honório de Oliveira  
Engenheiro Civil  
CPF: 040.295.403-49





- Desenvolvimento de termos de referência detalhados, estabelecendo as especificações técnicas, quantidades, prazos de entrega, condições de garantia e demais requisitos necessários para a aquisição dos produtos.
- Pesquisa e identificação de fornecedores potenciais, considerando critérios como reputação, experiência, capacidade técnica, garantia oferecida e competitividade de preços.
- Condução de um processo de seleção transparente e competitivo, como uma licitação pública, para contratação dos fornecedores selecionados, garantindo assim a obtenção dos melhores produtos com os melhores custos para a Secretaria de Infraestrutura urbana.
- Realização de negociações contratuais com os fornecedores selecionados, visando obter condições favoráveis em termos de preços, prazos de entrega, garantias e demais cláusulas contratuais que assegurem a qualidade e a efetividade da obra.
- Estabelecimento de mecanismos de monitoramento e fiscalização para acompanhar a execução dos contratos firmados, garantindo o cumprimento dos prazos, a qualidade dos produtos entregues e a conformidade com os termos estabelecidos.

Portanto, a solução de execução de PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM-CE CONFORME PLANO DE AÇÃO Nº 09032026-093867/2026, fundamentada em um minucioso estudo técnico preliminar, demonstra ser a solução mais adequada e eficiente disponível, atendendo às exigências de sustentabilidade, viabilidade técnica e econômica, e alinhamento com o planejamento estratégico e desenvolvimento nacional sustentável promovido pela Lei nº 14.133/2021.

#### **6. Estimativa Das Quantidades A Serem Contratadas**

Quantidade estabelecida de acordo com o projeto básico.

#### **7. Estimativa do valor da contratação**

Deste modo, como tendo como parâmetro as pesquisas de preço por tabelas base de custos para orçamento da obra, chegou-se ao valor estimado de **R\$585.299,34** (Quinhentos e Oitenta e Cinco mil Duzentos e Novena e Nove Reais e Trinta e Quatro Centavos).

#### **8. Justificativas Para Não Parcelamento**

Justificamos que a contratação será não parcelada, haja vista se tratar de um serviço que será executado de forma única.

#### **9. Alinhamento entre a Contratação e Planejamento**

Alencar, 14 de Maio de 2026  
Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos  
Portaria Nº 0201001/2025 GP

Urias Cavalcante Novais Tavares  
Secretário de Infraestrutura e Serviços Urbanos  
Portaria Nº 0201001/2025 GP





Esta PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM-CE CONFORME PLANO DE AÇÃO N° 09032026-093867/2026, foi cuidadosamente analisada e delineada para atender às necessidades de implementação da população, identificadas pelo município, apresentando-se em pleno alinhamento com o Plano de Contratações Anual da entidade para o exercício financeiro vigente. A iniciativa está de acordo com as prioridades estabelecidas para o desenvolvimento urbano sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população local.

A inserção desta Obra como parte do Plano de Contratação Anual reflete um planejamento estratégico consciente e alinha-se totalmente às diretrizes e metas de longo prazo da administração pública municipal. A seleção desta Obra como parte do Plano foi resultado de uma análise criteriosa das demandas da cidade e da sua capacidade de proporcionar benefícios significativos à comunidade.

Este alinhamento garante a aderência ao planejamento orçamentário e operacional da entidade, conforme estipulado no § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021 assegurando que a contratação contribua para a consecução transparente e eficaz dos objetivos da Administração Pública. Destaca-se o compromisso com a otimização dos recursos públicos e com a busca pela melhor relação custo-benefício, favorecendo investimentos que promovam impactos sociais e econômicos positivos para o município de Jardim/CE.

O rigor na observância das etapas de planejamento e análise prévia, inclusive com a devida consideração das contratações correlatas e/ou interdependentes, assegura que este processo não somente está em alinhamento, mas também fortalece os objetivos e a eficiência desejada pelo planejamento anual. Portanto, reitera-se a importância desta contratação para a execução dos planos de aprimoramento urbano do município, em consonância com os princípios de desenvolvimento nacional sustentável propugnados pela Lei de Licitações.

#### **10. Resultados Pretendidos**

A execução de PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM-CE CONFORME PLANO DE AÇÃO N° 09032026-093867/2026, visa atingir múltiplos resultados, fundamentados nos objetivos da Lei 14.133/2021, que rege as licitações e contratos públicos. Através da execução deste projeto, espera-se:

- Promover o desenvolvimento nacional sustentável, em conformidade com o art. 5º da Lei 14.133/2021, por meio do estímulo a práticas sustentáveis tanto na seleção de materiais quanto nas

  
Urias Cavalcante Novais Tavares  
Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos  
Portaria N° 0201001/2025 GP







técnicas de PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM-CE CONFORME PLANO DE AÇÃO N° 09032026-093867/2026 , priorizando materiais de baixo impacto ambiental e alta durabilidade.

- Assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, não apenas em termos financeiros, mas também considerando o ciclo de vida do projeto de PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM-CE CONFORME PLANO DE AÇÃO N° 09032026-093867/2026 , conforme preconiza o art.11, inciso I, da Lei 14.133/2021. Isso inclui a utilização de materiais e processos que garantam a longevidade do terreno e reduzam a necessidade de manutenções frequentes.

- Garantir tratamento isonômico entre os licitantes e fomentar a justa competição, tal como estabelecido no art. 11, incisos II e III, da Lei 14.133/2021. O processo transparente e competitivo assegura a seleção de fornecedores e prestadores de serviço que atendam aos altos padrões técnicos e de qualidade exigidos para a PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM-CE CONFORME PLANO DE AÇÃO N° 09032026-093867/2026

- Incentivar a inovação e o uso de tecnologias novas e menos poluentes, de acordo com o art. 11, inciso IV, da Lei 14.133/2021, buscando a melhoria da infraestrutura urbana com o mínimo impacto ambiental possível. Isso abrange desde a fase de planejamento até a execução da obra.

- Viabilizar o desenvolvimento econômico local, ao melhorar a infraestrutura da cidade e, por consequência, atrair novos negócios, facilitar o acesso a serviços e estimular o turismo.

Portanto, os resultados pretendidos com a execução desta PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM-CE CONFORME PLANO DE AÇÃO N° 09032026-093867/2026 são alinhados estrategicamente com as diretrizes da Lei 14.133/2021, assegurando o atendimento das necessidades públicas com eficiência, economicidade e sustentabilidade, promovendo assim, o bem-estar da população dessas comunidades a serem atendidas no Município Jardim/CE e contribuindo para o desenvolvimento sustentável em sua mais ampla expressão.

## 11. Providencias A Serem Adotadas

Para a consecução de execução PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM-CE CONFORME PLANO DE AÇÃO N° 09032026-

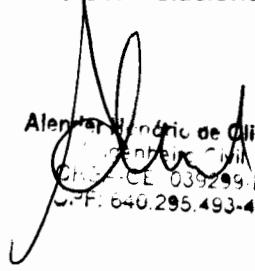
Alencar Honório de Oliveira  
Engenheiro Civil  
CPF: 0295433-49



093867/2026 , as seguintes providencias deverão ser adotadas, assegurando uma execução eficaz alinhada com os objetivos do projeto e com a legislação aplicável, em particular a Lei nº 14.133/2021.

- Designação de equipe técnica qualificada para o gerenciamento da Obra, incluindo agentes públicos com formação compatível e qualificação atestada por certificação profissional conforme estabelecido no art. 7 da Lei nº 14.133/2021, assegurando o princípio da eficiência e a gestão por competências.
- Elaboração detalhada do termo de referência ou do projeto básico, baseando-se nos padrões técnicos estipulados no estudo técnico preliminar (ETP) e nas exigências legais vigentes, para garantir a clareza, a precisão e a adequação do objeto licitado, conforme art. 18 da Lei nº 14.133/2021.
- Condução de um meticuloso processo de licitação, assegurando a igualdade de condições a todos os concorrentes e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, em consonância com os objetivos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021.
- Implementação de um rigoroso plano de gestão de riscos, identificando possíveis desafios e ameaças à execução contratual e planejando as respectivas respostas, salvaguardando assim a integridade do projeto e a eficiência dos recursos investidos.
- Adoção de medidas de sustentabilidade e mitigação de impactos ambientais, conforme descrito no ETP e alinhado aos requisitos do art. 26 e do art. 18, inciso XII da Lei nº 14.133/2021, visando promover o desenvolvimento nacional sustentável e respeito ao meio ambiente.
- Capacitação continua dos servidores públicos envolvidos na fiscalização e gestão contratual, garantindo a correta aplicação das normas técnicas, o cumprimento das obrigações contratuais e a efetiva execução do projeto.
- Estabelecimento de um plano de comunicação eficaz que assegure a transparência e o fluxo constante de informações entre todos os envolvidos no projeto, incluindo a administração pública, a empresa contratada, os órgãos de controle e a sociedade.
- Obtenção de todas as licenças ambientais necessárias para a execução do projeto, assegurando a conformidade com a legislação ambiental vigente e os termos do ETP relacionados aos impactos ambientais e suas medidas mitigadoras.

  
**Urias Cavalcante Novais Tavares**  
Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos  
Portaria Nº 0201005/2025 GP

  
**Alenir Henrique de Oliveira**  
Engenheiro Civil  
CPF: 039299-0  
CPF: 640.295.493-49



As providências listadas asseguram a conformidade com a Lei nº 14.133/2021, especialmente em relação aos princípios da eficiência, publicidade, competitividade, sustentabilidade e interesse público, contribuindo para a realização de uma contratação bem-sucedida.

## **12. Justificativa Para Não Adoção Do Registro De Preços**

Após análise detalhada das características e necessidades específicas de execução de obra de PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM-CE CONFORME PLANO DE AÇÃO Nº 09032026-093867/2026, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, foi decidido pela não adoção do sistema de registro de preços para este processo de contratação. Os principais motivos para tal decisão fundamentam-se nos seguintes aspectos da legislação:

- O Art. 83 da Lei nº 14.133/2021 explicita que a existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, permitindo a realização de licitação específica para aquisição pretendida, desde que devidamente motivada. Para o projeto em questão, cuja natureza é a de execução única e específica, não se antecipa a necessidade recorrente ou a aquisição de itens adicionais que beneficiariam de registro de preços.
- De acordo com o Art. 85, a adoção do sistema de registro de preços é recomendada para casos em que há necessidade permanente ou frequente de obras ou serviços. Tendo em vista que o objeto em questão possui características singulares, com demanda específica de materiais e serviços detalhadamente quantificados conforme o Projeto básico, a recorrência necessária para a viabilização do registro de preços não se faz presente, convergindo para uma licitação direcionada ao objeto específico.
- A natureza do projeto, conforme alinhada aos princípios de economicidade, eficiência e eficácia estabelecidos no Art. 11 da Lei 14.133/2021, revela a preferência por um processo licitatório que assegure a seleção da proposta mais vantajosa especificamente para este escopo de PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM-CE CONFORME PLANO DE AÇÃO Nº 09032026-093867/2026. A natureza ímpar do projeto e a necessidade de atender as exigências técnicas específicas desfavorecem o uso do registro de preços, cuja flexibilidade de preços e fornecedores poderia não estar totalmente alinhada aos padrões de qualidade e especificações técnicas exigidas.
- O Art. 86 aponta para a necessidade de realização de um procedimento público de intenção de registro de preços, seguida pela inclusão de outros órgãos ou de entidades no processo. Considerando

Urias Cavalcante Novais Tavares  
Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos  
Portaria Nº 0201008/2025 GP



o fator de exclusividade e singularidade do objeto em questão, esta abordagem pode apresentar complexidades desnecessárias e diluir o foco na obtenção de um resultado final que atenda às específicas necessidades de Jardim/CE.

Dessa forma, a decisão pela não adoção do sistema de registro de preços para execução de PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM-CE CONFORME PLANO DE AÇÃO N° 09032026-093867/2026, está fundamentada na busca pela otimização dos recursos públicos, na especificidade do objeto da contratação e nas diretrizes estabelecidas pela Lei n° 14.133/2021, visando assegurar a execução eficiente e eficaz do objeto, alinhado aos interesses públicos e ao princípio de desenvolvimento nacional sustentável.

### **13. Da Vedação da Participação de Empresas na Forma de Consórcio**

Diante da especificidade do objeto contratual referente à execução de PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM-CE CONFORME PLANO DE AÇÃO N° 09032026-093867/2026, enfatiza-se a vedação da participação de empresas na forma de consórcio para a presente licitação. Esta decisão encontra respaldo nos princípios e dispostos estabelecidos pela Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, considerando, especialmente, as nuances da obra em questão que exigem uma abordagem singular por parte da empresa responsável.

A vedação de consórcios para este projeto específico está alinhada com os princípios da eficiência e da segurança jurídica, previstos no Art. 5° da Lei 14.133/2021. Ressalta-se que, dada a complexidade e particularidades da obra, é essencial garantir a unidade de comando e a simplificação da gestão contratual, elementos que podem ser comprometidos na formação de consórcios, onde a coordenação de múltiplas entidades poderia afetar o ritmo e a qualidade da execução.

Ademais, a proibição de consórcios visa proteger o interesse público, assegurando maior controle e responsabilidade, unívoca sobre a execução do contrato.

Em conformidade ao Art. 7° da Lei 14.133/2021, que aborda pela gestão eficiente e pela designação de responsáveis qualificados nas etapas da contratação pública, compreende-se que a integridade e a responsabilidade contratuais e para a mitigação de riscos.

Desse modo, a vedação de consórcios para este projeto encontra-se justificada pela necessidade de:

- Assegurar a efetiva responsabilização técnica e administrativa;
- Garantir a adequada fiscalização e execução uniforme da obra;

Alencar, Leonel de Oliveira  
Engenheiro Civil  
CPF: 040.295.433-44

Urias Cavalcante Novais Tavares  
Secretário de Infraestrutura e Serviços Urbanos  
Portaria N° 0201008 2025 GP





- Otimizar a comunicação e a tomada de decisões;
- Prevenir a diluição de responsabilidades e possíveis conflitos internos entre os consorciados;

- Evitar complexidades adicionais no gerenciamento contratual e na fiscalização da obra.

Portanto, considera-se que a restrição à formação de consórcios é medida que se alinha ao propósito de promover a execução eficiente e qualitativa do objeto, resguardando o interesse público e os princípios da Lei nº 14.133/2021.

#### **14. Possíveis Impactos Ambientais e Respectivas Medidas Mitigadoras**

Considerando a execução do projeto PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM-CE CONFORME PLANO DE AÇÃO Nº 09032026-093867/2026, com base na Lei nº 14.133/2021, especialmente no Art. 18, §1º, inciso XII que determina a descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, foram identificados os seguintes impactos ambientais potenciais e propostas medidas de mitigação:

- **Impacto:** Emissão de Partículas e Poluentes Atmosféricos – Decorrente do uso de maquinários pesados e do processo de remoção do solo, há a liberação de partículas e gases poluentes na atmosfera.

- **Medida Mitigadora:** Uso de maquinários em bom estado de conservação e adoção de tecnologias menos poluentes. Programação de atividades mais impactantes para horários de menor fluxo, minimizando a exposição da população a esses poluentes.

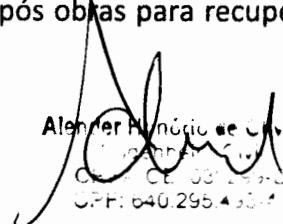
- **Impacto:** Ruído – O processo de recuperação e adequação, incluindo movimentação de maquinários e obras civis, gera um aumento significativo nos níveis de ruído na área afetada.

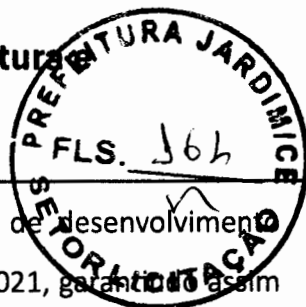
- **Medida Mitigadora:** Limitação dos horários de trabalho para períodos menos sensíveis e uso de equipamentos de controle de ruído, além de informar previamente a comunidade sobre os horários de maior atividade.

- **Impacto:** Degradação da flora local – A execução da obra poderá levar a retirada da vegetação local.

- **Medida Mitigadora:** Implementação de paisagismo e plantio pós obras para recuperar a vegetação removida.

  
Urias Cavalcante Novais Tavares  
Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos  
Portaria Nº 0201009/2025 GP

  
Alexandre Rômulo de Oliveira  
Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos  
CPF: 640.295.430-14



Todas as medidas mitigadoras propostas estão alinhadas aos princípios de desenvolvimento nacional sustentável, eficiência e economicidade contemplados na Lei nº 14.133/2021, garantindo assim uma execução de projeto que minimiza os impactos ambientais negativos e promove a sustentabilidade.

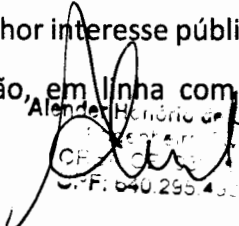
#### **15. Posicionamento Conclusivo Sobre A Viabilidade E Razoabilidade Da Contratação**

Após análise metódica embasa no estudo técnico preliminar conforme delineado pelo art. 18, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, juntamente com as demais disposições observadas durante a fase preparatória do processo, chega-se ao posicionamento conclusivo acerca da viabilidade e razoabilidade da contratação para execução de PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM-CE CONFORME PLANO DE AÇÃO Nº 09032026-093867/2026 .

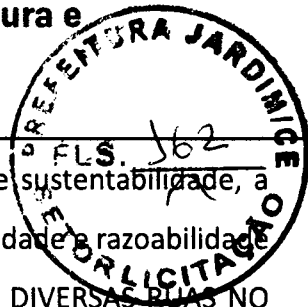
Considerando o objetivo de garantir a adequação, eficiência e eficácia à Administração Pública em suas contratações, e em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e desenvolvimento nacional sustentável estabelecidos pela referida Lei. A seguir estão os pilares que fundamentam este posicionamento:

- A necessidade essencial do objeto foi devidamente caracterizada, conforme o art. 18, I da Lei nº 14.133/2021, demonstrando o interesse público envolvido na resolução de problemas evidentes na qualidade de vida dos munícipes de Jardim/CE.
- Os requisitos da contratação, assim como os objetivos de desenvolvimento sustentável e impactos ambientais positivos, foram rigorosamente considerados, alinhando o projeto as melhores práticas e aos padrões mais avançados exigidos, em conformidade com os incisos III, XII E XIII do §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.
- O levantamento de mercado e a estimativa de valor da contratação, fundamentados no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, confirmam a razoabilidade dos custos associados. A análise de preços veio a comprovar que os valores estão compatíveis com os praticados no mercado, além de estarem de acordo com as peculiaridades e a economia de escala envolvidas no objeto em questão.
- As contratações correlatas identificadas não apenas promovem a integração e otimização dos recursos empregados, mas também asseguram a conformidade com o art. 18, XI da Lei em menção.
- O objeto satisfaz plenamente os critérios de seleção baseados no melhor interesse público, proporcionando uma solução vantajosa, eficiente e efetiva para a administração, em linha com os objetivos estabelecidos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

  
Urias Cavalcante Novais Tavares  
Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos  
Portaria Nº 0201008 2025-GP


  
Alander Honorio de F. L.  
Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos  
CEP: 640.295-400

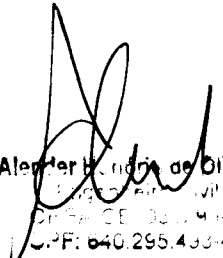




Em vista dos pontos apresentados e considerando os rigorosos padrões de sustentabilidade, a análise técnica, econômica e ambiental do objeto, pode-se concluir pela plena viabilidade e razoabilidade da contratação proposta para execução de PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM-CE CONFORME PLANO DE AÇÃO N° 09032026-093867/2026. Assim, recomenda-se a continuidade do processo licitatório, garantindo-se que todas as fases subsequentes sigam os preceitos e orientações estabelecidas na Lei n° 14.133/2021, visando a promoção do bem-estar da população e do desenvolvimento sustentável das regiões a serem atendidas no município.

Jardim/CE, 11 de maio de 2026.

  
**Urias Cavalcante Novais Tavares**  
Secretário de Infraestrutura e Serviços Urbanos  
Portaria N° 0201003/2025-GP

  
**Alexander Henrique de Oliveira**  
Engenheiro Civil  
CREA-CE: 060.944-D  
CPF: 640.295.433-49





GOVERNO MUNICIPAL  
**JARDIM**  
VALORIZANDO NOSSA GENTE!

Secretaria de Infraestrutura e  
Serviços Urbanos



**CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**  
**PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO**  
**BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE**  
**JARDIM-CE CONFORME PLANO DE AÇÃO N° 09032026-**  
**093867/2026**

**RESPONSÁVEL TÉCNICO:**

**JARDIM, 11 DE MAIO DE 2026**



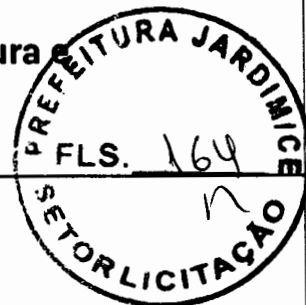
[www.jardim.ce.gov.br](http://www.jardim.ce.gov.br)



[infraestrutura@jardim.ce.gov.br](mailto:infraestrutura@jardim.ce.gov.br)



**Rua Leonel Alencar, 370**  
**Centro, Jardim-CE**



## ÍNDICE

1. DEFINIÇÕES .....	3
1.1. - GERAIS .....	3
1.2. OBJETIVOS .....	3
1.3. DISPOSIÇÕES GERAIS .....	4
1.4. ATRIBUIÇÕES DA FISCALIZAÇÃO .....	6
1.5. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA .....	7
2. SERVIÇOS .....	9
2.1 PLACA DE OBRA .....	9
2.1.1. DEFINIÇÃO .....	9
2.1.2. DIMENSÕES E CORES .....	9
2.1.3. MEDIÇÃO E PAGAMENTO .....	10
2.2 SERVIÇOS TÉCNICOS .....	10
2.2.1 ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES .....	10
2.2.1.1 REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019 .....	10
2.2.1.2 MEIO FIO DE PEDRA GRANÍTICA .....	11
Serviço de fornecimento e assentamento de meio-fio em pedra granítica, destinado à contenção lateral de pavimentos e delimitação de vias no âmbito do projeto de recomposição de pavimentação em pedra tosca, manutenção de trechos asfálticos, calhas de drenagem pluvial, bueiros e vias urbanas e rurais. A execução compreende o preparo da base, assentamento das peças com alinhamento e nivelamento adequados, rejuntamento e travamento lateral, garantindo estabilidade, durabilidade e acabamento conforme orientações da fiscalização. ....	11
2.2.1.3 EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PEDRAS POLIÉDRICAS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020 .....	11
Serviço de execução de pavimentação em pedra tosca, compreendendo a preparação e regularização do subleito, execução da camada de assentamento em material granular, colocação manual das pedras poliédricas com ajuste, alinhamento e travamento adequado, garantindo bom intertravamento e estabilidade. Após o assentamento, realiza-se o rejuntamento com argamassa de cimento e areia no traço 1:3, promovendo maior rigidez, vedação das juntas e durabilidade do pavimento. O serviço inclui compactação final, limpeza da superfície e acabamento conforme projeto e orientações da fiscalização, no contexto das obras de recomposição e melhoria da trafegabilidade das vias. ....	11
2.2.1.4 EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 10 CM ALTURA. AF_01/2024 .....	11
Serviço de execução de sarjeta em concreto usinado, moldada no local, destinada à condução de águas pluviais ao longo das vias. Inclui preparo da base, montagem de formas quando necessário, lançamento do concreto, adensamento, acabamento superficial e cura, garantindo seção com 30 cm de base e 10 cm de altura, alinhamento e caimento adequados para escoamento eficiente. O serviço contempla materiais, mão de obra e equipamentos necessários, assegurando durabilidade e integração com o sistema de drenagem no âmbito das intervenções viárias. ....	11
2.2.1.5 PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA .....	12
2.2.1.5.1. DEFINIÇÃO .....	12
2.2.1.5.2. MATERIAIS .....	12
2.2.1.5.3. EQUIPAMENTOS .....	13
2.2.1.5.4. EXECUÇÃO .....	13
2.2.1.5.5. CONTROLE .....	16
2.2.1.5.6. MEDIÇÃO E PAGAMENTO .....	18
2.2.1.5.7. MEDIÇÃO E PAGAMENTO .....	18

Alencar, Hildônio de Oliveira  
Engenheiro Civil  
CPF: 039.259.9-D  
CPF: 640.295.433-49



## **1. DEFINIÇÕES**

### **1.1. - GERAIS**

No presente documento serão adotadas as seguintes convenções e siglas:

**CONTRATANTE** - Prefeitura Municipal de Jardim.

**CONTRATADA** - Empresa construtora que for contratada para execução de obras e serviços.

**FISCALIZAÇÃO** - Atividade exercida de modo sistemático pelo CONTRATANTE e/ou seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.

**ABNT** - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

**NB** - Norma Brasileira da ABNT.

**MB** - Método Brasileiro da ABNT.

**EB** - Especificação Brasileira da ABNT.

**PEB** - Projeto de Especificação Brasileira.

**RN** - Referência de Nível Oficial do IBGE.

**RRNN** - Referências de Nível Auxiliares.

Alencar Honório de Oliveira  
Engenheiro Civil  
CREA-CE 069219-D  
CPF: 640.295.493-49

### **1.2. OBJETIVOS**

As presentes Especificações Técnicas têm por finalidade a instituição das condições gerais e específicas que deverão ser obedecidas durante a execução e fornecimento de materiais das obras contratadas pela CONTRATANTE, bem como caracterizar as obrigações e direitos da CONTRATANTE e da CONTRATADA a qual foi confiada a execução das referidas obras.



Estas Especificações, juntamente com os critérios de medições, o projeto da obra e suas revisões, serão parte integrante do Contrato, valendo como se fossem transcritas no mesmo.

Mesmo no caso de não ser especificamente citado, prevalecerão na execução dos serviços e no emprego de materiais, tudo aquilo que estiver regulado pelas Normas, Especificações, Métodos e Terminologias elaboradas ou recomendadas pela ABNT. As normas indicadas nestas Especificações servem como referência básica para serviços e materiais sendo aceitas diretrizes de outras normas, desde que estas atendam às exigências contidas nestas Especificações e nas normas nela citadas, a critério da CONTRATANTE.

Todos os serviços e materiais a serem utilizados nas obras deverão cumprir as condições estabelecidas nestas Especificações e nas normas nela citadas.

Fica estabelecido que a omissão de normas e procedimentos neste documento ou no Projeto, não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de executar os serviços dentro da melhor técnica cabível, tendo em vista o resultado satisfatório dos trabalhos.

Poderá ainda a CONTRATANTE estabelecer, em qualquer época, normas e procedimentos complementares ao presente trabalho, quando, no seu entendimento, essas complementações e alterações venham a proporcionar melhorias no andamento dos serviços contratados. Revisões posteriores também ocorrerão em função das necessidades de se adaptar e até de substituir os processos executivos aqui estabelecidos, tendo em vista o surgimento de novas tecnologias na área da construção civil.

A mão-de-obra deverá ser experiente, esmerada no seguir às especificações e acabamento dos serviços. À FISCALIZAÇÃO, reserva-se o direito de ordenar a exclusão, mediante notificação escrita à CONTRATADA, de qualquer pessoa que ela julgue não apta às funções que desempenha.

### 1.3. DISPOSIÇÕES GERAIS

Alencar Honorio de Oliveira  
Engenheiro Civil  
CRM-CE 035293-D  
CPF: 440.295.453-49





A FISCALIZAÇÃO das obras e serviços será exercida pela CONTRATANTE diretamente ou através de Consultoria pela mesma credenciada.

A CONTRATADA não poderá, sob nenhum pretexto ou hipótese, subcontratar todos os serviços e obras objeto do contrato. Somente poderá subcontratar parte dos serviços se a subcontratação for admitida no contrato, bem como for aprovada prévia e expressamente pelo CONTRATANTE. Se autorizada a efetuar a subcontratação de parte dos serviços e obras, a CONTRATADA realizará a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responderá perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

Antes do início das obras, a CONTRATADA submeterá à FISCALIZAÇÃO o programa de ataque e desenvolvimento mensal das obras.

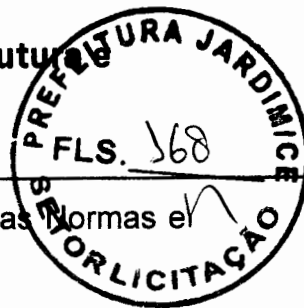
O prazo de conclusão da obra poderá ser estendido por um período julgado plausível pela FISCALIZAÇÃO se algum retardamento ocorrer, devido a causas imprevisíveis, sem que haja negligência da CONTRATADA, desde que a mesma considere procedentes as alegações da CONTRATADA, em consoante com a Lei 8.666 e suas alterações.

A CONTRATADA deverá se comunicar com a CONTRATANTE através da FISCALIZAÇÃO, sendo que qualquer reclamação ou reivindicação da CONTRATADA, durante ou após a execução das obras, deverá ser feito por escrito, de modo mais claro possível, com referências aos fatos e aos itens do Contrato e das Especificações que julgar aplicável.

Deverá existir obrigatoriamente no escritório da obra um LIVRO DE OCORRÊNCIAS, onde serão registrados pela FISCALIZAÇÃO e CONTRATADA, o andamento e as ocorrências notáveis da obra.

Todos os materiais, obras e serviços a serem empregados ou executados, deverão atender ao exigido nas presentes Especificações nos projetos elaborados, no Contrato firmado entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA e

Alencar, Leonel de Oliveira  
Engenheiro Civil  
CRS 208.108.252-0  
CRA 040.296.493-40



nas ordens escritas da FISCALIZAÇÃO, e, nos casos omissos, nas Normas e Especificações da ABNT.

#### 1.4. ATRIBUIÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

A FISCALIZAÇÃO poderá exigir, de pleno direito e a qualquer momento, que sejam adotados pela CONTRATADA, providências suplementares necessárias à segurança dos serviços e ao bom andamento da obra. Terá também, plena autoridade para suspender, por motivos técnicos, disciplinares, de segurança ou outros, os serviços da obra, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente.

A FISCALIZAÇÃO se reserva o direito de revisar os projetos e as Especificações.

A existência da FISCALIZAÇÃO não exime as responsabilidades integrais única e exclusivas da CONTRATADA, no que concerne às obras e suas implicações próximas ou remotas, sempre em conformidade com o Contrato, Especificações, o Código Civil Brasileiro e demais leis e regulamentos vigentes.

É prerrogativa da FISCALIZAÇÃO:

- a) recusar serviços executados em desacordo com o contrato ou com o projeto;
- b) determinar a rejeição de materiais, equipamentos e componentes que estiverem em desacordo com as especificações constantes em contrato;
- c) vetar o emprego de pessoal comprovadamente desqualificado para a atividade que exerce;
- d) proibir a utilização de apetrechos, ferramentas e máquinas comprovadamente inadequadas;
- e) determinar a paralisação dos trabalhos que estiverem sendo executados, quando em desacordo com o projeto ou com o contrato;
- f) ser comunicado em tempo hábil da ocorrência dos eventos por ele previamente relacionados, em que sua presença se fizer necessária.

Alencar, Hélio de Oliveira  
Engenheiro Civil  
CPF: 640.265.422-4



- g) alertar os intervenientes quanto ao cumprimento das medidas de segurança previstas em regulamentos normativos, normas legais, referentes à segurança do trabalho e normas brasileiras registradas compulsórias;
- h) receber oportunamente os serviços executados, de acordo com o contrato, quando tiver esta delegação.

### 1.5. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

A CONTRATADA compromete-se a manter, em caráter permanente, à frente dos serviços, um engenheiro civil (engenheiro residente) de reconhecida capacidade, escolhido por ela e aceito pela CONTRATANTE, o qual representará a CONTRATADA, sendo todas as instruções dadas a ele válidas como sendo dadas a própria CONTRATADA. Esse representante, além de possuir conhecimentos e capacidade profissional requeridos, deverá ter autoridade suficiente para resolver qualquer assunto relacionado com a obra. O engenheiro residente só poderá ser substituído com o prévio conhecimento e aprovação da CONTRATANTE.

A CONTRATADA não poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições destas Especificações, do Contrato ou do Projeto, bem como tudo que estiver contido nas normas, Especificações e métodos da ABNT.

Deverá a CONTRATADA acatar de modo imediato as ordens da FISCALIZAÇÃO, dentro do contido nesta Especificação e no Contrato.

A CONTRATADA deverá começar os trabalhos dentro do prazo previsto em Contrato e deverá terminar todos os trabalhos referentes às obras dentro do prazo final de construção, previsto no Cronograma, o qual deverá ser atualizado mensalmente, pelo mesmo, e então enviado à FISCALIZAÇÃO nos primeiros dias de cada mês para fins de acompanhamento.

Alencar, 03 de 03 de 2018  
CPF. 040.295.400-40





A CONTRATADA deverá estar sempre em condições de atender à FISCALIZAÇÃO e prestar-lhe todos os esclarecimentos e informações sobre a programação e o andamento da obra, as peculiaridades dos diversos trabalhos e tudo mais que a FISCALIZAÇÃO julgar necessário, permitindo a inspeção e o controle, por parte da FISCALIZAÇÃO, de todos os serviços, materiais e equipamentos, em qualquer época e lugar, durante a execução das obras.

A CONTRATADA deverá afastar do serviço e do canteiro de obras toda e qualquer pessoa que, por conduta, pessoal ou profissional, possa prejudicar o bom andamento da obra ou a ordem do canteiro.

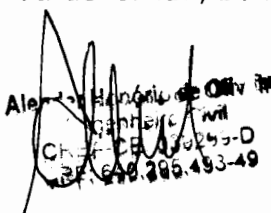
A CONTRATADA deverá retirar do canteiro de obras os materiais porventura impugnados pela FISCALIZAÇÃO, dentro de 48 horas a contar da determinação atinente ao assunto.

Se as circunstâncias ou condições locais tornarem, porventura, aconselhável a substituição de alguns dos materiais especificados por outros equivalentes, essa substituição somente poderá se dar mediante autorização expressa da FISCALIZAÇÃO, para cada caso particular.

Deverá a CONTRATADA cumprir rigorosamente a legislação sobre Segurança e Higiene do Trabalho e Social em vigor no Brasil, bem como manter seu pessoal segurado contra acidentes do trabalho.

Qualquer material ou trabalho executado que não satisfaça as Especificações ou que se difira do indicado no projeto, ou qualquer trabalho não previsto, executado sem autorização escrita da FISCALIZAÇÃO, será considerado inaceitável, devendo a CONTRATADA remover, reconstituir ou substituir o mesmo, ou qualquer parte da obra comprometida pelo trabalho defeituoso, sem qualquer pagamento extra.

A CONTRATANTE somente proverá a medição final após a apresentação pela CONTRATADA do balanço de material recebido e aplicado ou devolvido, bem como a entrega dos cadastros das obras executadas.

  
Alexandre Henrique de Oliveira  
Engenheiro Civil  
C.R.C. 024.243-D  
CPF: 640.285.493-49



## **1. SERVIÇOS**

### **1.2 PLACA DE OBRA**

#### **FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA**

##### **1. DEFINIÇÃO**

A placa de obra deverá ser confeccionada em chapas planas, metálicas, galvanizadas, em material resistente às intempéries. As informações deverão estar em material plástico (poliestireno), para fixação ou adesivação nas placas. Quando isso não for possível, as informações deverão ser pintadas a óleo ou esmalte. Dá-se preferência ao material plástico, pela sua durabilidade e qualidade. A placa deverá ser afixada em local visível, preferencialmente voltada para a via que favoreça a melhor visualização. É de responsabilidade de a executante confeccionar, afixar e manter em bom estado de conservação a placa da obra.

##### **2. DIMENSÕES E CORES**

As dimensões e as cores deverão obedecer ao layout abaixo.

O tamanho da placa será de 2,0 metros de altura por 3 metros de base, respeitando a proporção 2:1. O quadrante superior esquerdo destinar-se-á ao nome da obra, devendo ter letras brancas sobre fundo verde. O quadrante inferior esquerdo deverá ter as informações gerais como nº do contrato, valor da obra, prazo, extensão, construtora, órgão executor e informações técnicas. O quadrante direito superior é destinado ao brasão do Governo com sua secretaria.

Alencar, Leonel de Oliveira  
Advogado Civil  
OAB/CE 105.299-0  
CPF: 040.295.433-48



O quadrante direito inferior é destinado as marcas das outras instituições participantes da obra.

### 3. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Será medido e pago o item, se todas as especificações técnicas estiverem em conformidade e o item for instalado no local correto.

## 2. SERVIÇOS TÉCNICOS

### 2.1 ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES

Serviço técnico especializado correspondente à atuação de engenheiro civil júnior na condução e acompanhamento das atividades de campo, incluindo planejamento, supervisão, controle tecnológico, medições, apoio à fiscalização e verificação da conformidade dos serviços executados. Contempla encargos complementares como encargos sociais, trabalhistas, benefícios, equipamentos de proteção individual e demais custos indiretos necessários ao desempenho das funções, garantindo o atendimento às normas técnicas e à qualidade das intervenções no âmbito do projeto.

### 3.0 MOVIMENTO DE TERRA

#### 3.1 REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF\_11/2019

Esta especificação aplica-se à regularização do subleito da via a ser pavimentada com a terraplenagem concluída. Regularização é a operação que é executada prévia e isoladamente na construção de outra camada do pavimento, destinada a conformar o subleito, quando necessário, transversal e longitudinalmente. O grau de compactação deverá ser no mínimo, 100% em relação à massa específica aparente seca máxima, obtida na energia do Proctor Intermediário. São indicados os seguintes tipos de equipamentos para execução da regularização: motoniveladora com escarificador; carro tanque distribuidor de água; rolos compactadores e mistura, serão escolhidos de acordo com o tipo de

Alexander Henrique de Oliveira  
Engenheiro Civil  
CREA/CE 039.999-0  
CPF: 640.295.493-49



material empregado e poderão ser utilizados outro, que não os especificados acima, desde que aceitos pela Fiscalização.

### **3.2 MEIO FIO DE PEDRA GRANÍTICA**

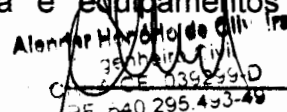
Serviço de fornecimento e assentamento de meio-fio em pedra granítica, destinado à contenção lateral de pavimentos e delimitação de vias no âmbito do projeto de recomposição de pavimentação em pedra tosca, manutenção de trechos asfálticos, calhas de drenagem pluvial, bueiros e vias urbanas e rurais. A execução compreende o preparo da base, assentamento das peças com alinhamento e nivelamento adequados, rejuntamento e travamento lateral, garantindo estabilidade, durabilidade e acabamento conforme orientações da fiscalização.

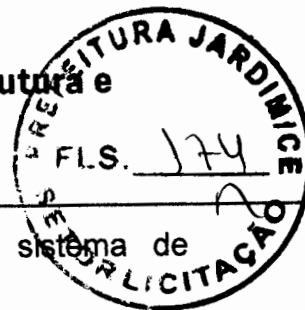
### **3.3 EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PEDRAS POLIÉDRICAS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF\_05/2020**

Serviço de execução de pavimentação em pedra tosca, compreendendo a preparação e regularização do subleito, execução da camada de assentamento em material granular, colocação manual das pedras poliédricas com ajuste, alinhamento e travamento adequado, garantindo bom intertravamento e estabilidade. Após o assentamento, realiza-se o rejuntamento com argamassa de cimento e areia no traço 1:3, promovendo maior rigidez, vedação das juntas e durabilidade do pavimento. O serviço inclui compactação final, limpeza da superfície e acabamento conforme projeto e orientações da fiscalização, no contexto das obras de recomposição e melhoria da trafegabilidade das vias.

### **3.4 EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 10 CM ALTURA. AF\_01/2024**

Serviço de execução de sarjeta em concreto usinado, moldada no local, destinada à condução de águas pluviais ao longo das vias. Inclui preparo da base, montagem de formas quando necessário, lançamento do concreto, adensamento, acabamento superficial e cura, garantindo seção com 30 cm de base e 10 cm de altura, alinhamento e caimento adequados para escoamento eficiente. O serviço contempla materiais, mão de obra e equipamentos.

  
Alencar Haroldo de Oliveira  
CPF: 640.295.493-49



necessários, assegurando durabilidade e integração com o sistema de drenagem no âmbito das intervenções viárias.

#### 4.0 PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA

##### 1. DEFINIÇÃO

Pavimentação em pedra tosca é um tipo é a constituição de blocos de pedra de dimensões irregulares, justapostos e cravados de topo por percussão e apoiados em colchão de areia e pó de brita, sendo confinados lateralmente por peças prismáticas de pedra granítica ou de concreto, tipo guia (meio-fio).

##### 2. MATERIAIS

###### 2.1. BLOCOS DE PEDRA

As Pedras Toscas serão amarradas de forma a apresentar uma face plana, que será a face superior, e ter dimensões que possam se inscrever num círculo de 10 a 20cm de diâmetro e tenham alturas variando entre 10 e 15cm.

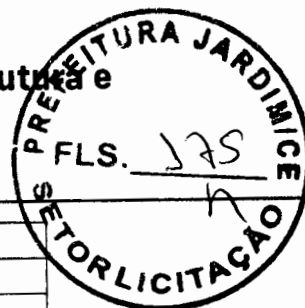
O material dos blocos de pedra deverá ser homogêneo, sem fendilhamento, sem alterações, possuir boas condições de dureza e de tenacidade e apresentar um Desgaste Los Angeles (DNER-ME 35) inferior a 40%.

###### 2.2. COLCHÃO GRANULAR

O colchão onde os blocos de pedras serão apoiados poderá ser de areia (de rio ou de campo) e brita 0. No caso da areia, ela deverá ser constituída de partículas limpas, duras e duráveis, apresentar Índice de Plasticidade nulo e ter a seguinte granulometria.

Alender Honório de Oliveira  
Engenheiro Civil  
OAB/CE 130.205-D  
CPF: 040.295.493-49

PENEIRA	% PASSANDO
---------	------------



Nº 4 (4,8mm)	100
Nº 80 (0,16mm)	20 – 30
Nº 200 (0,074mm)	2 – 12

Essa areia poderá ser empregada também no preenchimento das juntas entre os blocos de pedra.

Em caso de ser utilizado o pó de brita como colchão, os grãos deverão apresentar dimensões entre 2,36 mm e 12,5 mm.

### 3. EQUIPAMENTOS

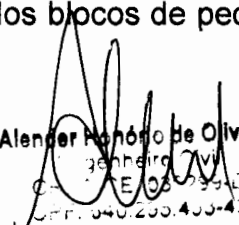
Todo equipamento deve ser cuidadosamente examinado pela Fiscalização, devendo dela receber a aprovação, sem o que não será dada ordem de serviço. O equipamento está inserido nos preços unitários das composições.

- Rolo Liso Metálico autopropulsor, com peso de 10 a 12 toneladas;
- Ferramentas Manuais: maço, martelo de calceteiro, ponteiro de aço, pás, picaretas, carrinhos de mão, réguas, nível de pedreiro, colher de pedreiro, cordel, vassouras;
- Se necessária motoniveladora com potência suficiente para espalhar, destorroar, misturar e homogeneizar o colchão de areia;
- Betoneira para confecção da argamassa de cimento;
- Caminhões basculantes para a carga e descarga dos blocos de pedra e para o material granular de assentamento.

### 4. EXECUÇÃO

#### 4.1. COLCHÃO GRANULAR

O material granular para assentamento dos blocos, satisfazendo as especificações, deverá ser transportado em caminhões basculantes. Deverá ser depositado em fileiras na pista e espalhados regularmente na área contida pelas guias, devendo a camada de areia ficar com espessura de 11,40cm.

  
Alender Antônio de Oliveira  
Engenheiro Civil  
C.R.E. 000.200.400-43



#### **4.2. ASSENTAMENTO DOS BLOCOS DE PEDRA**

Os blocos de Pedras Toscas podem ser transportados de caminhões basculantes ou de carroceria. Sua distribuição será feita ao longo do intervalo a ser calçamentado, de preferência ao lado pista. Caso tenha-se que distribuí-los dentro da pista, faz-se em fileiras longitudinais (paralelas ao eixo), interrompidas a cada 2,50m para permitir a implantação das linhas de referência para o assentamento dos blocos de pedra.

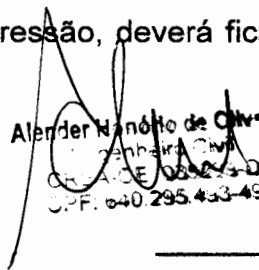
Os blocos de pedra tosca serão assentes sobre o colchão de areia em linhas perpendiculares ao eixo da pista, obedecendo às cotas e abaulamentos do projeto.

Em tangente, o abaulamento será feito em uma rampa (no caso de pistas com canteiro central) e em duas rampas (nos demais casos). No primeiro caso deverão ser dispostas a partir do bordo tangente ao canteiro central com abaulamento iniciando neste; no segundo caso dever-se-á iniciar a partir do eixo médio da pista, sempre com declividade variando entre 3% e 4%. Nas curvas, a declividade transversal será a indicada pela superelevação projetada.

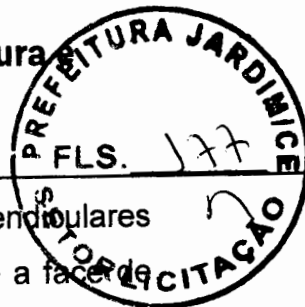
As juntas de cada fiada de pedra deverão ser alternadas com relação às das duas fiadas vizinhas de tal modo que cada junta fique em frente ao bloco de pedra, no seu terço médio.

A colocação dos blocos de pedras deverá ser feito da seguinte maneira:

Inicialmente assentam-se cinco linhas de Pedras Mestras, paralelas ao eixo da rodovia, nos seguintes locais: eixo da pista, bordo esquerdo, bordo direito, meio da faixa de tráfego esquerda, meio da faixa de tráfego direita. Em cada linha as pedras mestras são espaçadas de 2,50m uma das outras. A distância entre dois alinhamentos de pedras mestras não deve ser superior a 2,50m. A cota de cada pedra mestra, antes da compressão, deverá ficar 1cm acima da cota de Projeto.

  
Alender Manoel de Oliveira  
Engenheiro Civil  
CREA-CE 000243-0  
CPF: 640.295.453-49





No assentamento das demais pedras, sempre em fileiras perpendiculares ao eixo, deve-se proceder da seguinte maneira: o operário escolhe a face de rolamento e, com o martelo, fixa a pedra no colchão de areia, com essa face para cima. Após o assentamento da primeira pedra, assenta-se igualmente a Segunda, escolhendo-se convenientemente a face de rolamento e a face que encostar-se à pedra já assentada. As pedras devem se tocar ligeiramente, formando-se as juntas pelas irregularidades das duas faces, não podendo essas juntas serem alinhadas nem exceder a 1,5cm. As demais pedras serão assentes com os mesmos cuidados.

Como as pedras são irregulares, a boa qualidade do assentamento depende muito da habilidade do calceteiro. Mesmo com os cuidados necessários, sempre aparecerão juntas mais alargadas, devendo nestes casos serem preenchidas (acunhadas) com pedras menores.

Igualmente às pedras mestras, as demais pedras antes da compressão ficarão 1cm acima das cotas de projeto.

#### 4.3. COMPRESSÃO

Para o calçamento em Pedras Toscas, a compressão é feita com a utilização de Rolo de Cilindro Metálico Autopropulsor, com peso entre 10 e 12 toneladas.

Antes da compressão com o rolo metálico, joga-se areia sobre o calçamento, na quantidade suficiente para preencher as juntas e formar uma camada sobre o calçamento de aproximadamente 2cm. Para ajudar no preenchimento das juntas deve-se utilizar vassouras no espalhamento da areia de compressão. As pedras sob a camada de areia devem ser batidas inicialmente com compactador manual tipo Placa Vibratória ou com soquete manual tipo maço e em seguida passa-se o rolo compressor, começando-se pelo ponto de menor cota para o de maior cota na seção transversal.

Alencar Honório de Oliveira  
Engenheiro Civil  
C.R.C. - CE 06.299-D  
C.F.P. 640.295.453-48



Cada passada do rolo deve ser recoberta, na seguinte, em pelo menos metade da largura rolada. O número de passadas, assim executadas, é de 3 vezes no mínimo.

Terminada a compressão, o excesso de areia sobre o calçamento é retirado com vassouras. Se o calçamento for receber um revestimento com mistura asfáltica, além da varredura, deve-se lavar a pista com passadas rápidas do carro pipa, antes da execução da pintura de ligação do calçamento com o revestimento.

#### 4.4. REJUNTAMENTO

Deve ser realizado após a compressão, o rejuntamento/travamento das pedras ocorrerá por meio de pó de pedra.

#### 4.5. PROTEÇÃO E ENTREGA AO TRAFEGO

Durante todo período de construção e até a sua conclusão, deverão ser construídas valetas provisórias e outras providências que desviem as enxurradas e danos causados por águas de chuva.

Não será permitido o tráfego de veículos sobre o calçamento em construção. Deve-se abrir o tráfego somente 21 dias após a execução do rejuntamento.

### 5. CONTROLE

#### 5.1. DOS MATERIAIS

##### a) AREIA

Dois ensaios de Granulometria (DNER-ME 80), LL (DNER-ME 122) e IP = LL - LP (DNER-ME 82) com amostra das primeiras carradas de areia que chegar na pista. A areia que não obedecer as especificações será rejeitada, com ônus para a construtora.

Alender Nônio de Oliveira  
Engenheiro Civil  
CREA-CE 035295-D  
C.P.F. 640.295.453-49



Repetir esses ensaios toda vez que mudar a fonte de areia, ou quando houver mudança visual na areia da fonte em utilização.

Por inspeção visual, a Fiscalização fará a rejeição da areia que apresentar contaminações com materiais impróprios para o colchão de areia.

#### b) BLOCOS DE PEDRA

As dimensões dos blocos de pedra serão controladas visualmente e por medições diretas com trena. Numa mesma fileira será tolerado no máximo 10% dos blocos de pedras com qualquer das dimensões fora dos limites especificados.

Por inspeção visual, a Fiscalização fará a rejeição dos blocos de pedras que apresentarem depressões ou saliências acentuadas nas faces, ou outra deformação prejudicial a qualidade do calçamento.

### 5.2. DA COMPRESSÃO

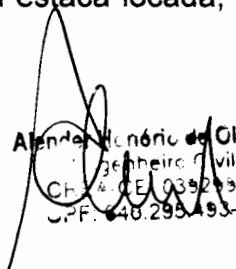
A rolagem com o rolo compressor só será suspensa após a constatação visual da ausência de deformações ou acomodações, verificadas pelo acompanhamento do rolo em duas passadas em toda área a ser liberada.

### 5.3. DA GEOMETRIA

O alinhamento das bordas do calçamento será definido pelo traçado das guias (meio-fio), seja em tangentes ou curvas.

A espessura será verificada após a compressão da camada. Está será controlada por nivelamento do eixo e bordos, em cada estaca locada, antes e depois da execução do Calçamento.

### 5.4. DA TOLERANCIA

  
Alender Alcântara de Oliveira  
Engenheiro Civil  
CRM: 40.035.293-D  
CPF: 448.295.493-49



Tolerâncias - para valores individuais de espessura, o intervalo  $(h - 2) \text{ cm}$  a  $(h + 2) \text{ cm}$ , sendo  $h$  = espessura do Projeto.

- para a espessura mínima estatística do segmento a ser controlado,  
 $h_{\min} \geq (h - 1,00) \text{ cm}$ , calculando-se  $h_{\min}$  pela seguinte fórmula:

$$h_{\min} = \bar{X} - \frac{1,29s}{\sqrt{N}} - 0,68s$$

onde:  $\bar{X} = \frac{\sum X_i}{N}$

$$s = \sqrt{\frac{\sum (X_i - \bar{X})^2}{N - 1}}$$

$N$  = número de valores ( $N \geq 9$ )

Não será tolerado nenhum valor individual de espessura fora do intervalo especificado e de espessura mínima estatística inferior a espessura do projeto em mais de 1cm. O serviço não aprovado (NAP) será refeito.

## 6. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A medição da pavimentação em Pedra Tosca com rejuntamento será feita através da área executada, em metros quadrados, obedecendo à seção tipo do Projeto. Só serão considerados satisfatoriamente executados, os trechos com espalhamento do rejunte por inspeção visual.

O pagamento deverá ser realizado segundo os preços da proposta da empresa vencedora. Preferencialmente, será realizado pagamento **POR LOGRADOURO**, após as mesmas estiverem **TOTALMENTE** próprias para tráfego.

## 7. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Alexandre Henrique de Oliveira  
Engenheiro Civil  
CREA/CE 039289-D  
CPF 040.295.453-40

A medição do item se dará por área efetivamente limpa, conforme inspeção visual da equipe técnica de engenharia do município. Área



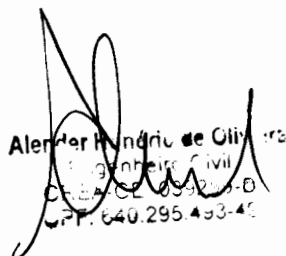
GOVERNO MUNICIPAL  
**JARDIM**  
VALORIZANDO NOSSA GENTE!

Secretaria de Infraestrutura e  
Serviços Urbanos



efetivamente limpa corresponde a área em que os resíduos foram recolhidos, com destinação realizada de forma correta.

O pagamento deverá ser realizado segundo os preços da proposta da empresa vencedora. Preferencialmente, será realizado pagamento **POR LOGRADOURO**, após as mesmas estiverem **TOTALMENTE** próprias para tráfego.

  
Alexander R. de Oliveira  
Engenheiro Civil  
CREA/CE 069.295-8  
CPF: 640.295.493-40





**Anotação de Responsabilidade Técnica - ART**  
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

**CREA-CE**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará**



**1. Responsável Técnico**

**ALENDER HONORIO DE OLIVEIRA**

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL, MBA EM PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS, ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO, ESP. EM INFRAESTRUT. DE TRANSP. UTILIZANDO A METODOL.BIM, PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU 'MASTER BIM SPECIALIST', PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM 'ENGENHARIA DE TRÁFEGO'**

RNP: 0600145140

Registro: 39299CE

Empresa contratada: **VÉRTICE ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA**

Registro: 0000395560-CE

**2. Dados do Contrato**

Contratante: **Prefeitura Municipal de Jardim**

**RUA LEONEL ALENCAR**

Complemento:

Cidade: **JARDIM**

Bairro: **CENTRO**

UF: **CE**

CPF/CNPJ: 07.391.006/0001-86

Nº: 370

CEP: 63290000

Contrato: **Não especificado**

Celebrado em: **18/08/2025**

Valor: **R\$ 6.500,00**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação Institucional: **NENHUMA - NÃO OPTANTE**

**3. Dados da Obra/Serviço**

**RUA 1 SDO, 2 SDO, JOÃO TELES DE CASTRO, VERE. LIVINO MARCOLINO DOS SANTOS, JOÃO PEREIRA VALÕES, ROMÃO PEQUENO**

Nº: SN

Complemento: **DIVERSAS RUAS - BELA VISTA**

Cidade: **JARDIM**

Data de início: **18/08/2025**

Previsão de término: **18/08/2026**

Bairro: **BEATRIZ PEQUENO TELES**

UF: **CE**

CEP: 63290000

Coordenadas Geográficas: **-7.592834, -39.271591**

Finalidade: **Cadastral**

Código: **Não Especificado**

Proprietário: **Prefeitura Municipal de Jardim**

CPF/CNPJ: 07.391.006/0001-86

**4. Atividade Técnica**

	Quantidade	Unidade
14 - Elaboração		
80 - Projeto > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.4 - EM PEDRA PARA VIAS URBANAS	3.707,66	m2
35 - Elaboração de orçamento > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.4 - EM PEDRA PARA VIAS URBANAS	3.707,66	m2
18 - Fiscalização		
60 - Fiscalização de obra > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.2 - ASFÁLTICA PARA VIAS URBANAS	3.707,66	m2

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

**5. Observações**

ART REFERENTE À ELABORAÇÃO DOS PROJETOS, FISCALIZAÇÃO E ORÇAMENTO PARA AS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA DE DIVERSAS RUAS DO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES, NO MUNICÍPIO DE JARDIM - CE. COM ÁREA TOTAL DE 3.707,66 M2.

**6. Declarações**

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

**7. Entidade de Classe**

**NENHUMA - NÃO OPTANTE**

**8. Assinaturas**

Declaro serem verdadeiras as informações acima

*JARDIM - CE, 11 de MAIO de 2026*

Local

data



Documento assinado eletronicamente com credenciais de login e senha  
**ALENDER HONORIO DE OLIVEIRA**  
RNP: 0600145140  
Data: 11/05/2026 15:15:38

**ALENDER HONORIO DE OLIVEIRA:640 29549349**

Assinado de forma digital por ALENDER HONORIO DE OLIVEIRA:6402954934  
Dados: 2026.05.11 15:17:33 -03'00'

**ALENDER HONORIO DE OLIVEIRA - CPF: 640.295.493-49**

*[Assinatura manuscrita]*  
Prefeitura Municipal de Jardim - CNPJ: 07.391.006/0001-86

*[Assinatura manuscrita]*  
**Urias Cavalcante Novais Tavares**  
Secretário de Infraestrutura e Serviços Urbanos  
Portaria Nº 0201008/2025-GP

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-ce.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 5w18B  
Impresso em: 11/05/2026 às 15:15:38 por: , ip: 187.19.186.163

[www.creace.org.br](http://www.creace.org.br)  
Tel: (85) 3453-5800

[faleconosco@creace.org.br](mailto:faleconosco@creace.org.br)  
Fax: (85) 3453-5804

**CREA-CE**  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART  
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

**CREA-CE**

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará



**9. Informações**

\* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

**10. Valor**

Valor da ART: R\$ 108,39 Registrada em: 15/04/2026 Valor pago: R\$ 108,39 Nosso Número: 8218778735

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-ce.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 5w18B  
Impresso em: 11/05/2026 às 15:15:38 por: , ip: 187.19.186.163

[www.creace.org.br](http://www.creace.org.br)  
Tel: (85) 3453-5800

[faleconosco@creace.org.br](mailto:faleconosco@creace.org.br)  
Fax: (85) 3453-5804

**CREA-CE**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Ceará





**Obra**  
**PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO**  
**BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM-CE CONFORME**  
**PLANO DE AÇÃO Nº 09032026-093867/2026**

**Bancos**  
**SINAPI - 03/2026 - Ceará**  
**SEINFRA - 028 - Ceará**

**B.D.I.**  
**23,5%**

**DATA:**  
**11/05/2026**

**Encargos Sociais**  
**Não Desonerado: embutido nos**  
**preços unitário dos insumos de**  
**mão de obra, de acordo com as**

**Orçamento Sintético**

Item	Código Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1		<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>					<b>585.299,34</b>	<b>100,00 %</b>
1.1	103689 SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	m²	6	501,39	619,21	3.715,26	0,63 %
1.2	93565 SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	1	24.879,76	30.726,50	30.726,50	5,25 %
1.3	C2032 SEINFRA	REGULARIZAÇÃO MECANIZADA ATÉ 0,40 M, COMPACTADA P/ PAVIMENTAÇÃO	m²	3707,66	12,85	15,86	58.803,48	10,05 %
1.4	101172 SINAPI	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PEDRAS POLIÉDRICAS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020	m²	3707,66	84,52	104,38	387.005,55	66,12 %
1.5	C3097 SEINFRA	MEIO FIO DE PEDRA GRANÍTICA	M	1434,11	24,55	30,31	43.467,87	7,43 %
1.6	94287 SINAPI	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 10 CM ALTURA. AF_01/2024	M	1434,11	34,77	42,94	61.580,68	10,52 %

**Total sem BDI**  
**Total do BDI**  
**Total Geral**

**473.974,35**  
**111.324,99**  
**585.299,34**

Alencar Honório da Oliveira  
Engenheiro Civil  
C.R.C. 036259-D  
CPF: 040.295.433-49







## Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos

PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM-CE CONFORME PLANO DE AÇÃO Nº 09032026-093867/2026

DATA: 11/05/2026

### Memória de Cálculo

Item	Descrição	Und	Quant. Memória de Cálculo
1	SERVIÇOS PRELIMINARES		
1.1	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	m²	6,0 = 2 x3 = 6 m²
1.2	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	1,0 = 1 mês
1.3	REGULARIZAÇÃO MECANIZADA ATÉ 0,40 M, COMPACTADA P/ PAVIMENTAÇÃO	m²	3.707,66 = RUA 1 S.D.O = 344,22 m² RUA 2 S.D.O = 307 m² RUA JOÃO PEREIRA VALÕES = 295,75m² RUA JOÃO TELES DE CASTRO = 1.529,82 m² RUA ROMÃO PEQUENO = 649,47 m² RUA VEREADOR LIVINO MARCOLINO = 581,40 m² Total Geral = 3.707,66 m²
1.4	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PEDRAS POLIÉDRICAS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020	m²	3.707,66 = RUA 1 S.D.O = 344,22 m² RUA 2 S.D.O = 307 m² RUA JOÃO PEREIRA VALÕES = 295,75m² RUA JOÃO TELES DE CASTRO = 1.529,82 m² RUA ROMÃO PEQUENO = 649,47 m² RUA VEREADOR LIVINO MARCOLINO = 581,40 m² Total Geral = 3.707,66 m²
1.5	MEIO FIO DE PEDRA GRANÍTICA	M	1.434,11 = RUA 1 S.D.O = 131,54 m RUA 2 S.D.O = 138,40 m RUA JOÃO PEREIRA VALÕES = 135,80m RUA JOÃO TELES DE CASTRO = 576,22m RUA ROMÃO PEQUENO = 223,70m RUA VEREADOR LIVINO MARCOLINO = 228,45m Total Geral = 1434,11 m
1.6	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 10 CM ALTURA. AF_01/2024	M	1.434,11 = RUA 1 S.D.O = 131,54 m RUA 2 S.D.O = 138,40 m RUA JOÃO PEREIRA VALÕES = 135,80m RUA JOÃO TELES DE CASTRO = 576,22m RUA ROMÃO PEQUENO = 223,70m RUA VEREADOR LIVINO MARCOLINO = 228,45m Total Geral = 1434,11 m

Alencar, Antônio de Oliveira  
Engenheiro Civil  
CPF: 039.299.000-00  
CPF: 640.295.493-49



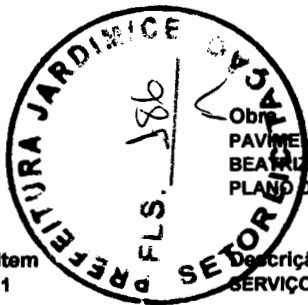
www.jardim.ce.gov.br



infraestrutura@jardim.ce.gov.br



Rua Leonel Alencar, 370  
Centro, Jardim-CE



Obriga  
PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO  
BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM-CE CONFORME  
PLANO DE AÇÃO Nº 09032026-093867/2026

Bancos  
SINAPI - 03/2026 - Ceará  
SEINFRA - 028 - Ceará

B.D.I.  
23,5%

DATA:  
11/05/2026

Encargos Sociais  
Não Desonerado: embutido  
nos preços unitário dos  
insumos de mão de obra, de  
acordo com as bases.

**Cronograma Físico e Financeiro**

Item  
1  
Descrição  
SERVIÇOS PRELIMINARES

Porcentagem  
Custo  
Porcentagem Acumulado  
Custo Acumulado

Total Por Etapa	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS	120 DIAS	150 DIAS	180 DIAS
100,00%	15,00%	15,00%	20,00%	20,00%	15,00%	15,00%
585.299,34	87.794,90	87.794,90	117.059,87	117.059,87	87.794,90	87.794,90
	15,0%	15,0%	20,0%	20,0%	15,0%	15,0%
	87.794,90	87.794,90	117.059,86	117.059,86	87.794,90	87.794,90
	15,0%	30,0%	50,0%	70,0%	85,0%	100,0%
	87.794,90	175.589,80	292.649,66	409.709,52	497.504,42	585.299,34

Alencar Henrique de Oliveira  
Engenheiro Civil  
CPF: 040.295.493-49

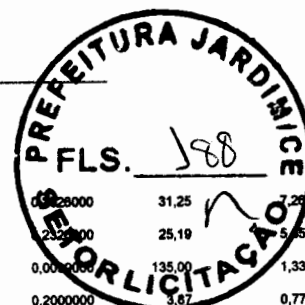




Composições Analíticas com Preço Unitário			Bancos		B.D.I.		
PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ			SINAPI - 03/2026 - Ceará		23,5%		
Composições Analíticas com Preço Unitário			Composições Principais				
	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
1.1 Composição	103689 SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF 03/2022 P8	Sinalização Vertical Viária	m²	1,0000000	501,39	501,39
Composição	102234 SINAPI	PINTURA EM MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF 01/2021	Pintura em Madeira	m²	0,5000000	22,65	11,32
Auxiliar	88262 SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,3729000	30,70	11,44
Auxiliar	88316 SINAPI	SERVEANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,1188000	25,19	28,17
Auxiliar	00004509 SINAPI	SARRAFO "2,5 X 10" CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIÃO - BRUTA	Material	M	3,2083000	5,81	17,99
Insuno	00004813 SINAPI	PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUÇÃO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA "N. 22", ADESIVADA, DE "2,4 X 1,2" M (SEM POSTES PARA FIXAÇÃO)	Material	m²	1,0000000	432,00	432,00
Insuno	00005065 SINAPI	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABEÇA 10 X 10 (7/8 X 17)	Material	KG	0,0113000	26,00	0,29
Insuno	00005069 SINAPI	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABEÇA 17 X 27 (2 1/2 X 11)	Material	KG	0,0132000	13,93	0,18
				MO sem LS =>	31,40	LS =>	0,00 MO com LS =>
				Valor do BDI =>		117,82	
				Valor com BDI =>		619,21	
1.2 Composição	93565 SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	MES	1,0000000	24.879,76	24.879,76
Insuno	00040811 SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR (MENSALISTA)	Mão de Obra	MES	1,0000000	23.762,57	23.762,57
Insuno	00040862 SINAPI	ALIMENTAÇÃO - MENSALISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	MES	1,0000000	690,76	690,76
Insuno	00040863 SINAPI	EXAMES - MENSALISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	MES	1,0000000	247,07	247,07
Insuno	00040864 SINAPI	SEGURO - MENSALISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	MES	1,0000000	18,28	18,28
Insuno	00043474 SINAPI	FERRAMENTAS - FAMÍLIA ENGENHEIRO CIVIL - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	MES	1,0000000	4,33	4,33
Insuno	00043498 SINAPI	EPI - FAMÍLIA ENGENHEIRO CIVIL - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	MES	1,0000000	156,75	156,75
				MO sem LS =>	23.762,57	LS =>	0,00 MO com LS =>
				Valor do BDI =>		5.846,74	
				Valor com BDI =>		30.726,50	
1.3 Composição	C2032 SEINFRA	REGULARIZAÇÃO MECANIZADA ATÉ 0,40 M., COMPACTADA P/ PAVIMENTAÇÃO	Tipo 0	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Insuno	10690 SEINFRA	CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3 (CHP)	Equipamento	H	0,0258000	178,86	4,52
Insuno	10706 SEINFRA	CAMINHÃO TANQUE 6.000 L (CHP)	Equipamento	H	0,0022000	184,89	0,36
Insuno	10708 SEINFRA	CARREGADEIRA DE PNEUS HP 111 (CHP)	Equipamento	H	0,0090000	233,48	2,10
Insuno	10722 SEINFRA	COMPAC. LISO VIBRAT. AUTOPROPELIDO (CHP)	Equipamento	H	0,0030000	229,40	0,68
Insuno	10723 SEINFRA	COMPAC. PÉ DE CARNEIRO VIBRAT. AUTOPROP. (CHP)	Equipamento	H	0,0020000	232,09	0,46
Insuno	10756 SEINFRA	MOTO NIVELADORA (CHP)	Equipamento	H	0,0080000	312,07	2,49
Insuno	10779 SEINFRA	TRATOR DE ESTEIRAS CLÁMINA E ESC. HP 155 (CHP)	Equipamento	H	0,0080000	281,22	2,24
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00 MO com LS =>
				Valor do BDI =>		3,01	
				Valor com BDI =>		15,86	
1.4 Composição	101172 SINAPI	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PEDRAS POLIÉDRICAS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF 05/2020	Tipo Pavimentações Diversas - Paralelepípedos e Pedras	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	5684 SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 18,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1,66 M - CHP DIURNO. AF 08/2014	Custos Honorários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,0031000	175,70	0,54
Auxiliar	5685 SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 18,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1,66 M - CHI DIURNO. AF 08/2014	Custos Honorários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,1077000	72,28	7,78
Composição	88260 SINAPI	CALCETEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,3325000	31,04	10,32
Auxiliar	88316 SINAPI	SERVEANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,3325000	25,19	8,37
Composição	88628 SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF 08/2019	Argamassas	m³	0,0440000	627,41	27,80
Auxiliar	00000367 SINAPI	AREIA GROSSA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	Material	m³	0,1140000	136,76	15,59
Insuno	00013186 SINAPI	PEDRA GRANÍTICA OU BASÁLTICA IRREGULAR, FAIXA GRANULOMÉTRICA 100 A 150 MM PARA PAVIMENTAÇÃO OU CALÇAMENTO POLIDRICO, POSTO PEDREIRA / FORNECEDOR (SEM FRETE)	Material	m³	0,1190000	120,40	14,32
				MO sem LS =>	19,26	LS =>	0,00 MO com LS =>
				Valor do BDI =>		19,86	
				Valor com BDI =>		104,38	
1.5 Composição	C3097 SEINFRA	MEIO FIO DE PEDRA GRANÍTICA	Tipo 0	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	C0568 SEINFRA	CAIAÇÃO EM DUAS DEMÃOS COM SUPERCAL	0	M	1,0000000	24,55	24,55
Auxiliar	C2784 SEINFRA	ESCAVAÇÃO MANUAL SOLO DE 1A.CAT. PROF. ATÉ 1,50m	0	m³	0,2500000	5,81	1,45
Composição	C3324 SEINFRA	ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA TRAÇO 1:4 COM AREIA PRODUZIDA	0	m³	0,0200000	53,68	1,07
Auxiliar	C3324 SEINFRA	ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA TRAÇO 1:4 COM AREIA PRODUZIDA	0	m³	0,0007000	472,80	0,33
Insuno	12391 SEINFRA	PEDREIRO	Mão de Obra	H	0,1500000	26,86	4,02
Insuno	12520 SEINFRA	MEIO FIO DE PEDRA GRANÍTICA	Material	M	1,0000000	11,81	11,81
Insuno	12543 SEINFRA	SERVEANTE	Mão de Obra	H	0,3000000	20,28	6,07
				MO sem LS =>	12,64	LS =>	0,00 MO com LS =>
				Valor do BDI =>		5,76	
				Valor com BDI =>		30,31	
1.6 Composição	94287 SINAPI	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 10 CM ALTURA. AF 01/2024	Tipo Guias e sarjetas	Und	Quant.	Valor Unit	Total
				M	1,0000000	34,77	34,77

Assinado digitalmente por  
Aldemir de Oliveira  
CPF: 040.295.400-49





Composição	88309 SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,028000	31,25	7,22
Auxiliar	88316 SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,232000	25,19	5,85
Composição Auxiliar Insumo	00000370 SINAPI	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	Material	m³	0,002000	135,00	1,33
Insumo	00004517 SINAPI	SARRAFO "2,5 X 7,5" CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	0,2000000	3,87	0,77
Insumo	00008212 SINAPI	TABUA "2,5 X 30 CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	0,0833000	18,33	1,52
Insumo	00034492 SINAPI	CONCRETO USINADO BOMBEAVEL, CLASSE DE RESISTENCIA C20, COM BRITA 0 E 1, SLUMP = 100 +/- 20 MM, EXCLUI SERVICO DE BOMBEAMENTO (NBR 8953)	Material	m³	0,0378000	480,00	18,04
		MO sem LS =>	8,96	LS =>	0,00	MO com LS =>	8,96
		Valor do BD! =>	8,17			Valor com BDI =>	42,94

Composições Auxiliares							
Composição	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
	C3130 SEINFRA	AREIA DE RIO - EXTRAÇÃO	0	m³	1,0000000	8,93	8,93
Insumo	10566 SEINFRA	CARREGADEIRA DE PNEUS HP 180 (CHI)	Equipamento	H	0,0000000	109,99	0,00
Insumo	10666 SEINFRA	TRATOR DE ESTEIRAS C/LÂMINA E ESC. HP 155 (CHI)	Equipamento	H	0,0008944	96,83	0,08
Insumo	10710 SEINFRA	CARREGADEIRA DE PNEUS HP 180 (CHP)	Equipamento	H	0,0138888	331,67	4,60
Insumo	10779 SEINFRA	TRATOR DE ESTEIRAS C/LÂMINA E ESC. HP 155 (CHP)	Equipamento	H	0,0131944	281,22	3,71
Insumo	12543 SEINFRA	SERVENTE	Mão de Obra	H	0,0277777	20,26	0,56
		MO sem LS =>		0,56	LS =>	0,00 MO com LS =>	0,56
		Valor do BDI =>		2,09		Valor com BDI =>	11,02

	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	C3324 SEINFRA	ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA TRAÇO 1:4 COM AREIA PRODUZIDA	0	m²	1,0000000	472,60	472,60
Composição	C3130 SEINFRA	AREIA DE RIO - EXTRAÇÃO	0	m³	1,2160000	8,93	10,85
Material	10805 SEINFRA	CIMENTO PORTLAND	Material	KG	365,0000000	0,71	259,15
Insunio	12543 SEINFRA	SERVENTE	Mão de Obra	H	10,0000000	20,26	202,60
			MO sem LS =>			0,00 MO com LS =>	203,28
			Valor do BDI =>			111,06	583,66

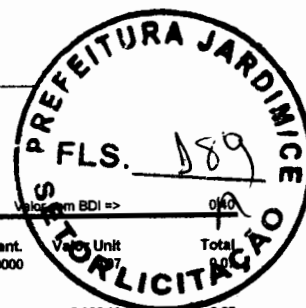
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88628	SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF 08/2019	Argamassas	m²	1,0000000	627,41	627,41
Composição Auxiliar	88377	SINAPI	OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONÁRIA/MISTURADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	3,4200000	30,15	103,11
Composição Auxiliar	88830	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - CHP DIURNO. AF 05/2023	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,8000000	1,92	1,53
Composição Auxiliar	88831	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - CHI DIURNO. AF 05/2023	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	2,6200000	0,40	1,04
Insumo	00000370	SINAPI	AREIA MÉDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	Material	m³	1,0700000	135,00	144,45
Insumo	00001378	SINAPI	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	Material	KG	483,7000000	0,78	377,28
				MO sem LS =>	78,47	LS =>	0,00 MO com LS =>	78,47
				Valor do BDI =>	147,44		Valor com BDI =>	774,85

	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	88831 SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - CHI DIURNO. AF 05/2023	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	1,0000000	0,40	0,40	
Composição Auxiliar	88826 SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - DEPRECIACÃO. AF 05/2023	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	0,33	0,33	
Composição Auxiliar	88827 SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - JUROS. AF 05/2023	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	0,07	0,07	
			MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
			Valor do BDI =>	0,09		Valor com BDI =>		0,49

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	88830	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - CHP DIURNO. AF 05/2023	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	1,0000000	1,92	1,92	
Composição Auxiliar	88826	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - DEPRECIACÃO. AF 05/2023	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	0,33	0,33	
Composição Auxiliar	88827	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - JUROS. AF 05/2023	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	0,07	0,07	
Composição Auxiliar	88828	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - MANUTENÇÃO. AF 05/2023	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	0,36	0,36	
Composição Auxiliar	88829	SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - MATERIAIS NA OPERAÇÃO. AF 05/2023	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	1,16	1,16	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	0,45		Valor com BDI =>		2,37

Composição	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
	88826 SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - DEPRECIAÇÃO. AF 05/2023	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	0,33	0,33	
Insumo	00010535 SINAPI	BETONEIRA, CAPACIDADE NOMINAL 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO 220/380 V, POTENCIA 2 CV, SEM CARREGADOR	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,0000640	5.285,00	0,33	
			MO sem LS =>	0,00		LS =>	0,00 MO com LS =>	0,00

Alfonso Hernández de Cárdenas



		Valor do BDI =>	0,07			Valor com BDI =>	0,07
Composição	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
	88827 SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - JUROS. AF 05/2023	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	0,07	0,07
Insumo	00010535 SINAPI	BETONEIRA, CAPACIDADE NOMINAL 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO 220/380 V, POTENCIA 2 CV, SEM CARREGADOR	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,0000148	5.285,00	0,07
		MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
		Valor do BDI =>	0,01			Valor com BDI =>	0,08
Composição	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
	88828 SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - MANUTENÇÃO. AF 05/2023	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	0,36	0,36
Insumo	00010535 SINAPI	BETONEIRA, CAPACIDADE NOMINAL 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO 220/380 V, POTENCIA 2 CV, SEM CARREGADOR	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,0000700	5.285,00	0,36
		MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
		Valor do BDI =>	0,08			Valor com BDI =>	0,44
Composição	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
	88829 SINAPI	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL DE 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV, SEM CARREGADOR - MATERIAIS NA OPERAÇÃO. AF 05/2023	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	1,16	1,16
Insumo	00002705 SINAPI	ENERGIA ELÉTRICA ATE 2000 KWH INDUSTRIAL, SEM DEMANDA	Franquia	KWH	1,2500000	0,93	1,16
		MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
		Valor do BDI =>	0,27			Valor com BDI =>	1,43
Composição	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
	C0586 SEINFRA	CAIXÃO EM DUAS DEMÃOS COM SUPERCAL	0	m²	1,0000000	5,81	5,81
Insumo	12395 SEINFRA	PINTOR	Mão de Obra	H	0,2000000	26,86	5,37
Insumo	12496 SEINFRA	SUPERCAL	Material	KG	0,3000000	1,47	0,44
		MO sem LS =>	5,37	LS =>	0,00	MO com LS =>	5,37
		Valor do BDI =>	1,36			Valor com BDI =>	7,17
Composição	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
	88280 SINAPI	CALCETEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	31,04	31,04
Composição	95328 SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA CALCETEIRO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	0,25	0,25
Auxiliar			Parâmetros				
Insumo	00004759 SINAPI	CALCETEIRO / RASTELEIRO (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	21,86	21,86
Insumo	00037370 SINAPI	ALIMENTAÇÃO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	4,15	4,15
Insumo	00037371 SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	1,09	1,09
Insumo	00037372 SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	1,48	1,48
Insumo	00037373 SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	0,11	0,11
Insumo	00043465 SINAPI	FERRAMENTAS - FAMÍLIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	1,0000000	0,60	0,60
Insumo	00043489 SINAPI	EPI - FAMÍLIA CARPinteIRO DE FORMAS - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	1,0000000	1,50	1,50
		MO sem LS =>	22,11	LS =>	0,00	MO com LS =>	22,11
		Valor do BDI =>	7,29			Valor com BDI =>	38,33
Composição	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
	88282 SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	30,70	30,70
Composição	95330 SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA CARPINTEIRO DE FORMAS (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	0,25	0,25
Auxiliar			Parâmetros				
Insumo	00001213 SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS PARA CONCRETO (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	21,86	21,86
Insumo	00037370 SINAPI	ALIMENTAÇÃO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	4,15	4,15
Insumo	00037371 SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	1,09	1,09
Insumo	00037372 SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	1,48	1,48
Insumo	00037373 SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	0,11	0,11
Insumo	00043459 SINAPI	FERRAMENTAS - FAMÍLIA CARPINTEIRO DE FORMAS - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	1,0000000	0,28	0,28
Insumo	00043483 SINAPI	EPI - FAMÍLIA CARPINTEIRO DE FORMAS - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	1,0000000	1,48	1,48
		MO sem LS =>	22,11	LS =>	0,00	MO com LS =>	22,11
		Valor do BDI =>	7,21			Valor com BDI =>	37,91
Composição	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
	95328 SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA CALCETEIRO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	0,25	0,25
Insumo	00004759 SINAPI	CALCETEIRO / RASTELEIRO (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,0115400	21,86	0,25
		MO sem LS =>	0,25	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,25
		Valor do BDI =>	0,05			Valor com BDI =>	0,30
Composição	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
	95330 SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA CARPINTEIRO DE FORMAS (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	0,25	0,25
Insumo	00001213 SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS PARA CONCRETO (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,0115400	21,86	0,25
		MO sem LS =>	0,25	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,25
		Valor do BDI =>	0,05			Valor com BDI =>	0,30

Alencar Honorio de Oliveira  
Assessor Técnico  
CPF 000.000.000-00  
040.290.400-49



Composição	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
	95389 SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONÁRIA/MISTURADOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000		
Insumo	0003766 SINAPI	OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONÁRIA / MISTURADOR (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,0083100	22,18	0,18
			MO sem LS =>	0,18	LS =>	0,00 MO com LS =>	0,18
			Valor do BDI =>	0,04		Valor com BDI =>	0,22
Composição	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
	95366 SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,23	0,23
Insumo	00004238 SINAPI	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,0083100	28,46	0,23
			MO sem LS =>	0,23	LS =>	0,00 MO com LS =>	0,23
			Valor do BDI =>	0,05		Valor com BDI =>	0,28
Composição	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
	95371 SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA PEDREIRO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,46	0,46
Insumo	00004750 SINAPI	PEDREIRO (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,0212000	21,86	0,46
			MO sem LS =>	0,46	LS =>	0,00 MO com LS =>	0,46
			Valor do BDI =>	0,10		Valor com BDI =>	0,56
Composição	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
	95372 SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA PINTOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,32	0,32
Insumo	00004783 SINAPI	PINTOR (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,0147800	21,86	0,32
			MO sem LS =>	0,32	LS =>	0,00 MO com LS =>	0,32
			Valor do BDI =>	0,07		Valor com BDI =>	0,39
Composição	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
	95378 SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA SERVENTE (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,33	0,33
Insumo	00008111 SINAPI	SERVENTE DE OBRAS (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,0212000	15,89	0,33
			MO sem LS =>	0,33	LS =>	0,00 MO com LS =>	0,33
			Valor do BDI =>	0,07		Valor com BDI =>	0,40
Composição	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Insumo	C2784 SEINFRA 12543 SEINFRA	ESCAVAÇÃO MANUAL SOLO DE 1A.CAT. PROF. ATÉ 1.50m	0	m²	1,0000000	53,88	53,88
		SERVENTE	Mão de Obra	H	2,8500000	20,26	53,88
			MO sem LS =>	53,88	LS =>	0,00 MO com LS =>	53,88
			Valor do BDI =>	12,61		Valor com BDI =>	66,29
Composição	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
	88377 SINAPI	OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONÁRIA/MISTURADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	30,15	30,15
Composição Auxiliar	95386 SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONÁRIA/MISTURADOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,18	0,18
Insumo	00037370 SINAPI	ALIMENTAÇÃO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	4,15	4,15
Insumo	00037371 SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	1,09	1,09
Insumo	00037372 SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	1,48	1,48
Insumo	00037373 SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	0,11	0,11
Insumo	00037666 SINAPI	OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONÁRIA / MISTURADOR (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	22,18	22,18
Insumo	00043464 SINAPI	FERRAMENTAS - FAMÍLIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	1,0000000	0,02	0,02
Insumo	00043488 SINAPI	EPI - FAMÍLIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	1,0000000	0,94	0,94
			MO sem LS =>	22,36	LS =>	0,00 MO com LS =>	22,36
			Valor do BDI =>	7,08		Valor com BDI =>	37,23
Composição	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
	88303 SINAPI	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	36,48	36,48
Composição Auxiliar	95366 SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,23	0,23
Insumo	00004238 SINAPI	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	28,46	28,46
Insumo	00037370 SINAPI	ALIMENTAÇÃO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	4,15	4,15
Insumo	00037371 SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	1,09	1,09
Insumo	00037372 SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	1,48	1,48
Insumo	00037373 SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	0,11	0,11
Insumo	00043464 SINAPI	FERRAMENTAS - FAMÍLIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	1,0000000	0,02	0,02
Insumo	00043488 SINAPI	EPI - FAMÍLIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	1,0000000	0,94	0,94
			MO sem LS =>	28,59	LS =>	0,00 MO com LS =>	28,59
			Valor do BDI =>	8,57		Valor com BDI =>	45,05
Composição	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
	88309 SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	31,25	31,25
Composição Auxiliar	95371 SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA PEDREIRO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,46	0,46
Insumo	00004750 SINAPI	PEDREIRO (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	21,86	21,86

Alencar Henrique de Oliveira  
Assessor Técnico  
CPF: 040.290.400-45



Insumo	00037370 SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	4,15	4,15
Insumo	00037371 SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	1,09	1,09
Insumo	00037372 SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	1,48	1,48
Insumo	00037373 SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	0,11	0,11
Insumo	00043485 SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	1,0000000	0,80	0,80
Insumo	00043489 SINAPI	EPI - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	1,0000000	1,50	1,50
			MO sem LS =>	22,32	LS =>	0,00	MO com LS => 22,32
			Valor do BDI =>	7,34			Valor com BDI => 38,59

Composição	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88310 SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	32,78	32,78
Auxiliar	95372 SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA PINTOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	0,32	0,32
Insumo	00004783 SINAPI	PINTOR (HORISTA)	Parâmetros	H	1,0000000	21,86	21,86
Insumo	00037370 SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Mão de Obra	H	1,0000000	4,15	4,15
Insumo	00037371 SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	1,09	1,09
Insumo	00037372 SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	1,48	1,48
Insumo	00037373 SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	0,11	0,11
Insumo	00043486 SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA PINTOR - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	1,0000000	1,86	1,86
Insumo	00043490 SINAPI	EPI - FAMILIA PINTOR - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	1,0000000	1,91	1,91
			MO sem LS =>	22,18	LS =>	0,00	MO com LS => 22,18
			Valor do BDI =>	7,70			Valor com BDI => 40,48

Composição	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	102234 SINAPI	PINTURA IMUNIZANTE PARA MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	Pintura em Madeira	m²	1,0000000	22,65	22,65
Auxiliar	88310 SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	0,4529000	32,78	14,84
Insumo	00007340 SINAPI	IMUNIZANTE PARA MADEIRA, INCOLOR	Parâmetros	L	0,3257000	23,99	7,81
			MO sem LS =>	10,04	LS =>	0,00	MO com LS => 10,04
			Valor do BDI =>	5,32			Valor com BDI => 27,97

Composição	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	5685 SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 16,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1,68 M - CHI DIURNO. AF_08/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	1,0000000	72,28	72,28
Composição	88303 SINAPI	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	36,48	36,48
Auxiliar	88210 SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 16,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1,68 M - DEPRECIACÃO. AF_08/2014	Parâmetros	H	1,0000000	28,23	28,23
Composição	88211 SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 16,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1,68 M - JUROS. AF_08/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	7,57	7,57
			MO sem LS =>	28,69	LS =>	0,00	MO com LS => 28,69
			Valor do BDI =>	16,98			Valor com BDI => 89,26

Composição	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	5684 SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 16,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1,68 M - CHP DIURNO. AF_08/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	1,0000000	175,70	175,70
Composição	53788 SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 16,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1,68 M - MATERIAIS NA OPERACÃO. AF_08/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	68,09	68,09
Composição	5674 SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 16,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1,68 M - MANUTENÇÃO. AF_08/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	35,33	35,33
Composição	88303 SINAPI	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	36,48	36,48
Auxiliar	88210 SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 16,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1,68 M - DEPRECIACÃO. AF_08/2014	Parâmetros	H	1,0000000	28,23	28,23
Composição	88211 SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 16,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1,68 M - JUROS. AF_08/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	7,57	7,57
			MO sem LS =>	28,69	LS =>	0,00	MO com LS => 28,69
			Valor do BDI =>	41,28			Valor com BDI => 216,98

Composição	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88210 SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 16,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1,68 M - DEPRECIACÃO. AF_08/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	28,23	28,23
Insumo	00010846 SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 16,15/9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1,68 M	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,000533	529.801,51	28,23

Alcides Henrique de Oliveira  
CPF: 0392399-0  
CPF: 640.295.453-49



				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	6,63			Valor com BDI =>	34,86
Composição	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total		
	89211 SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 16,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1,68 M - JUROS. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	7,57	7,57		
Insumo	00010646 SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATORIO DE UM CILINDRO, AÇO LISO, POTENCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MAXIMO 8,1 T, IMPACTO DINAMICO 16,15/9,5 T, LARGURA TRABALHO 1.68 M	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,0000143	529.801,51	7,57		
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	1,77			Valor com BDI =>	9,34
Composição	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total		
	5674 SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 16,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1,68 M - MANUTENÇÃO. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	35,33	35,33		
Insumo	00010646 SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATORIO DE UM CILINDRO, AÇO LISO, POTENCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MAXIMO 8,1 T, IMPACTO DINAMICO 16,15/9,5 T, LARGURA TRABALHO 1.68 M	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,0000687	529.801,51	35,33		
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	8,30			Valor com BDI =>	43,63
Composição	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total		
	53788 SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 16,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1,68 M - MATERIAIS NA OPERAÇÃO. AF 06/2014	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	68,09	68,09		
Insumo	00004221 SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material	L	9,5500000	7,13	68,09		
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	16,00			Valor com BDI =>	84,09
Composição	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total		
	88316 SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	25,19	25,19		
Composição	95378 SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA SERVENTE (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e	H	1,0000000	0,33	0,33		
Auxiliar			Parâmetros						
Insumo	00008111 SINAPI	SERVENTE DE OBRAS (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	15,89	15,89		
Insumo	00037370 SINAPI	ALIMENTAÇÃO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	4,15	4,15		
Insumo	00037371 SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	1,09	1,09		
Insumo	00037372 SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	1,48	1,48		
Insumo	00037373 SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	0,11	0,11		
Insumo	00043467 SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	1,0000000	0,57	0,57		
Insumo	00043491 SINAPI	EPI - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	1,0000000	1,57	1,57		
				MO sem LS =>	16,22	LS =>	0,00	MO com LS =>	16,22
				Valor do BDI =>	5,91			Valor com BDI =>	31,10

Total sem BDI 473.974,35  
Total do BDI 111.324,99  
Total Geral 585.299,34

Alencar H. S. M. da Silva  
CPF: 640.295.433-49





PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM – CE.

OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ  
PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM-CE CONFORME PLANO DE AÇÃO Nº  
09032026-093867/2026

### PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA

O presente documento tem por objetivo apresentar os itens de maior relevância do orçamento referente a PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM-CE CONFORME PLANO DE AÇÃO Nº 09032026-093867/2026, haja vista que a referida obra, pela especificidade, requer uma comprovação de que a empresa participante já tenha executado os seguintes itens, com os respectivos quantitativos, de acordo com a seguinte tabela:

ITENS						
CÓDIGO	BANCO	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	%	QUANT. A COMPROVAR
C2032	SEINFRA	REGULARIZAÇÃO MECANIZADA ATÉ 0,40M, COMPACTADA P/ PAVIMENTAÇÃO	M²	3707,66	50%	1.853,83
101172	SINAPI	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PEDRAS POLIÉDRICAS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF 05/2020	M²	3707,66	50%	1.853,83
C3097	SEINFRA	MEIO FIO DE PEDRA GRANÍTICA	M	1434,11	50%	717,05
94287	SINAPI	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 10 CM ALTURA. AF_01/2024	M	1434,11	50%	717,05

Firmo o presente,

Jardim - CE, 11 de maio de 2025

Aleander Honório de Oliveira  
Engº Civil  
CREA - D 0392299-CE  
CPF: 640.295.493-49

**ALENDER HONÓRIO DE OLIVEIRA**

Engº Civil  
CPF 640.295.493-49  
CREA - D 0392299 CE





OBJETO: PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM-CE CONFORME PLANO DE AÇÃO Nº 09032026-093867/2026

LOCAL: BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES, JARDIM-CE

DATA: 11/05/2026

ENCARGOS SOCIAIS: Não Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.

### COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS

PLANILHA DEMONSTRATIVA DE COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MENSALISTA %	HORISTA %
<b>GRUPO A</b>			
A1	INSS	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	2,50%
A7	SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%
<b>A</b>	<b>TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS</b>	<b>36,80%</b>	<b>36,80%</b>
<b>GRUPO B</b>			
B1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	0,00%	17,85%
B2	FERIADOS	0,00%	3,71%
B3	AUXÍLIO - ENFERMIDADE	0,66%	0,87%
B4	13º SALÁRIO	8,33%	11,03%
B5	LICENÇA PATERNIDADE	0,05%	0,07%
B6	FALTAS JUSTIFICADAS	0,56%	0,74%
B7	DIAS DE CHUVAS	0,00%	1,59%
B8	AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO	0,08%	0,11%
B9	FÉRIAS GOZADAS	9,33%	12,35%
B10	SALÁRIOS MATERNIDADES	0,03%	0,04%
<b>B</b>	<b>TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM INCIDÊNCIAS DE A</b>	<b>19,04%</b>	<b>48,36%</b>
<b>GRUPO C</b>			
C1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	4,17%	5,52%
C2	AVISO PRÉVIO TRABALHANDO	0,10%	0,13%
C3	FÉRIAS INDENIZADAS	1,30%	1,72%
C4	DEPÓSITO RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA	2,17%	2,87%
C5	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,35%	0,46%
<b>C</b>	<b>TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIAS DE A</b>	<b>8,09%</b>	<b>10,70%</b>
<b>GRUPO D</b>			
D1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	7,01%	17,80%
D2	AVISO PRÉVIO TRABALHANDO	0,37%	0,49%
<b>D</b>	<b>TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS DE UM GRUPO SOBRE OUTRO</b>	<b>7,38%</b>	<b>18,29%</b>
<b>GRUPO E</b>			
<b>E</b>	<b>TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS COMPLEMENTARES</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>TOTAL (A+B+C+D+E)</b>		<b>71,33%</b>	<b>114,15%</b>

Atenciosamente,   
Alenirson Nogueira de Oliveira  
CPF: 640.295.493-49





OBJETO: PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM-CE CONFORME PLANO DE AÇÃO Nº 09032026-093867/2026

LOCAL: BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES, JARDIM-CE

DATA: 11/05/2026

ENCARGOS SOCIAIS: Não Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.

### COMPOSIÇÃO DE BDI

COD	DESCRIÇÃO	%
	<b>Despesas Indiretas</b>	
AC	Administração central	4,40
DF	Despesas financeiras	1,10
R	Riscos	0,97

	<b>Benefício</b>	
S + G	Garantia/seguros	0,80
L	Lucro	8,56

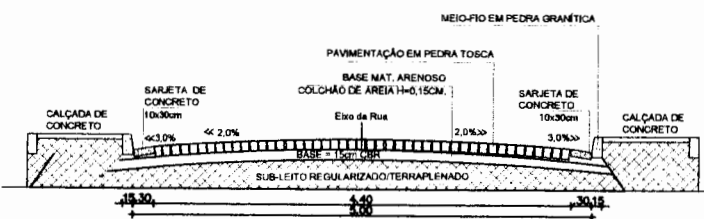
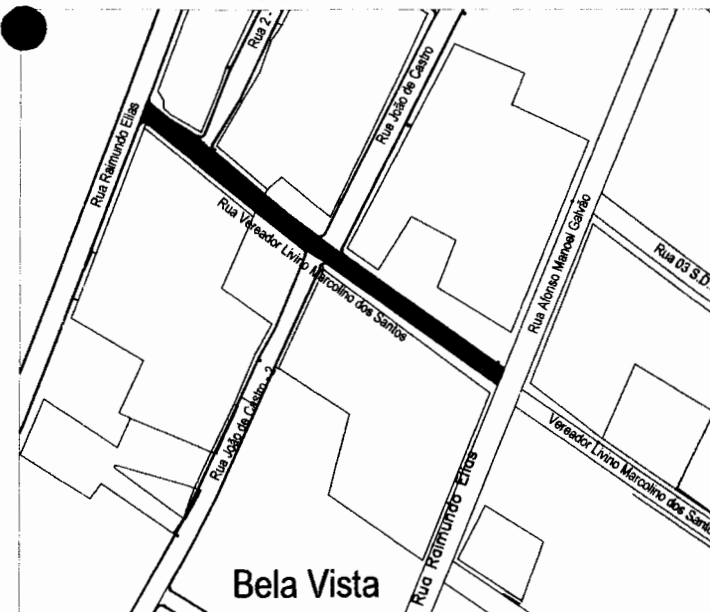
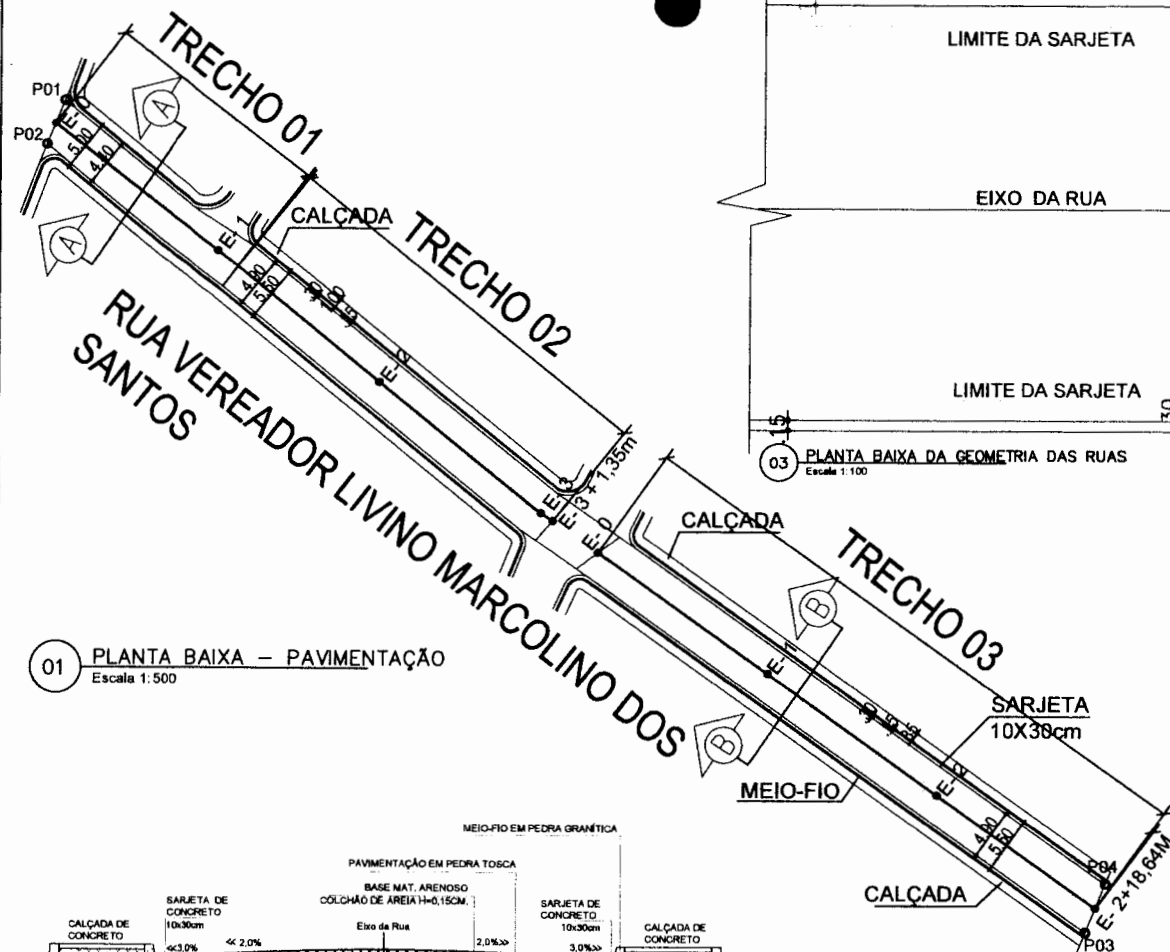
I	Impostos	5,65
	PIS	0,65
	COFINS	3,00
	ISS	2,00
	CPRB ( 2%, Apenas quando tiver desoneração INSS)	-
	<b>TOTAL DOS IMPOSTOS</b>	<b>5,65</b>

BDI =	23,50%
-------	--------

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Alencar Honório de Oliveira  
Advogado Civil  
OAB/CE 030299-D  
CPF: 640.295.493-49





QUADRO DE ÁREAS									
LOGRADOURO	TRECHOS	EXTENSÃO DA VIA (m)	LARGURA DA VIA (m)	ÁREA DA VIA (m²)	LARGURA DA ÁREA PAV. (m)	PAV. PEDRA TOSCA (m²)	SUTAMENTO (m²)	SARJETA (m)	MEIO-FIO (m)
RUA VER. LIVINO MARCOLINO DOS SANTOS	TRECHO 01	22,45	5,00	112,25	4,40	101,72	1,73	40,12	40,12
	TRECHO 02	38,91	5,50	214,01	4,90	190,68		74,43	74,43
	TRECHO 03	58,63	5,50	322,47	4,90	287,28		113,90	113,90
	TOTAL	119,99		648,73		581,40		228,45	228,45

COORDENADAS EM UTM		
PT	LONGITUDE	LATITUDE
P01	469983,00 m E	9160668,00 m S
P02	469981,00 m E	9160663,00 m S
P03	470081,00 m E	9160587,00 m S
P04	470083,00 m E	9160592,00 m S

**DESCRIÇÃO:**  
PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIMCE.

**ENDEREÇO:**  
RUA VEREADOR LIVINO MARCOLINO DOS SANTOS - BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES

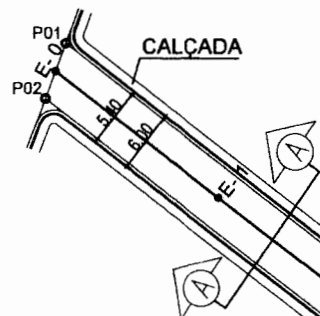
**MUNICÍPIO:**  
JARDIM-CE

**AUTOR:** ALENDER HONÓRIO DE OLIVEIRA  
**CREA:** 039299 D CE  
**R.N.P.:** 0600145140

**PROPRIETÁRIO:**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM - CE  
CNPJ: 07.391.006/0001-86

ASSUNTO:	ESCALA:
PLANTA BAIXA - PAVIMENTAÇÃO E SITUAÇÃO	IND
SEÇÃO TRANSVERSAL AA	IND
DETALHES DO MEIO-FIO	IND
PLANTA BAIXA DA SARJETA	IND
PLANTA DE LOCALIZAÇÃO	IND
FABR:	
DATA: ABRIL/2026	REVISÃO: SHEYLA FREIRE
PLANALÇA:	1/1

**VÉRTICE**  
PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO



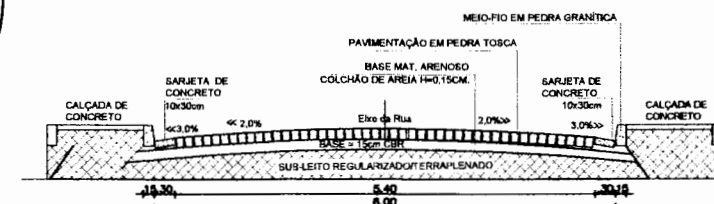
QUADRO DE ÁREAS								
LOGRADOURO	EXTENSÃO DA VIA (m)	LARGURA DA VIA (m)	ÁREA DA VIA (m²)	LARGURA DA ÁREA PAV. (m)	PAV. PEDRA TOSCA (m²)	SUTAMENTO (m²)	SARJETA (m)	MEIO-FIO (m)
RUA ROMÃO PEQUENO	119,86	6,00	719,16	5,40	647,78	1,69	223,70	223,70
TOTAL	119,86	6,00	719,16	5,40	649,47		223,70	223,70

COORDENADAS EM UTM		
PT	LONGITUDE	LATITUDE
P01	469917.00 m E	9160531.00 m S
P02	469915.00 m E	9160487.00 m S
P03	470008.00 m E	9160415.00 m S
P04	470012.00 m E	9160420.00 m S



01 PLANTA BAIXA - PAVIMENTAÇÃO  
Escala 1:500

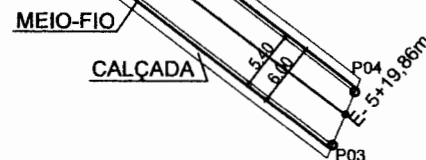
Alcander Honório de Oliveira  
Proj. Civil - 001.33-D  
C.R.C. 001.33-D  
001.33-D



01 SEÇÃO TRANSVERSAL AA - Rua Romão Pequeno  
Escala 1:75

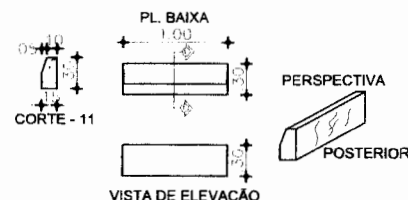


02 PLANTA BAIXA - SITUAÇÃO  
Escala 1:SEM



SARJETA EM CONCRETO

05 PLANTA BAIXA DA SARJETA  
Escala 1:50



04 DETALHES - MEIO-FIO EM PEDRA GRANÍTICA  
Escala 1:50

#### DESCRIÇÃO:

PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM/CE.

#### ENDEREÇO:

RUA ROMÃO PEQUENO - BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES

#### MUNICÍPIO:

JARDIM-CE

#### PROJETO:

PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO

#### AUTOR:

ALENDER HONÓRIO DE OLIVEIRA

CREA: 039299 D CE

R.N.P.: 0600145140

#### ASSUNTO:

PLANTA BAIXA - PAVIMENTAÇÃO E SITUAÇÃO

SEÇÃO TRANSVERSAL AA

DETALHES DO MEIO-FIO

PLANTA BAIXA DA SARJETA

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

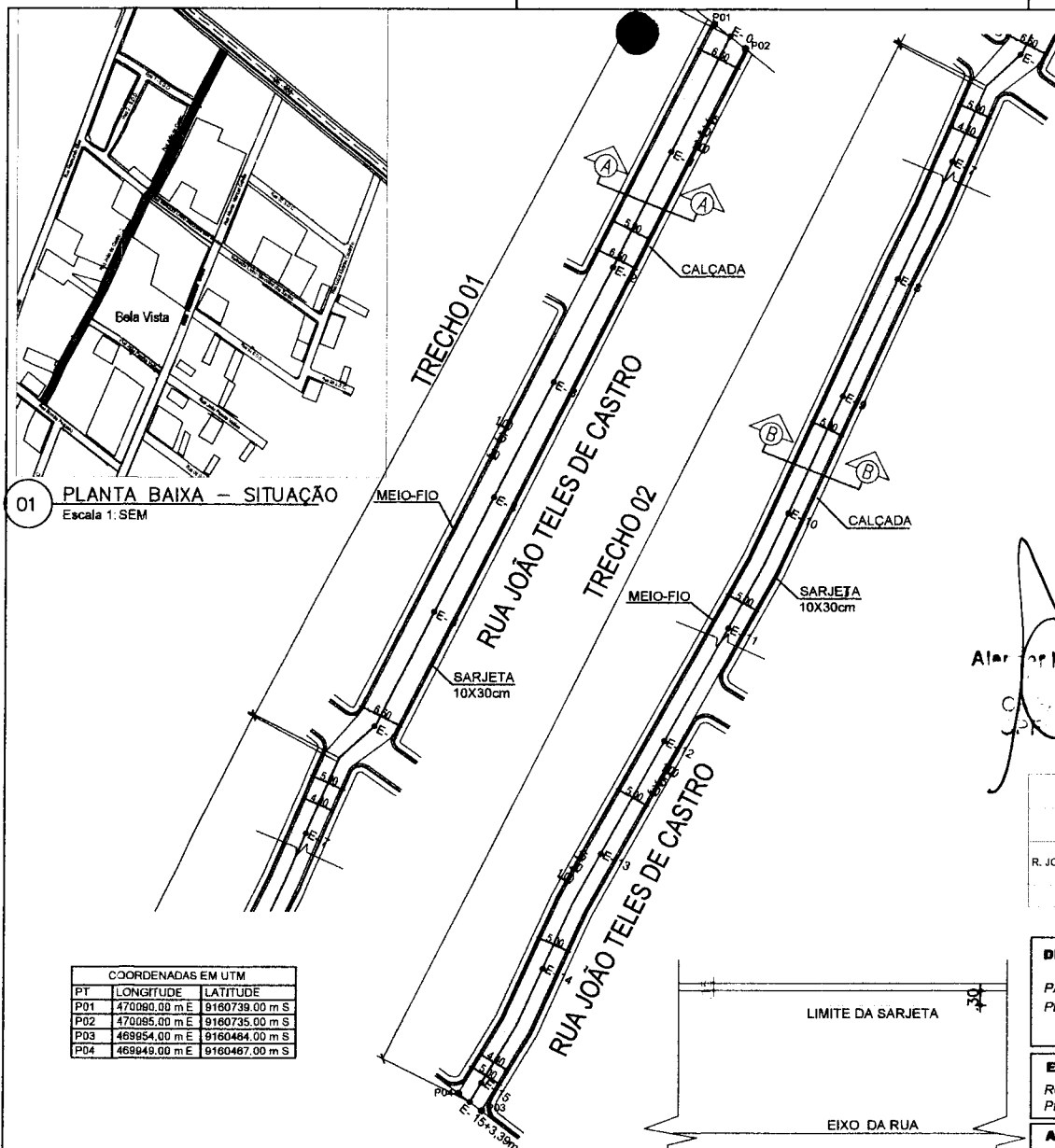
PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

VÉRTICE





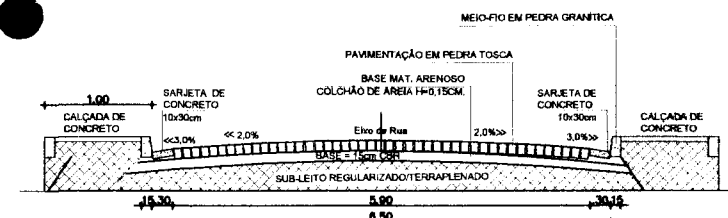
01 PLANTA BAIXA - SITUAÇÃO  
Escala 1:500

COORDENADAS EM UTM		
PT	LONGITUDE	LATITUDE
P01	470090.00 m E	9160739.00 m S
P02	470095.00 m E	9160735.00 m S
P03	469954.00 m E	9160484.00 m S
P04	469949.00 m E	9160487.00 m S

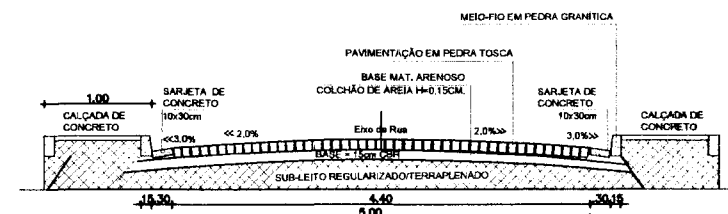
01 PLANTA BAIXA - PAVIMENTAÇÃO  
Escala 1:500



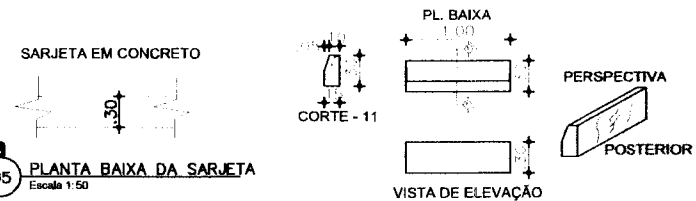
03 PLANTA BAIXA DA GEOMETRIA DAS RUAS  
Escala 1:100



01 SEÇÃO TRANSVERSAL AA - TRECHO 01 - RUA JOÃO TELES DE CASTRO  
Escala 1:75



02 SEÇÃO TRANSVERSAL BB - TRECHO 02 - RUA JOÃO TELES DE CASTRO  
Escala 1:75



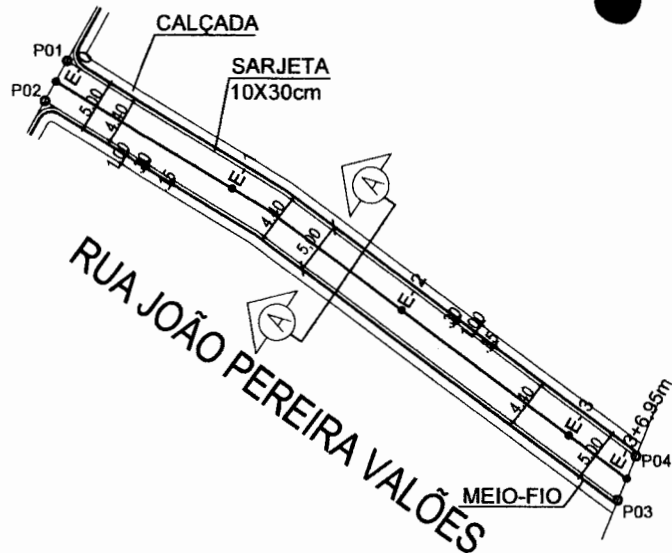
05 PLANTA BAIXA DA SARJETA  
Escala 1:50

04 DETALHES - MEIO-FIO EM PEDRA GRANITICA  
Escala 1:50

Alcides Honorio de Oliveira  
CNPJ: 07.391.006/0001-86  
CPF: 640.295.493-49

QUADRO DE ÁREAS									
LOGRADOURO	TRECHOS	EXTENSÃO DA VIA (m)	LARGURA DA VIA (m)	ÁREA DA VIA (m²)	LARGURA DA ÁREA PAV. (m)	PAV. PEDRA TOSCA (m²)	SUTAMENTO (m²)	SARJETA (m)	MEIO-FIO (m)
R. JOÃO TELES DE CASTRO	TRECHO 01	127,11	6,50	826,21	5,80	751,43	-	230,37	230,37
	TRECHO 02	176,27	5,00	881,35	4,40	775,59	2,80	345,85	345,85
TOTAL		303,38		1.707,56		1.529,82		576,22	576,22

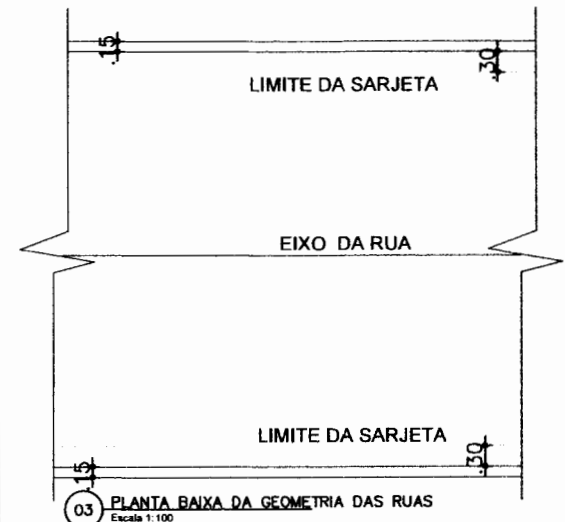
<b>DESCRIÇÃO:</b> PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM-CE.			
<b>ENDEREÇO:</b> RUA JOÃO TELES DE CASTRO - BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES		<b>MUNICÍPIO:</b> JARDIM-CE	
<b>AUTOR:</b> ALENDER HONÓRIO DE OLIVEIRA <b>CREA:</b> 039299 D CE <b>R.N.P.:</b> 0600145140		<b>PROJETO:</b> PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO	
<b>PROPRIETÁRIO:</b> PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM - CE CNPJ: 07.391.006/0001-86		<b>ASSUNTO:</b> PLANTA BAIXA - PAVIMENTAÇÃO E SITUAÇÃO SEÇÃO TRANSVERSAL DETALHES DO MEIO-FIO PLANTA BAIXA DA SARJETA PLANTA DE LOCALIZAÇÃO	
<b>DATA:</b> ABRIL/2026		<b>REVISÃO:</b> 01 <b>ELABORADO:</b> ALENDER HONÓRIO DE OLIVEIRA <b>FRANCA:</b> JARDIM-CE	



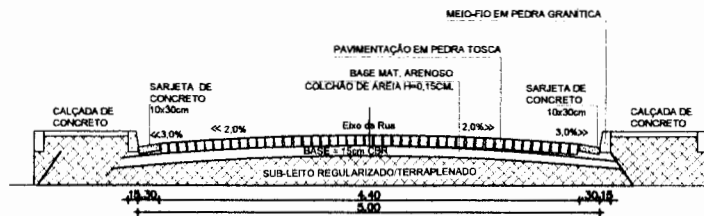
01 PLANTA BAIXA - PAVIMENTAÇÃO  
Escala 1:500



02 PLANTA BAIXA - SITUAÇÃO  
Escala 1:SEM



03 PLANTA BAIXA DA GEOMETRIA DAS RUAS  
Escala 1:100



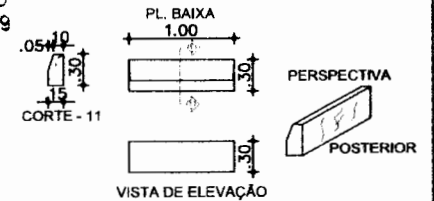
04 SEÇÃO TRANSVERSAL AA - RUA JOÃO PEREIRA VALÕES  
Escala 1:75

COORDENADAS EM UTM			
PT	LONGITUDE	LATITUDE	
P01	469990.00 m E	9160531.00 m S	
P02	469987.00 m E	9160526.00 m S	
P03	470041.00 m E	9160487.00 m S	
P04	470043.00 m E	9160482.00 m S	

Alcides Honório de Oliveira  
Engenheiro Civil  
C.R.C. 039.299-D  
CPF: 040.295.453-49

SARJETA EM CONCRETO

05 PLANTA BAIXA DA SARJETA  
Escala 1:50



06 DETALHES - MEIO-FIO EM PEDRA GRANÍTICA  
Escala 1:50

#### DESCRIÇÃO:

PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM/CE.

#### ENDEREÇO:

RUA JOÃO PEREIRA VALÕES - BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES

#### MUNICÍPIO:

JARDIM-CE

#### PROJETO:

PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO

#### AUTOR: ALENDER HONÓRIO DE OLIVEIRA

CREA: 039299 D CE

R.N.P.: 0600145140

#### ASSUNTO:

PLANTA BAIXA - PAVIMENTAÇÃO E SITUAÇÃO

SEÇÃO TRANSVERSAL AA

DETALHES DO MEIO-FIO

PLANTA BAIXA DA SARJETA

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

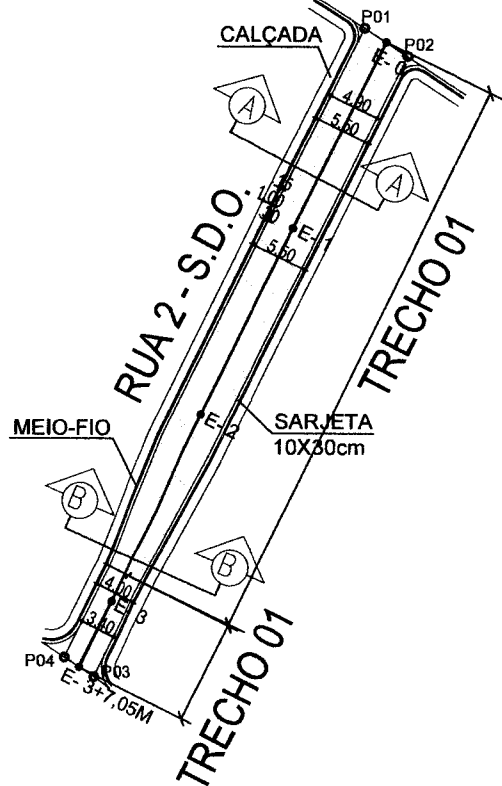
FABR: \_\_\_\_\_

DATA: ABRIL/2026

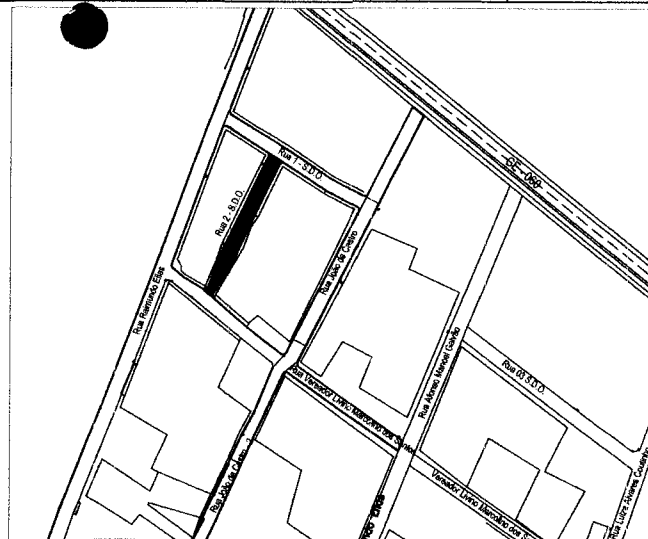
1/1

#### QUADRO DE ÁREAS

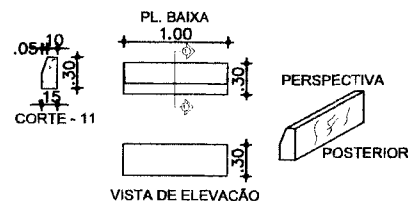
LOGRADOURO	EXTENSÃO DA VIA (m)	LARGURA DA VIA (m)	ÁREA DA VIA (m²)	LARGURA DA ÁREA PAV. (m)	PAV. PEDRA TOSCA (m²)	SUTAMENTO (m²)	SARJETA (m)	MEIO-FIO (m)
RUA JOÃO PEREIRA VALÕES	66,95	5,00	334,75	4,40	294,58	1,17	135,80	135,80
TOTAL	66,95	5,00	334,75	4,40	295,75		135,80	135,80



01 PLANTA BAIXA - PAVIMENTAÇÃO  
Escala 1:500

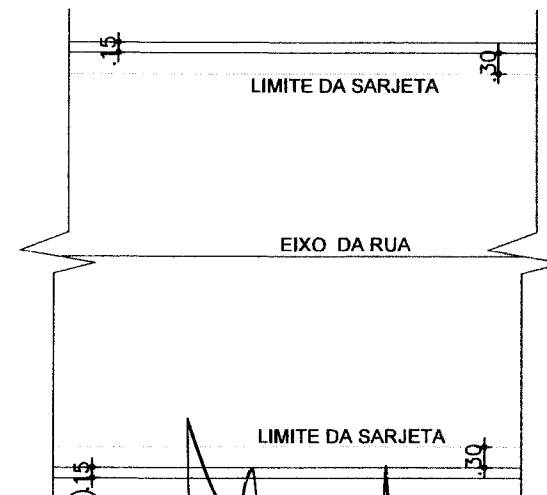


02 PLANTA BAIXA - SITUAÇÃO  
Escala 1:500



05 PLANTA BAIXA DA SARJETA  
Escala 1:50

04 DETALHES - MEIO-FIO EM PEDRA GRANÍTICA  
Escala 1:50



03 PLANTA BAIXA DA GEOMETRIA DAS RUAS  
Escala 1:100

QUADRO DE ÁREAS

LOGRADOURO	TRECHOS	EXTENSÃO DA VIA (m)	LARGURA DA VIA (m)	ÁREA DA VIA (m²)	LARGURA DA ÁREA PAV. (m)	PAV. PEDRA TOSCA (m²)	SUTAMENTO (m²)	SARJETA (m)	MEIO-FIO (m)
RUA 2 - S.D.O.	TRECHO 01	57,05	5,50	313,78	4,90	268,00	1,65	116,30	116,30
	TRECHO 02	10,00	4,00	40,00	3,40	34,00	3,35	22,10	22,10
TOTAL		67,05		353,78		307,00		138,40	138,40

**DESCRIÇÃO:**

PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM/CE.

**ENDEREÇO:**

RUA 2 - S.D.O. - BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES

**MUNICÍPIO:**

JARDIM-CE

**PROJETO:**

PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO

**AUTOR:** ALENDER HONÓRIO DE OLIVEIRA

**CREA:** 039299 D CE

**R.N.P.:** 0600145140

**ASSUNTO:**

PLANTA BAIXA - PAVIMENTAÇÃO E SITUAÇÃO

SEÇÃO TRANSVERSAL AA

DETALHES DO MEIO-FIO

PLANTA BAIXA DA SARJETA

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

FASE:

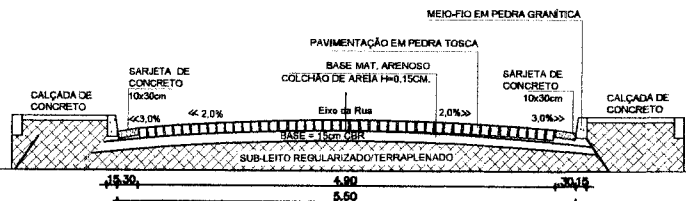
REVISÃO:

DATA: ABRIL/2026

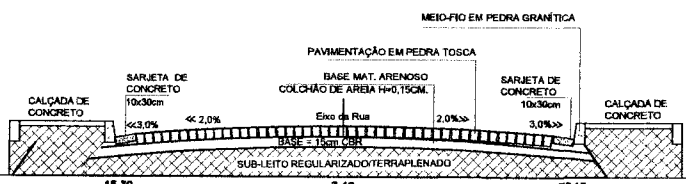
PROJETO: CHEYLA FREIRE

1/1

PT	LONGITUDE	LATITUDE
P01	470026.00 m E	9160716.00 m S
P02	470031.00 m E	9160713.00 m S
P03	470000.00 m E	9160655.00 m S
P04	469998.00 m E	9160657.00 m S

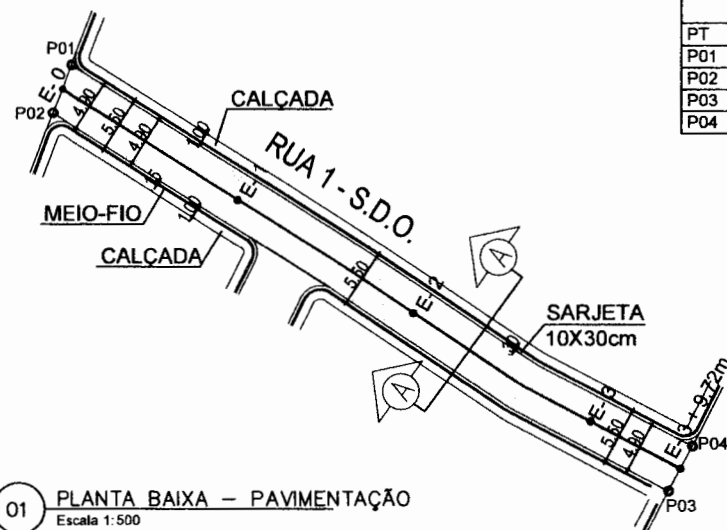


01 SEÇÃO TRANSVERSAL AA - TRECHO 1 - RUA 2 - S.D.O.  
Escala 1:75



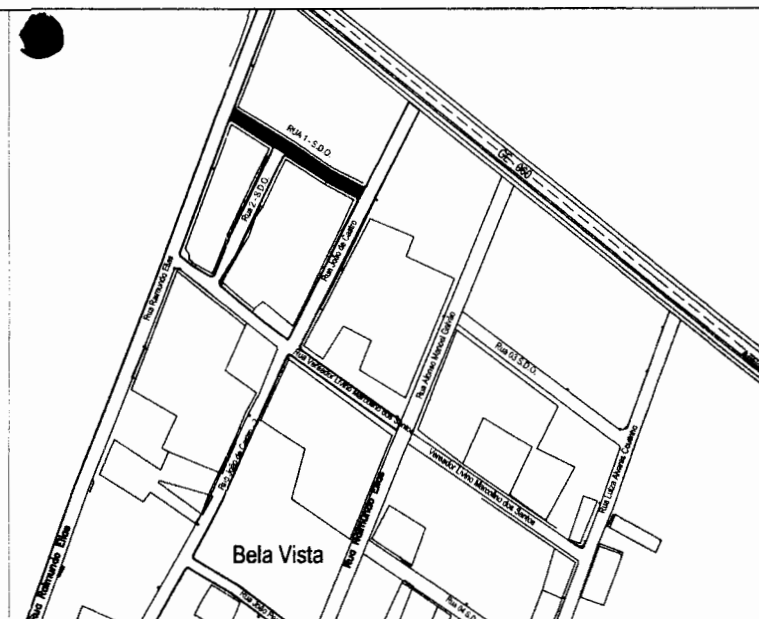
02 SEÇÃO TRANSVERSAL BB - TRECHO 2 - RUA 2 - S.D.O.  
Escala 1:75





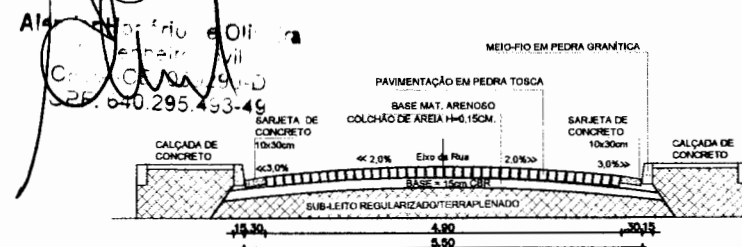
01 PLANTA BAIXA - PAVIMENTAÇÃO  
Escala 1:500

COORDENADAS EM UTM		
PT	LONGITUDE	LATITUDE
P01	470007.64 m E	9160734.47 m S
P02	470005.77 m E	9160730.00 m S
P03	470067.55 m E	9160697.09 m S
P04	470064.95 m E	9160693.29 m S



02 PLANTA BAIXA - SITUAÇÃO  
Escala 1:SEM

QUADRO DE ÁREAS								
LOGRADOURO	EXTENSÃO DA VIA (m)	LARGURA DA VIA (m)	ÁREA DA VIA (m²)	LARGURA DA ÁREA PAV. (m)	PAV. PEDRA TOSCA (m²)	SUTAMENTO (m²)	SARJETA (m)	MEIO-FIO (m)
RUA 1 - S.D.O.	69,72	5,50	383,46	4,90	341,63	2,60	131,54	131,54
TOTAL	69,72		383,46		344,22		131,54	131,54

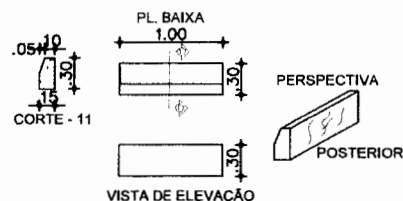


01 SEÇÃO TRANSVERSAL AA - RUA 1 - S.D.O.  
Escala 1:75

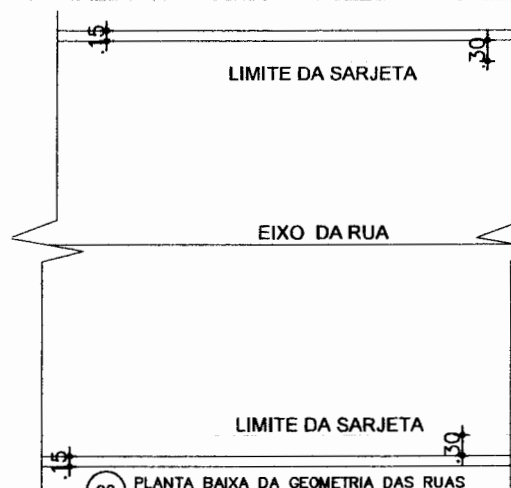
SARJETA EM CONCRETO



04 PLANTA BAIXA DA SARJETA  
Escala 1:50



03 DETALHES - MEIO-FIO EM PEDRA GRANÍTICA  
Escala 1:50



02 PLANTA BAIXA DA GEOMETRIA DAS RUAS  
Escala 1:50

#### DESCRIÇÃO:

PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM-CE.

#### ENDEREÇO:

RUA 1 - S.D.O. - BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES

#### MUNICÍPIO:

JARDIM-CE

#### AUTOR:

ALENDER HONÓRIO DE OLIVEIRA  
CREA: 039299 D CE  
R.N.P: 0600145140

#### PROPRIETÁRIO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM - CE  
CNPJ: 07.391.006/0001-86

#### PROJETO:

PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO

#### ASSUNTO:

PLANTA BAIXA - PAVIMENTAÇÃO E SITUAÇÃO

SEÇÃO TRANSVERSAL AA

DETALHES DO MEIO-FIO

PLANTA BAIXA DA SARJETA

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

FASE:

DATA: ABRIL/2026

REVISÃO:

SUELYA FREIRE





GOVERNO MUNICIPAL  
**JARDIM**  
VALORIZANDO NOSSA GENTE!

**Prefeitura Municipal de Jardim**  
CNPJ: 07.391.006/0001-86



## ANEXO II

### DECLARAÇÃO DE PLENO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Nome

completo: \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_

nº: \_\_\_\_\_ CPF nº: \_\_\_\_\_

DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante \_\_\_\_\_

(nome empresarial), interessado em participar da Concorrência nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no instrumento convocatório.

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

*[Handwritten signature]*



ANEXO III

DECLARAÇÃO QUE SUA PROPOSTA ECONÔMICA COMPREENDEM A  
INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

Nome

completo: \_\_\_\_\_ RG  
nº: \_\_\_\_\_ CPF nº: \_\_\_\_\_

DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante \_\_\_\_\_  
(nome empresarial), interessado em participar da Concorrência nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, declara  
de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para  
atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis  
trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos  
termos de ajustamento de conduta vigentes.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

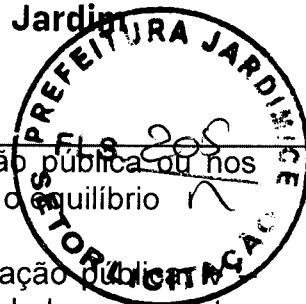




**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, representante legal do licitante \_\_\_\_\_ (nome empresarial), interessado em participar da Concorrência nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que: a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório; b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório; c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório; d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto; e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la. DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à legislação em vigor, tais como: I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada; II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei; III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados; IV – no tocante a licitações e contratos: a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente; e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo; f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração



pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos  
Respectivos instrumentos contratuais; ou g) manipular ou fraudar o equilíbrio

econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública, ou  
dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes  
públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras  
e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.  
(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

*[Handwritten signature]*



**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS**

Nome completo: \_\_\_\_\_

nº: \_\_\_\_\_

RG

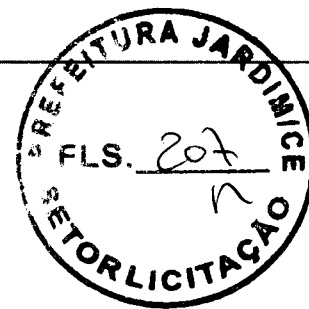
CPF nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da lei o devido cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

**ANEXO VI**



**MODELOS DE DECLARAÇÃO "PROPOSTA"**

À Comissão de Contratação/Agente de Contratação,

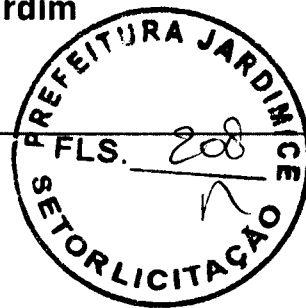
O licitante \_\_\_\_\_ (firma/denominação, endereço da sede/filial, CNPJ), por intermédio do representante legal que esta subscreve, após ter analisado minuciosamente todo o conteúdo do Edital de Concorrência nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ e seus anexos e ter tomado conhecimento do local e de todas as condições e obrigações para a execução do objeto, PROPÕE executar o objeto licitado sob sua integral responsabilidade pelo valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso), já computado o BDI, conforme detalhamento na proposta de preços

Esta proposta é válida por 60 (sessenta) dias.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)





**ANEXO VII**

**MODELOS DE DECLARAÇÃO "HABILITAÇÃO"**

Nome \_\_\_\_\_ completo:

\_\_\_\_\_ RG nº:

\_\_\_\_\_ CPF nº: \_\_\_\_\_

DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante \_\_\_\_\_  
(nome empresarial), interessado em participar da Concorrência nº \_\_\_\_/\_\_\_\_:

a) - Declaração do licitante de que não existe qualquer impedimento de licitar com a administração pública.

b) - Declaração formal de que a LICITANTE não possui menores trabalhando conforme determina o inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal;

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)





## ANEXO VIII

**MINUTA DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JARDIM/CE ATRAVÉS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS E \_\_\_\_\_ PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA.**

O Município de Jardim /CE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.391.006/0001-86, com sede de sua Prefeitura Municipal na Rua Leonel Alencar No. 347, Centro, Jardim - CE, através da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos neste ato representado por \_\_\_\_\_, doravante denominado de CONTRATANTE e a empresa com sede em \_\_\_\_\_, à Rua inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_ representada por (nome e qualificação), ao fim assinada, doravante denominada de CONTRATADA, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, têm justos e contratados o presente contrato entre si, de acordo com o EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 2026.05.15.1 na melhor forma de direito, conforme Lei n.º 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO BEATRIZ PEQUENO TELES NO MUNICÍPIO DE JARDIM-CE CONFORME PLANO DE AÇÃO N° 09032026-093867/2026, JUNTO A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS, conforme Requisição projetos e demais documentos anexos ao processo licitatório em epígrafe, fazendo estes parte integrante e inseparável deste contrato.

1.2. As obras e serviços de engenharia serão desenvolvidos segundo especificações técnicas constantes no projeto que acompanha o processo, como se aqui estivesse reproduzido, que é composto dos documentos que seguem.

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Os serviços serão executados em conformidade com as especificações constantes nos projetos básicos, os quais compõem memorial descritivo, planta baixa, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, composição de BDI e demais documentos complementares, todos dispostos no processo de licitatório do qual este contrato decorre.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO OBJETO

3.1. O valor deste instrumento para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$XXXX, conforme Planilhas Orçamentárias (POs) adjudicadas, executadas de acordo com os Cronogramas Físico-Financeiros.



3.2. Nos termos do art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/2021, o presente edital consigna como forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e reajustamento de preços, o índice do INCC ou outro que houve por substituí-lo, caso mais favorável à Administração Pública, como critério de atualização monetária.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento será realizado conforme cronograma físico-financeiro, de acordo com a medição em eventos previsto naquele, perfectibilizando-se por meio de boletins, mediante apresentação da nota fiscal e conforme liberação do agente financeiro para movimentação da conta bancária do convênio.

4.2. Os pagamentos dos serviços oriundos deste contrato ficam condicionados à apresentação pela CONTRATADA das cópias da GFIP/SEFIP com a relação dos empregados, conforme competência, com respectivo comprovante de quitação e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT válida, a fim de que seja comprovado o recolhimento das contribuições previdenciárias, juntamente com a apresentação da Nota Fiscal de Prestação de Serviços, que será emitida quando solicitada pelo setor responsável, atendendo aos dados informados na solicitação, como número do contrato de repasse (se houver), número do empenho, número do contrato, número da licitação, número do pagamento e demais dados que a secretaria municipal ordenadora da contratação do objeto entender necessários, bem como a Certidão Negativa de Dívida Federal e da Dívida Ativa da União.

4.3. Com base no § 1º, do Art. 31 da Lei nº 8.212/91, fica ressalvado o direito regressivo do CONTRATANTE contra o executor do serviço e, ainda, admitida a retenção das obrigações previdenciárias decorrentes do presente contrato.

4.4. Apresentação da matrícula da inscrição da obra junto ao INSS, por ocasião do início da obra.

4.5. A empresa deverá emitir a nota fiscal eletrônica, **devendo constar, obrigatoriamente**, o número do contrato de repasse (se houver), número do empenho, número do contrato administrativo, número da licitação, número do pagamento e demais dados que a CONTRATANTE entender necessários.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do presente instrumento, podendo ser prorrogado, se houver necessidade e interesse entre as partes, respeitando os limites previstos na Lei 14.133/2021.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

6.1. O prazo de execução da obra é de **180 (cento e oitenta) dias, a partir do termo de início da obra**, prorrogável até o limite permitido em lei e no edital do certame correspondente.

6.2. O Termo de Início dos serviços será fornecido pelo fiscal engenheiro do Município, no presente caso salvo motivo de força maior ou caso fortuito



perfeitamente justificável, hipótese em que o prazo poderá ser prorrogado para a conclusão dos serviços.

6.3. Caso houver suspensão do andamento da obra, o contrato também terá sua vigência suspensa.

6.4. O contrato poderá ser aditivado, enquanto ainda suspenso, para fins de adequação orçamentária e vigência.

6.5. Enquanto não realizado o termo de início da obra, o contrato, ainda que assinado, terá prazo de vigência suspenso.

6.6. Por ocasião do pagamento da última parcela, a CONTRATADA deverá apresentar a CND da referida obra.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

7.1. Os recursos orçamentários para fazer face às despesas do objeto da presente contratualização, para o exercício que lhe corresponda, correrão por conta da dotação orçamentária: 26.782.0049.1.066 (Pavimentação em pedra tosca das ruas na Zona Urbana). **Elemento de Despesa:** 4490.51.00.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE. O CONTRATANTE OBRIGA-SE A:**

8.1. Fornecer os elementos básicos e dados complementares necessários à prestação dos serviços.

8.2. Notificar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da prestação dos serviços.

8.3. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida na Cláusula Quarta.

8.4. Fornecer todo o material necessário para o bom andamento dos trabalhos, quando solicitado pela CONTRATADA.

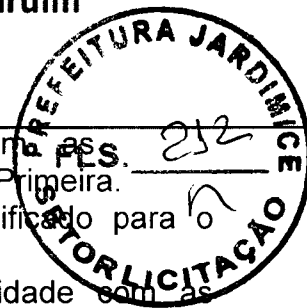
8.5. Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.

## **9. CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA. A CONTRATADA OBRIGA-SE A:**

9.1. Realizar as instalações provisórias de água e energia elétrica, assim como arcar com as despesas de taxas de consumo, eventuais taxas de pedido de prorrogação de vigência do convênio que necessitem ser feitas, e de serviço de segurança da obra, de suas instalações e seus equipamentos, durante a execução dos serviços, sendo de responsabilidade da CONTRATADA.

9.2. Sempre que necessário ou solicitado pelo CONTRATANTE, atualizar e/ou melhorar os serviços prestados de forma a atender a legislação Federal e/ou Estadual, especialmente, à Lei de Responsabilidade Fiscal, de acordo com as melhores técnicas praticadas e com pessoal capacitado, sem custo para o CONTRATANTE.

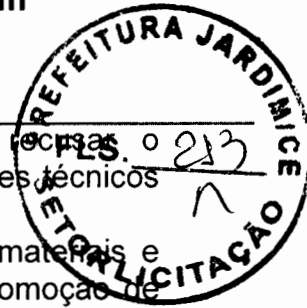
9.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, em subempreitada, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.



- 9.4. Executar satisfatoriamente e em consonância com as regras contratuais o serviço ajustado nos termos da Cláusula Primeira.
- 9.5. Utilizar, na execução do serviço contratado, pessoal qualificado para o exercício das atividades que lhe forem confiadas.
- 9.6. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por si assumidas, todas as condições e prazos firmados na proposta comercial.
- 9.7. Manter o(s) servidor(es) do CONTRATANTE, encarregado(s) de acompanhar os trabalhos, a par do andamento do projeto, prestando-lhe(s) as informações necessárias, entregando a ele tutorial dos sistemas.
- 9.8. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais resultantes da execução deste contrato;
- 9.9. Desenvolver todas as atividades constantes no presente edital, bem como seguir as especificações funcionais do mesmo;
- 9.10. Aceitar os acréscimos ou supressões que o CONTRATANTE solicitar, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, bem como a prestar os serviços conforme as especificações deste edital, nos termos do art. 125 da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.11. Garantir a efetiva assistência técnica necessária durante a execução dos serviços, conforme especificações próprias, e apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e CND (Certidão Negativa de débito) do INSS válidas, está referente à mão de obra utilizada nos serviços, quando da conclusão da obra.
- 9.12. Realizar o cumprimento integral, de própria responsabilidade, dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, de toda espécie, resultantes da execução do presente contrato. A inadimplência da CONTRATADA, com relação aos encargos elencados nesta cláusula, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.
- 9.13. Prestar garantia contratual de 5% do valor total do objeto descrito na cláusula primeira deste instrumento, bem como mantê-la em renovação, se for o caso, em uma das opções delimitadas pelo art. 96, §1º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.14. No caso de inadimplemento ou inexecução pela CONTRATADA e a prestação da garantia se der na modalidade de seguro-garantia, através de apólice.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO DIÁRIO DA OBRA E DA FISCALIZAÇÃO**

- 10.1. A CONTRATADA ficará obrigada a manter no canteiro de obras o relatório (Diário de obra) da obra, através do qual fará as anotações inerentes à execução dos serviços, bem como instalar placa de identificação dos recursos de financiamento da obra, conforme modelo a ser fornecido pelo CONTRATANTE.
- 10.2. Para fins de cumprimento do art. 117, §1º, §2º e §3º, da Lei n.º 14.133/2021, o CONTRATANTE designa o Sr(a). XXXX, MAT. XXXX, como fiscal de contrato e, Sr(a). XXXX, MAT. XXXX, como gestor de contrato.
- 10.3. Para fins de cumprimento do art. 118 da Lei n.º 14.133/2021, a CONTRATADA designa o Sr(a). XXXX para desempenhar a função de preposto perante a CONTRATANTE.
- 10.4. A CONTRATADA ficará sujeita à fiscalização do CONTRATANTE, que a qualquer momento, terá poderes de interferir no andamento dos serviços, fazer a análise dos materiais, os quais devem ser de primeira qualidade, usada com a



aplicação da melhor técnica, reservando-se ainda o direito de recusar o recebimento dos serviços caso não estiverem de acordo com os padrões técnicos especificados e exigidos pelo projeto.

**10.5.** É responsabilidade da CONTRATADA a qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado. No caso de convênios federais, dever-se-á respeitar a previsão arremada no artigo 7º, XV da Portaria Interministerial 424/2016.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES**

**11.1.** Pelo atraso e inexecução total ou parcial deste contrato, bem como outras infrações, ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critérios do CONTRATANTE, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes sanções:

### **11.2. ADVERTÊNCIA**

**11.2.1.** A advertência será aplicada exclusivamente nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução do contrato, nos termos do art. 156, §1º, e art. 155, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021.

### **11.3. MULTA**

**11.3.1.** Pelo atraso injustificado na execução da obra, será aplicada multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.

**11.3.2.** Pelo atraso injustificado na execução da obra superior a 30 (trinta) dias, contados do termo de ordem de início, será aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia de atraso, em substituição ao item 10.3.1, desde o primeiro dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.

**11.3.3.** Pelo descumprimento injustificado de quaisquer das outras cláusulas contratuais que não aquelas relacionadas ao atraso na execução da obra, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato.

**11.3.4.** A multa não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções.

**11.3.5.** A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada nos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, inclusive de eventual garantia prestada, ou cobrada judicialmente.

**11.3.6.** Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA intimada para recolhê-la aos cofres do CONTRATANTE no prazo de trinta dias úteis.

**11.3.7.** O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato, nos termos do art. 156, §3º, da Lei n.º 14.133/2021.

## **11.4. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR**

**11.4.1.** Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura pelo prazo de até um ano, aplicada pelo(a) Prefeito(a) Municipal, nos termos do art. 156, §4º, da Lei n.º 14.133/2021.

## **11.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR**

X



**11.5.1.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Prefeitura enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito(a) Municipal, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir à Prefeitura pelos prejuízos resultantes da infração, após de decorrido o prazo de um ano, facultada a defesa da contratada no prazo de dez dias da abertura de visto, nos termos do art. 156, §5º e §6º, da Lei n.º 14.133/2021.

**11.6.** As sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas juntamente com a multa, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de cinco dias úteis.

**11.7.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

**11.8.** Os montantes pecuniários derivados da aplicação das multas e demais sanções contratuais serão atualizadas monetariamente pelo INCC vigente, ou outro índice que venha o substituir, bem como a incidência de juros de mora de 0,5% sobre o montante total devido.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE**

**12.1.** São prerrogativas do CONTRATANTE sobre o presente contrato, nos termos do art. 104 da Lei n.º 14.133/2021:

**12.1.1.** modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

**12.1.2.** extingui-lo, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;

**12.1.3.** fiscalizar sua execução;

**12.1.4.** aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

**12.1.5.** ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

**12.1.5.1.** risco à prestação de serviços essenciais;

**12.1.5.2.** necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

**12.2.** As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

**12.3.** Na hipótese prevista 11.1.1, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO**

**13.1.** A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei n.º 14.133/2021 ensejará a extinção do contrato.

**13.2.** A rescisão poderá se processar pelas hipóteses definidas no art. 138, inciso I, II e III, e estará sob as consequências determinadas pelo art. 139, todos da Lei n.º 14.133/2021.

**13.3.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**13.4.** Em caso de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso, bem como eventuais residuais pecuniários de inadimplência, inclusive no caso de perdas e danos, serão



atualizados pelo INCC, ou outro que o venha substituir, e incidentes de juros moratórios de 0,5% ao mês para quem der causa à inadimplência.

**13.5.** A alteração de qualquer dos dispositivos estabelecidos neste contrato, somente se reputará válida se tomadas expressamente em instrumento aditivo, passando a dele fazer parte.

**13.6.** As partes poderão adotar meios alternativos de resolução de controvérsias, nos termos do disposto pelos arts. 151, 152, 153 e 154 da Lei n.º 14.133/2021.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS**

**14.1.** Para as situações não previstas neste contrato, aplicar-se-á o regramento dado pela Lei n.º 14.133/2021, no que ela prever, bem como demais legislações pertinentes ao objeto deste instrumento.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DO PAGAMENTO**

**15.1.** Atendendo ao que determina a legislação em vigor, a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos só poderá efetuar a liberação do pagamento, se a CONTRATADA estiver em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

**16.1.** As partes elegem o foro da Comarca de Jardim/CE, para dirimir dúvidas ou divergências, que poderão advir ao presente Contrato, nos termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133/2021.

E por estarem às partes plenamente de acordo com todas as cláusulas e condições, firmam o presente instrumento para que surta os jurídicos e legais efeitos.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**CONTRATANTE**

**CONTRATADA**

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_

Nome:

C.P.F.:

02. \_\_\_\_\_

Nome:

C.P.F.:



# COMPROVANTES DE PUBLICAÇÃO

## AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência Eletrônica Nº 2026.05.15.1





**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM**

**AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 2026.05.15.1.** O Agente de Contratação do Município de Jardim/CE, torna público, que será realizado Certame Licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica. **Objeto:** Contratação de pessoa jurídica para prestação dos serviços de execução das obras de pavimentação em pedra tosca em diversas ruas no Bairro Beatriz Pequeno Teles no município de Jardim-CE conforme plano de ação nº 09032026-093867/2026, junto a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos, conforme edital e seus anexos. **Início de acolhimento das propostas:** 20 de maio de 2026 às 17:00 horas. **Encerramento de acolhimento das propostas:** 03 de junho de 2026 às 08:00 horas, **Início da abertura da sessão:** 03 de junho de 2026 às 08:30 horas, através do site Plataforma de Licitações ([www.comprasjardimceara.com.br](http://www.comprasjardimceara.com.br)). Os interessados poderão obter o texto integral do Edital no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Jardim, localizada a Rua Leonel Alencar, nº 370, Centro, Jardim - CE ou ainda, através dos endereços eletrônicos: Plataforma de Licitações ([www.comprasjardimceara.com.br](http://www.comprasjardimceara.com.br)), Portal de Licitações dos Municípios ([www.tce.ce.gov.br](http://www.tce.ce.gov.br)), Site Oficial do Município ([www.jardim.ce.gov.br](http://www.jardim.ce.gov.br)) e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ([www.gov.br/pncp/pt-br](http://www.gov.br/pncp/pt-br)). Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone: (88) 2018-1258 ou do e-mail: ([licitacao@jardim.ce.gov.br](mailto:licitacao@jardim.ce.gov.br)). Jardim/CE, 18 de maio de 2026. Matheus Antonio de Oliveira – Agente de Contratação.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM

AVISO DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 2026.05.15.1

O Agente de Contratação do Município de Jardim/CE, torna público, que será realizado Certame Licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação dos serviços de execução das obras de pavimentação em pedra tosca em diversas ruas no Bairro Beatriz Pequeno Teles no Município de Jardim-CE conforme plano de ação nº 09032026-093867/2026, junto a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos, conforme edital e seus anexos. Início de acolhimento das propostas: 20 de maio de 2026 às 17:00 horas.

Encerramento de acolhimento das propostas: 03 de junho de 2026 às 08:00 horas, Início da abertura da sessão: 03 de junho de 2026 às 08:30 horas, através do site Plataforma de Licitações ([www.comprasjardimceara.com.br](http://www.comprasjardimceara.com.br)).

Os interessados poderão obter o texto integral do Edital no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Jardim, localizada a Rua Leonel Alencar, nº 370, Centro, Jardim - CE ou ainda, através dos endereços eletrônicos: Plataforma de Licitações ([www.comprasjardimceara.com.br](http://www.comprasjardimceara.com.br)), Portal de Licitações dos Municípios ([www.tce.ce.gov.br](http://www.tce.ce.gov.br)), Site Oficial do Município ([www.jardim.ce.gov.br](http://www.jardim.ce.gov.br)) e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ([www.gov.br/pncp/pt-br](http://www.gov.br/pncp/pt-br)). Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone: (88) 2018-1258 ou do e-mail: ([licitacao@jardim.ce.gov.br](mailto:licitacao@jardim.ce.gov.br)).

Jardim/CE, 18 de maio de 2026.  
MATHEUS ANTONIO DE OLIVEIRA  
Agente de Contratação

AVISO DE JULGAMENTO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2026.03.31.2

O Pregoeiro Oficial/Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Jardim/CE, torna público, que fora concluído o julgamento final do Pregão Eletrônico nº 2026.03.31.2, tendo o seguinte resultado: A empresa G Alves Comercio e Serviços LTDA. A empresa se sagrou vencedora por ter as exigências do Edital Convocatório. Apresentado a proposta estando os preços compatíveis com o orçamento constante no Termo de Referência, sendo a mesma declarada habilitada por cumprimento integral Maiores informações na sede da Prefeitura Municipal de Jardim no Setor de Licitações, sito na Rua Leonel Alencar, nº 370, Centro, Jardim/CE, pelo telefone (88) 2018-1258, no horário de 08:00 às 16:00 horas ou ainda através do endereço eletrônico: ([licitacao@jardim.ce.gov.br](mailto:licitacao@jardim.ce.gov.br)).

Jardim/CE, 18 de maio de 2026.  
MATHEUS ANTONIO DE OLIVEIRA  
Pregoeiro/Agente de Contratação

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARANGUAPE

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3.006/2026-PE

Prefeitura Municipal de Maranguape, por meio da Secretaria Municipal de Administração e Finanças torna público que se encontra à disposição dos interessados o EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03.006/2026PE, que tem como objeto é a LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE UMA CONFECÇÃO PARA FABRICAÇÃO E MONTAGEM DE PEÇAS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS DE PEÇAS ÍNTIMAS, PARA ATENDER A SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DE INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE MARANGUAPE. O Edital poderá ser obtido no site através do endereço eletrônico [www.licitamaisbrasil.com.br](http://www.licitamaisbrasil.com.br) ou [municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br](http://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br) ou [pncp.gov.br](http://pncp.gov.br). O recebimento das propostas através do site Licit Mais Brasil dar-se-á do dia 19/05/2026 até o dia 01/06/2026, às 08h00min. Abertura das Propostas: 01/06/2026, às 09h00min (horário de Brasília).

Maranguape/CE, 15 de maio de 2026  
MARIA MADALENA RODRIGUES  
Ordenadora de Despesas

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3.007/2026-PERP

Prefeitura Municipal de Maranguape, por meio da Secretaria de Administração e Finanças torna público que se encontra à disposição dos interessados o EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03.007/2026-PERP, que tem como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TELEVISOR, NOTEBOOK, BICICLETA E MOTOCICLETA, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE MARANGUAPE/CE. O Edital poderá ser obtido no site através do endereço eletrônico [www.licitamaisbrasil.com.br](http://www.licitamaisbrasil.com.br) ou [municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br](http://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br) ou [pncp.gov.br](http://pncp.gov.br). O recebimento das propostas através do site Licit Mais Brasil dar-se-á do dia 19/05/2026 até o dia 01/06/2026, às 13h00min. Abertura das Propostas: 01/06/2026, às 14h00min (horário de Brasília).

Maranguape/CE, 15 de maio de 2026  
MARIA MADALENA RODRIGUES  
Ordenadora de Despesas

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MILAGRES

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº 13.10.01/2025

Concorrência Eletrônica Nº 2025.07.31.1. Partes: O Município de Milagres/CE, através da Secretaria Municipal de Educação Básica e o CONSÓRCIO MILAGRES (GTM-FEITOSA), inscrito no CNPJ sob o nº 63.104.591/0001-67. Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços para construção de Escola de Tempo Integral - Padrão FNDE 13 salas de aula, conforme projetos e orçamentos constantes no instrumento convocatório. Objeto do Aditivo: Readequação da cláusula de vigência e execução contratual do Contrato Administrativo nº 13.10.01/2025, visando compatibilizar o prazo contratual ao cronograma físico-financeiro integrante do Projeto Básico originalmente licitado. Prazo readequado: de 12 (doze) meses para 16 (dezesseis) meses. Fundamentação Legal: Art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021. Signatários: Francisca Rozimar Alves Belém Moraes e Jose Gelmar Tavares de Figueiredo. Milagres/CE, 15 de maio de 2026.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MILHÃ

## EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de Contrato Nº 20260124, Origem: Chamada Pública - Inexigibilidade Nº 004-2025. Contratante Prefeitura Municipal de Milhã/CE, representada pela Secretaria Municipal de Educação. Contratada: Antonio Dhianderson Pinheiro, CPF Nº \*\*\* 442.093-\*\*, Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para as Unidades Escolares Municipais durante o ano letivo de 2026, provenientes da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou de suas organizações, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, para atender as necessidades das Escolas Municipais de Milhã/CE. Valor: R\$ 39.999,67 (trinta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e sessenta e sete centavos). Validade 10 (dez) meses. Data da Assinatura do contrato: 02/03/2026, Flávia Leite de Medeiros - Secretário Municipal de Educação.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MISSÃO VELHA

## EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Contrato Nº 2025.06.18.01

Extrato do Primeiro Termo de Aditivo ao Contrato Nº 2025.06.18.01. A Secretaria Municipal de Educação do Município de Missão Velha/CE torna público o Extrato do Primeiro Termo de Aditivo ao Contrato Nº 2025.06.18.01, cujo objeto é o Serviço Técnico de engenharia de civil para reforma, recuperação e ampliação de escolas em diversas localidades do Município de Missão Velha/CE, junto a Secretaria de Educação. Assim, após os devidos acréscimos do quantitativo dos itens citados, o valor do contrato que é R\$ 1.232.448,25 (um milhão duzentos e trinta e dois mil quatrocentos e quarenta e oito reais e vinte e cinco centavos) sofre um acréscimo no valor de R\$ 154.290,79 (cento e cinquenta e quatro mil duzentos e noventa reais e setenta e nove centavos) passando a ter o valor atualizado de R\$ 1.386.739,04 (um milhão trezentos e oitenta e seis mil setecentos e trinta e nove reais e quatro centavos), o que equivale aproximadamente 12,52% (doze virgula cinquenta e dois por cento) de acréscimo na quantidade contratada. Signatários: Rachel Fecchine Ribeiro Tavares Macedo - Secretária de Educação - Contratante: Antonilson Cavalcante da Silva Junior - Representante da Soberana mix Representações LTDA - CNPJ Nº 57.996.858/0001-75, Contratada. Missão Velha/CE, 13 de maio de 2026.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR TABOSA

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8.2026-PE03 A

A Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças de Monsenhor Tabosa-CE, torna público que realizará às 09:00hs, do dia 08 de junho de 2026, no endereço eletrônico <https://compras.m2atecnologia.com.br/>, Pregão Eletrônico Nº 08.2026-PE03. Objeto: contratação de empresa especializada em serviços técnicos de regularização fundiária urbana, com vistas à execução integral do processo de regularização do núcleo urbano informal consolidado localizado no município de Monsenhor Tabosa/CE, em conformidade com os procedimentos e diretrizes estabelecidos pela Lei Federal Nº 13.465/2017 e pelo Decreto Nº 9.310/2018. O edital e seus anexos, poderão ser obtidos nos endereços eletrônicos <https://compras.m2atecnologia.com.br/> e <https://www.monsenhortabosa.ce.gov.br/>; <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/index.php/licitacao/abertas>; Informações no endereço: Praça 7 de Setembro, nº 15, Centro, Monsenhor Tabosa -CE.

Monsenhor Tabosa/CE, 18 de maio de 2026.  
MARIA CELIA FRANCO DO NASCIMENTO MADEIRO  
Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE OCARA

AVISO DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 8/2026 CE

Concorrência Eletrônica Nº 008/2026 CE. Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia para execução dos serviços de reforma de 18 Unidades Básicas de Saúde - UBS, Localizadas em Diversas Localidades do Município de Ocara/CE. Tipo de Licitação: Menor Preço Global. A Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Ocara torna público, para conhecimento dos interessados que até às 9h. (nove horas) - (horário de Brasília) do dia 3 de junho de 2026, estará recebendo as propostas de preços referentes a esta concorrência, e a sessão de disputa será às 9h. (nove horas) - (horário de Brasília) do dia 8 de junho de 2026, no endereço eletrônico [www.licitacaoocara.com.br](http://www.licitacaoocara.com.br). O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico já mencionado. Quaisquer informações poderão ser obtidas no horário de 08:00h às 12:00h na sede da Comissão ou através do e-mail [setorlicitacaoocara@gmail.com](mailto:setorlicitacaoocara@gmail.com).

Ocara/CE, 18 de maio de 2026  
REGIANE SEVERIANO DA SILVA  
Agente de Contratação

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ORÓS

AVISO DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 2026.05.18.01

Através da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, comunica aos interessados que no dia 03 de junho de 2026, às 09:00 horas, no portal: <https://bilcompras.com/>, abrirá licitação na modalidade Concorrência Eletrônica Nº 2026.05.18.01, cujo objeto é a pavimentação em diversas Ruas do Município de Orós/CE, de acordo com o MAPP Nº 3310, Conforme anexo. O Edital poderá ser retirado na Comissão de Licitação, no endereço Praça Anastácio Maia, nº 40-Centro- Orós/CE, no horário de expediente ao público ou pelo portal das Licitações (TCE-CE), e também poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e no portal: <https://bilcompras.com/>. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Orós/CE, 18 de maio de 2026.  
GEMAR MORENO DA SILVA  
Ordenador de Despesas da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJUS

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 5/2026-CP

Concorrência Pública, nº 005/2026-CP. Objeto: Contratação de empresa especializada na construção de uma pavimentação em intertravado no Bairro do Banguê no Município de Pacajus-CE, Etapa 02, Adjudicado e Homologado em favor da empresa Fenix Construções e Serviços LTDA, inscrita no CNPJ: 54.305.340/0001-50, vencedora pelo valor de R\$ 1.477.258,40 (Um milhão quatrocentos e setenta e sete mil, duzentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos). Aos 14 dias do Maio de 2026, pela Sra. Renata Almeida Feitosas, Secretária Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento (15/05/2026).

Pacajus/CE, 15 de maio de 2026  
RENATA ALMEIDA FEITOSA  
Secretária Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21-2026-PE

A Prefeitura Municipal de Pacajus, torna público para conhecimento dos interessados, que no dia 1 de junho de 2026 às 09:00 horas, abrirá a disputa de preços do Pregão Eletrônico Nº 021-2026-PE, que tem como objeto: contratação de empresa para fornecimento de materiais, insumos e medicamentos veterinários, visando atender às demandas de gestão dos serviços de vigilância epidemiológica em saúde, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de Pacajus/CE, conforme edital e seus anexos, disponíveis na Comissão de Pregão, na sede do Paço Municipal, e no site oficial da Prefeitura de Pacajus <http://www.pacajus.ce.gov.br/> o referido Pregão será realizado por meio da plataforma BBMMNet no endereço eletrônico (<https://novobmmnet.com.br>). Agente de Contratação - Leandro Rodrigues da Silva - Pacajus/CE, 18 de maio de 2026. Início de Acolhimento de Proposta de Preços 20/5/2026.

Pacajus/CE, 18 de maio de 2026  
LEANDRO RODRIGUES DA SILVA  
Agente de Contratação



## OUTROS

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Jaguaruana - Edital de Nomeação Nº 030/2026 - Concurso Público Edital Nº 007/2024** O Prefeito Municipal de Jaguaruana, no uso de suas atribuições legais, e, tendo em vista os preceitos da Lei Municipal nº 114/92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Jaguaruana (CE), e em conformidade com o Edital de Concurso Público nº 002/2024, de 18 de junho de 2024; Resolve: Art 1º - Convocar os candidatos descritos no Anexo I deste Edital, regularmente aprovados no Concurso Público, de que trata o Edital nº 002/2024, de 18 de junho de 2024, para a apresentação da documentação necessária e exames médicos pré - admissionais, constante do anexo II deste Edital. Art 2º - O prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação da documentação e tomada de posse pelos candidatos será contado a partir de 18 de maio de 2026, findando-se em 16 de junho de 2026, devendo ser apresentado no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Jaguaruana, localizada na Praça Adolfo Francisco da Rocha nº 404, Centro, no horário de 08 às 13hs. Parágrafo único. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em originais e cópias legíveis e coloridas, para que se possa atestar sua autenticidade. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis. Art 3º - A não apresentação da devida documentação de que trata este Edital ou sua apresentação incompleta, implicarão na impossibilidade de tomar posse no cargo ao qual foi nomeado, nos termos do capítulo XI, item 4.7 do Edital. **Jaguaruana/CE, 15 de maio de 2026. José Elias de Oliveira - Prefeito do Município de Jaguaruana.** Anexo I. Identificação dos Candidatos Aprovados - Secretaria de Educação - Relação por: Vaga; Cargo; Nome; Inscrição. 01 Auxiliar de Sala de Aula Micarla Maria da Silva Araújo 000589004804; 02 Auxiliar de Sala de Aula Ana Clara Rocha Silva 000589001524; 03 Auxiliar de Sala de Aula Elida Mariane de Araújo Teobaldo 000589006330; 04 Auxiliar de Sala de Aula Grazielle Ferreira de Oliveira 0005895530; 05 Auxiliar de Sala de Aula Noemi da Silva Batista 000589002039; 06 Auxiliar de Sala de Aula Fátima Maria de Oliveira 000589007678; 07 Auxiliar de Sala de Aula Matheus Coelho Costa 000589004754; 08 Auxiliar de Transporte Escolar Daniele Silva do Amaral Maia 000589006550; 09 Motorista Categ B Nível I José James Oliveira Silva 000589005663; 10 Motorista Categ B Nível I Everton Luiz Costa de Lima 000589003026; 11 Motorista Categ B Nível I Carlos Wesley de Almeida Melo 000589004653; 12 Professor da Sala de Recurso Multifuncional Ana Cláudia Saboia Soares 000589003669; 13 Professor de Ciências Vitor Sávio Regis da Silva 000589004588; 14 Professor de Educação Física Francisca Auriana da Silva Estácio 000589005934; 15 Secretário Escolar Daniel Jefferson Maia 000589006467.

\*\*\*\*\*

**ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SABOIEIRO AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE3004.01SESA/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5MI3BOWA4LSLS MUNICÍPIO DE SABOIEIRO-CE, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, TORNA PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS QUE FOI PROMOVIDA RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE3004.01SESA/2026, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE RECARGA DE OXIGÊNIO HOSPITALAR, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SABOIEIRO-CE, VISANDO ADEQUAÇÕES TÉCNICAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E SEUS ANEXOS, ESPECIALMENTE QUANTO ÀS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO TÉCNICA, EXECUÇÃO E ENTREGA DO OBJETO, NOS TERMOS DO ART. 55, §1º, DA LEI Nº 14.133/2021. EM RAZÃO DAS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS, FICA REDESIGNADA A SESSÃO PÚBLICA PARA O DIA 28/05/2026, ÀS 11:00H, POR MEIO DA PLATAFORMA ELETRÔNICA LICITA MAIS BRASIL, DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: [HTTPS://LICITAMAISBRASIL.COM.BR](https://licitamaisbrasil.com.br). O EDITAL RETIFICADO/CONSOLIDADO E SEUS ANEXOS ENCONTRAM-SE DISPONÍVEIS: NA PLATAFORMA LICITA MAIS BRASIL; NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP); NO PORTAL DE LICITAÇÕES DO TCE-CE; NO SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL DO MUNICÍPIO; OU PRESENCIALMENTE NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL. ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER OBTIDOS ATRAVÉS DO E-MAIL: [LICITACAO@SABOIEIRO6@GMAIL.COM](mailto:licitacao@saboieiro6@gmail.com). SABOIEIRO-CE, 15/05/2026. ROMERITO ALCÂNTARA SANTOS DE ARAÚJO ORDENADOR DE DESPESAS**

\*\*\*\*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRIAÇU-CEARÁ - AVISO DE EXTRATO DA HOMOLOGAÇÃO E AUTORIZAÇÃO - CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2026 - O EXMO. SR. RICARDO SANTOS BARROS, GESTOR DO FUNDO GERAL, VEM NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE ACORDO COM O QUE DETERMINA O ART. 72 DA LEI Nº 14.133/2021, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, E CONSIDERANDO O QUE CONSTA DO PRESENTE PROCESSO ADMINISTRATIVO, FACE A JUSTIFICATIVA APRESENTADA, HOMOLOGAR E AUTORIZAR A CONTRATAÇÃO DE ATRAÇÃO DE RENOME REGIONAL/NACIONAL ATRAÇÃO ARTÍSTICA MARA PAVANELLY PARA APRESENTAR-SE NA OPORTUNIDADE DO EVENTO DE COMEMORAÇÃO ALUSIVA AOS FESTEJOS DE COMEMORAÇÃO DA FESTA DO PADROEIRO (SÃO PEDRO) DO MUNICÍPIO DE CARIRIAÇU-CEARÁ, EM FAVOR DA EMPRESA PAVANELLY PRODUÇÕES E ENTRETENIMENTOS LTDA, SENDO QUE A RESPECTIVA CONTRATAÇÃO TERÁ COMO VALOR TOTAL PARA A REALIZAÇÃO DO SHOW COMPLETO A IMPORTÂNCIA DE R\$ 250.000,00 (DUZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS), OCORRENDO O EVENTO NO DIA 29 DE JUNHO DE 2026 EM LOCAL PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE CARIRIAÇU-CEARÁ, DETERMINANDO E COMUNICO, OUTROSSIM, QUE SERÁ REALIZADO A PUBLICAÇÃO DO DEVIDO EXTRATO DESTA HOMOLOGAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 72, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021. CARIRIAÇU-CE, EM 18 DE MAIO DE 2026. RICARDO SANTOS BARROS - ORDENADOR DE DESPESAS DO FUNDO GERAL.**

\*\*\*\*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRIAÇU-CEARÁ - AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2025 - O MUNICÍPIO DE CARIRIAÇU-CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, TORNA PÚBLICO PARA O CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS A ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2025, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 90007/2024/FNDE/MEC, REALIZADO PELO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) CUJA PRETENDE ESTE MUNICÍPIO DE CARIRIAÇU-CEARÁ, REALIZAR A AQUISIÇÃO DE 150 (CENTO E CINQUENTA) NOTEBOOKS PADRÃO, LINHA CORPORATIVA, DESTINADOS À MONTAGEM DE LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CARIRIAÇU-CEARÁ, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2025 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2024/FNDE/MEC. VALOR TOTAL: R\$ 385.350,00 (TREZENTOS E OITENTA E CINCO MIL, TREZENTOS E CINQUENTA REAIS). EMPRESA: GRUPO MULTI S.A, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 59.717.553/0006-17. CARIRIAÇU-CE, EM 18 DE MAIO DE 2026. MARIA JOELIA CORREIA MARTINS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

\*\*\*\*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR TABOSA - AVISO DE LICITAÇÃO — PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08.2026-PE03 A SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS de Monsenhor Tabosa-CE, torna público que realizará às 09:00hs, do dia 08 de junho de 2026, no endereço eletrônico <https://compras.m2atecnologia.com.br/>; PREGÃO ELETRÔNICO nº 08.2026-PE03. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TÉCNICOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA, COM VISTAS À EXECUÇÃO INTEGRAL DO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO DO NÚCLEO URBANO INFORMAL CONSOLIDADO LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE MONSENHOR TABOSA/CE, EM CONFORMIDADE COM OS PROCEDIMENTOS E DIRETRIZES ESTABELECIDOS PELA LEI FEDERAL Nº 13.465/2017 E PELO DECRETO Nº 9.310/2018. O edital e seus anexos, poderão ser obtidos nos endereços eletrônicos <https://compras.m2atecnologia.com.br/> - <https://www.monsenhortabosa.ce.gov.br/>; <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/index.php/licitacao/abertas>; Informações no endereço: Praça 7 de Setembro, nº 15, Centro, Monsenhor Tabosa -CE. Monsenhor Tabosa/CE, 18.05.2026. MARIA CELIA FRANCO DO NASCIMENTO MADEIRO - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

\*\*\*\*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Jardim - Aviso de Licitação - Concorrência Eletrônica Nº 2026.05.15.1.** O Agente de Contratação do Município de Jardim/CE, torna público, que será realizado Certame Licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação dos serviços de execução das obras de pavimentação em pedra tosca em diversas ruas no Bairro Beatriz Pequeno Teles no Município de Jardim-CE conforme plano de ação nº 09032026-093867/2026, junto a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos, conforme edital e seus anexos. Início de acolhimento das propostas: 20 de maio de 2026 às 17:00 horas. Encerramento de acolhimento das propostas: 03 de junho de 2026 às 08:00 horas. Início da abertura da sessão: 03 de junho de 2026 às 08:30 horas, através do site Plataforma de Licitações ([www.comprasjardimceara.com.br](http://www.comprasjardimceara.com.br)). Os interessados poderão obter o texto integral do Edital no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Jardim, localizada a Rua Leonel Alencar, nº 370, Centro, Jardim - CE ou ainda, através dos endereços eletrônicos: Plataforma de Licitações ([www.comprasjardimceara.com.br](http://www.comprasjardimceara.com.br)), Portal de Licitações dos Municípios ([www.tce.ce.gov.br](http://www.tce.ce.gov.br)), Site Oficial do Município ([www.jardim.ce.gov.br](http://www.jardim.ce.gov.br)) e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ([www.gov.br/pncp/pt-br](http://www.gov.br/pncp/pt-br)). Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone: (88) 2018-1258 ou do e-mail: [licitacao@jardim.ce.gov.br](mailto:licitacao@jardim.ce.gov.br). **Jardim/CE, 18 de maio de 2026. Matheus Antonio de Oliveira - Agente de Contratação.**



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM**

LICITAÇÃO  
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 2026.05.15.1



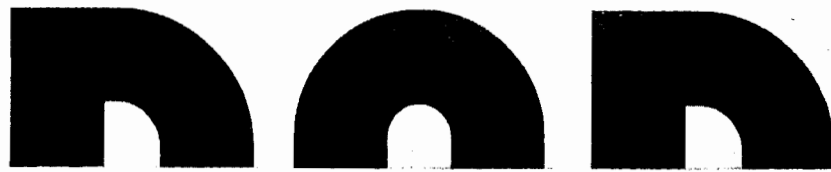
**AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 2026.05.15.1.** O Agente de Contratação do Município de Jardim/CE, torna público, que será realizado Certame Licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica. **Objeto:** Contratação de pessoa jurídica para prestação dos serviços de execução das obras de pavimentação em pedra tosca em diversas ruas no Bairro Beatriz Pequeno Teles no município de Jardim-CE conforme plano de ação nº 09032026-093867/2026, junto a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos, conforme edital e seus anexos. **Início de acolhimento das propostas:** 20 de maio de 2026 às 17:00 horas. **Encerramento de acolhimento das propostas:** 03 de junho de 2026 às 08:00 horas, **Início da abertura da sessão:** 03 de junho de 2026 às 08:30 horas, através do site Plataforma de Licitações ([www.comprasjardimceara.com.br](http://www.comprasjardimceara.com.br)). Os interessados poderão obter o texto integral do Edital no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Jardim, localizada a Rua Leonel Alencar, nº 370, Centro, Jardim - CE ou ainda, através dos endereços eletrônicos: Plataforma de Licitações ([www.comprasjardimceara.com.br](http://www.comprasjardimceara.com.br)), Portal de Licitações dos Municípios ([www.tce.ce.gov.br](http://www.tce.ce.gov.br)), Site Oficial do Município ([www.jardim.ce.gov.br](http://www.jardim.ce.gov.br)) e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ([www.gov.br/pncp/pt-br](http://www.gov.br/pncp/pt-br)). Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone: (88) 2018-1258 ou do e-mail: ([licitacao@jardim.ce.gov.br](mailto:licitacao@jardim.ce.gov.br)).

Jardim/CE, 18 de maio de 2026.

**MATHEUS ANTONIO DE OLIVEIRA –**  
Agente de Contratação.

**Publicado por:**  
Jerre Aurelio Neves da Cruz  
**Código Identificador:**97B6E264

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Ceará no dia 19/05/2026. Edição 3968  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/aprece/>



PRODUTOS E SERVIÇOS &gt;&gt;&gt;

PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS &gt;&gt;&gt;

## POPULARES CLASSIFICADOS

WWW.OPOVO.COM.BR

TERÇA-FEIRA

FORTALEZA - CEARÁ - 19 DE MAIO DE 2026

**ESTADO DO CEARÁ - Prefeitura Municipal de Maranguape, por meio da Secretaria Municipal de Administração e Finanças torna público que se encontra à disposição dos interessados o EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03.006/2026PE, que tem como objeto é a LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE UMA CONFECÇÃO PARA FABRICAÇÃO E MONTAGEM DE PEÇAS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS DE PEÇAS ÍNTIMAS, PARA ATENDER A SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DE INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE MARANGUAPE. O Edital poderá ser obtido no site através do endereço eletrônico [www.licitamaisbrasil.com.br](http://www.licitamaisbrasil.com.br) ou [www.municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br](http://www.municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br) ou [pncp.gov.br](http://pncp.gov.br). O recebimento das propostas através do site Licit Mais Brasil dar-se-á do dia 19/05/2026 até o dia 01/06/2026, às 09h00min. Abertura das Propostas: 01/06/2026, às 09h00min (horário de Brasília). Maria Madalena Rodrigues - Ordenadora de Despesas da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 15 de maio de 2026.**

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Jardim - Aviso de Licitação - Concorrência Eletrônica Nº 2026.05.15.1. O Agente de Contratação do Município de Jardim/CE, torna público, que será realizado Certame Licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação dos serviços de execução das obras de pavimentação em pedra tosca em diversas ruas no Bairro Beatriz Pequeno Teles no Município de Jardim-CE conforme plano de ação nº 09032026-093867/2026, junto a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos, conforme edital e seus anexos. Início de acolhimento das propostas: 20 de maio de 2026 às 17:00 horas. Encerramento de acolhimento das propostas: 03 de junho de 2026 às 08:00 horas. Início da abertura da sessão: 03 de junho de 2026 às 08:30 horas, através do site Plataforma de Licitações ([www.comprasjardimceara.com.br](http://www.comprasjardimceara.com.br)). Os interessados poderão obter o texto integral do Edital no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Jardim, localizada a Rua Leonel Alencar, nº 370, Centro, Jardim - CE ou ainda, através dos endereços eletrônicos: Plataforma de Licitações ([www.comprasjardimceara.com.br](http://www.comprasjardimceara.com.br)), Portal de Licitações dos Municípios ([www.tce.ce.gov.br](http://www.tce.ce.gov.br)), Site Oficial do Município ([www.jardim.ce.gov.br](http://www.jardim.ce.gov.br)) e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ([www.gov.br/pncp/pt-br](http://www.gov.br/pncp/pt-br)). Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone: (88) 2018-1258 ou do e-mail: [licitacao@jardim.ce.gov.br](mailto:licitacao@jardim.ce.gov.br). Jardim/CE, 18 de maio de 2026. Matheus Antonio de Oliveira - Agente de Contratação.**

**SEST SENAT****CNT / SEST SENAT / ITL**  
Sistema Transporte

ATO DE AVISO DE LICITAÇÃO  
MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 00003/2024  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 000018151-5/2025

O SERVIÇO SOCIAL DO TRANSPORTE - SEST comunica aos interessados que realizará concorrência para Contratação de empresa para o fornecimento de Serviços de Controle Integrado de Pragas e Higienização de Reservatórios, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. A retirada do edital e acesso a mais informações, os interessados deverão solicitar através do endereço de e-mail: [https://transparencia.sestsennat.org.br/licitacoes-contratos](mailto:https://transparencia.sestsennat.org.br/licitacoes-contratos) ou no endereço de e-mail: [licitacao.a023@sestsennat.org.br](mailto:licitacao.a023@sestsennat.org.br). O recebimento dos envelopes contendo a proposta comercial e a documentação de habilitação será no dia 27/05/2026, às 14h, na Rua Dona Leopoldina, nº 1.050, Centro - CEP 60.110-000 - Unidade A no 023 - Fortaleza/CE.

Presidente da Comissão de Licitação

**Estado do Ceará - Município de Lavras da Mangabeira - Aviso de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária. O Acionista Município de Lavras da Mangabeira/CE, acionista majoritário da empresa Kariri Brasil Ativos S/A, CNPJ 42.431.754/0001-46, convoca seus acionistas para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada, em segunda chamada, no dia no dia 26 de maio de 2026, às 10h00min - horário de Brasília, no endereço Rua Mosenhor Meccano, Nº 78 - Centro - CEP: 63.300-000, para deliberação sobre a seguinte Pauta: (a) nomeação de liquidante da empresa elencada na forma do Art. 122, VIII, (b) aprovação do lançamento da denominação "Em Liquidação" para a empresa, (c) aprovar liquidação e posterior extinção da empresa Kariri Brasil Ativos S/A, CNPJ 42.431.754/0001-46, na forma da Lei 6.404/76. Município de Lavras da Mangabeira/CE. Procuradoria Geral do Município de Lavras da Mangabeira/CE - Acionista Majoritário. Data: 15 de maio de 2026.**

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE - AVISO DE LICITAÇÃO. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-001/2026-SMAS. OBJETO: Aquisição de Veículo Automotor Tipo SUV (Zero Quilômetro), destinado ao atendimento da Secretaria de Assistência Social do Município de Tabuleiro do Norte, conforme as Especificações e Quantidades constantes no Termo de Referência. TIPO: Menor Preço por Lote. FORMA DE DISPUTA: Aberto e Fechado. Comissão de Contratação comunica aos interessados que a entrega das Propostas Comerciais dar-se-á até o dia 01.06.2026 às 08:00 horas (Horário de Brasília). O Edital e seus Anexos estarão disponíveis através dos sites: <https://bilcompras.com/Home/PublicAccess> "Acesso Identificado no link - acesso público e [www.tce.ce.gov.br](http://www.tce.ce.gov.br) A COMISSÃO.**

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Jardim - Aviso de Julgamento - Pregão Eletrônico Nº 2026.03.31.2. O Pregoeiro Oficial/Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Jardim/CE, torna público, que fora concluído o julgamento final do Pregão Eletrônico nº 2026.03.31.2, tendo o seguinte resultado: A empresa G Alves Comercio e Servicos LTDA. A empresa se sagrou vencedora por ter as exigências do Edital Convocatório. Apresentado a proposta estando os preços compatíveis com o orçamento constante no Termo de Referência, sendo a mesma declarada habilitada por cumprimento Integral Maiores informações na sede da Prefeitura Municipal de Jardim no Setor de Licitações, sito na Rua Leonel Alencar, nº 370, Centro, Jardim/CE, pelo telefone (88) 2018-1258, no horário de 08:00 às 16:00 horas ou ainda através do endereço eletrônico: [licitacao@jardim.ce.gov.br](mailto:licitacao@jardim.ce.gov.br). Jardim/CE, 18 de maio de 2026. Matheus Antonio de Oliveira - Pregoeiro Oficial/Agente de Contratação.**

**Estado do Ceará - Município de Lavras da Mangabeira - Aviso de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária. O Acionista Município de Lavras da Mangabeira/CE, acionista majoritário da empresa COINFRA - Companhia de Infraestrutura para Serviços Públicos e Eficiência Energética, CNPJ 44.816.989/0001-81, convoca seus acionistas para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada, em segunda chamada, no dia no dia 26 de maio de 2026, às 11h00min - horário de Brasília, no endereço Rua Mosenhor Meccano, Nº 78 - Centro - CEP: 63.300-000, para deliberação sobre a seguinte Pauta: (a) nomeação de liquidante da empresa elencada na forma do Art. 122, VIII, (b) aprovação do lançamento da denominação "Em Liquidação" para a empresa, (c) aprovar liquidação e posterior extinção da empresa COINFRA - Companhia de Infraestrutura para Serviços Públicos e Eficiência Energética, CNPJ 44.816.989/0001-81, na forma da Lei 6.404/76. Município de Lavras da Mangabeira/CE. Procuradoria Geral do Município de Lavras da Mangabeira/CE - Acionista Majoritário. Data: 15 de maio de 2026.**

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Guaiúba - Aviso de Pré-Qualificação Nº 05.002/2026-PQ. A Secretaria de Educação e Desporto através do Secretário Municipal, torna público, para conhecimento dos interessados, que até o dia 12 de junho de 2026, estará recebendo os documentos de pré-qualificação das empresas interessadas em participar da Concorrência Eletrônica Nº. 05.002/2026-CE cujo objeto destina-se à Pré-qualificação visando a construção de uma creche pré-escolar Tipo 2, Padrão FNDE, no Município de Guaiúba/CE, de interesse da Secretaria de Educação e Desporto. Os documentos deverão ser enviados para o endereço eletrônico [licitacao@guaiuba.ce.gov.br](mailto:licitacao@guaiuba.ce.gov.br) ou enviados por via**

## AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20260001

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico Nº 20260001, de interesse da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado - CGE, cujo OBJETO é: Prestação dos serviços de contratação de empresa especializada para o fornecimento dos Serviços de Alimentação, Coffee Break e Almoço nas cidades de Fortaleza-CE e Canindé-CE, em atendimento aos eventos a serem realizados pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado - CGE, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), através do Nº 905172026, até o dia 08/06/2026, às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site [www.seplag.ce.gov.br](http://www.seplag.ce.gov.br). Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 13 de Maio de 2026. NELSON ANTÔNIO GRANGEIRO GONÇALVES - PREGOEIRO.



## AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA NACIONAL ELETRÔNICA Nº 20260018

A Secretaria da Casa Civil torna público a CONCORRÊNCIA NACIONAL ELETRÔNICA Nº 20260018 de interesse da SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS - SOP, que tem por objeto a REFORMA PARA ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO DO CAMPUS JUNCO (UVA) - SOBRAL - CEARÁ, nas condições estabelecidas no edital e seus anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), através do Nº 95073/2026, até o dia 09/06/2026, às 10h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site [www.seplag.ce.gov.br](http://www.seplag.ce.gov.br). Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 14 de Maio de 2026. MARIA DE FÁTIMA DE AQUINO CRUZ - AGENTE DE CONTRATAÇÃO.



## AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20260001

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico Nº 20260001 da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Bombas dosadoras para atender as unidades de negócio da CAGECE. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), através do Nº 901292026, até o dia 02/06/2026, às 15h30min (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site [www.seplag.ce.gov.br](http://www.seplag.ce.gov.br). Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 13 de Maio de 2026. MARCELO SOARES DA MOTA - PREGOEIRO.



AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20260552

